

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
ABERTURA	3
ATA DA REUNIÃO	7
<i>Sessão Preparatória</i>	9
<i>Primeira Sessão Plenária</i>	13
<i>Segunda Sessão Plenária</i>	19
<i>Terceira Sessão Plenária</i>	25
<i>Quarta Sessão Plenária</i>	33
<i>Quinta Sessão Plenária</i>	37
<i>Sexta Sessão Plenária</i>	49
<i>Sessão de Encerramento</i>	57
<i>Resoluções</i>	61
<i>Assinatura do Relatório</i>	117
DISCURSOS	121
<i>Sessão de Abertura</i>	125
<i>Abertura da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”</i>	147
<i>Abertura da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA</i>	153
<i>Sessão de Encerramento</i>	173
<i>Discurso Especial</i>	185

ANEXOS	200
<i>Resumo dos Resultados da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”</i>	201
<i>Temário</i>	211
<i>Lista de Participantes</i>	217
<i>Funcionários da Reunião</i>	239

INTRODUÇÃO

A Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas foi realizada em Guayaquil, Equador, de 29 de agosto a 1º de setembro de 2005. No contexto dessa reunião foi levada a efeito a Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), órgão máximo de governo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), na qual foram tratados temas estratégicos e adotadas decisões cruciais para o Instituto, com foco, principalmente, na implementação do Plano de Médio Prazo 2002-2006, nas novas iniciativas a serem consideradas no Plano de Médio Prazo 2006-2010 e no Orçamento-Programa de 2006-2007.

Como parte desse foro hemisférico de alto nível também foi realizada a Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, na qual os Ministros deram continuidade ao processo ministerial iniciado em 2001 e consolidaram os acordos hemisféricos adotados em Bávaro (2001) e na Cidade do Panamá (2003). Assim, em Guayaquil os Ministros ratificaram o compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015 mediante o *Acordo Ministerial de Guayaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas* e outros acordos destinados a viabilizar sua implementação e seguimento e promover a inclusão do tema agricultura e vida rural nos mandatos da Quarta Cúpula das Américas.

Esta publicação contém o Relatório da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA e uma seção específica sobre a Terceira Reunião Ministerial e seus resultados.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

A Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas foi aberta em 29 de agosto de 2005 na Cidade de Guayaquil, Equador, pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador. Participaram da mesa o Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, o Ministro do Comércio Exterior, Industrialização, Pesca e Competitividade do Equador, o Diretor-Geral do IICA, o Representante para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) o Governador da Província do Guayas.

No contexto da Reunião Ministerial foram realizados dois importantes eventos: a Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas” e a Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA). A cerimônia de abertura contou com a presença de mais de 800 pessoas, entre delegados dos 33 países membros do Processo de Cúpulas das Américas, representantes da Alemanha, Espanha, França e Israel, deputados do Congresso Nacional equatoriano, membros do Corpo Diplomático, ex-Ministros da Agricultura e Pecuária do Equador, Diretores Eméritos do IICA e representantes de organismos internacionais e dos meios de comunicação nacionais e estrangeiros.

Após a entoação do Hino Nacional do Equador e do Hino da Cidade de Guayaquil, fizeram uso da palavra e abordaram os temas da Reunião Ministerial as seguintes autoridades:

Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador e Presidente da Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas

“...que o futuro seja sempre um novo amanhecer para a agricultura das Américas...”

O Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor deu as boas-vindas aos participantes. Destacou ter consciência da responsabilidade que significa para os 34 Ministros da Agricultura das Américas reunirem-se num momento tão próximo à realização da Cúpula Mundial 2005 sobre os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Quarta Cúpula das Américas, essa sob o lema “Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática”.

Acrescentou que na Terceira Cúpula das Américas, realizada em Québec, os Chefes de Estado e de Governo das Américas comprometeram-se a impulsionar programas para melhorar a agricultura e a vida rural e promover a agroindústria como contribuição para reduzir a pobreza e estimular o desenvolvimento integral. Ressaltou que, em tal sentido, na Cúpula Extraordinária, levada a efeito em Nuevo León, México, os mandatários apoiaram o Plano de Ação AGRO 2003-2015 adotado na Segunda Reunião Ministerial (Panamá, 2003).

Expressou que esse novo apoio político significava maior compromisso para os Ministros e que, por isso, todos compartilhavam a grande responsabilidade de traçar um futuro diferente “para todos os que confiaram em nós e esperam por uma vida melhor, segundo prevê o Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”.

Ao encerrar, manifestou que a Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA, que se seguiria à Terceira Reunião Ministerial, constituiria uma excelente oportunidade propícia para que fosse constatado o importante esforço envidado pelo IICA em apoio aos países na execução dos respectivos planos nacionais destinados ao cumprimento dos compromissos assumidos com relação ao Plano de Ação AGRO 2015 e para ajustar o Plano de Médio Prazo do Instituto em função dos acordos que fossem adotados em Guaiquil.

Diretor-Geral do IICA

“Vimos para continuar a construir uma ponte para o futuro a fim de que grande parte das nossas populações possa passar de uma vida de desespero para uma vida de prosperidade rural.”

O Doutor Chelston W. D. Brathwaite expressou os seus sinceros agradecimentos ao Governo do Equador e a seus funcionários por sua cálida e hospitaleira acolhida e pela forma em que fora preparada a estada dos participantes em Guaiquil.

Em seguida, fez menção às responsabilidades atuais e futuras com relação à agricultura do século XXI. Expressou que, considerando a Visão Compartilhada de 2015 do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e o cumprimento das Metas do Milênio, “é nosso compromisso assumir novas responsabilidades e desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico a fim de contribuir para o alcance de níveis mais altos de prosperidade nas comunidades rurais dos nossos países.”

Nesse sentido, referiu-se ao seguinte:

- o uso da agricultura como fonte alternativa de produção energética;
- a segurança alimentar, a inocuidade e o valor nutritivo e social dos alimentos;
- o trabalho digno e bem-remunerado para a população rural;
- a geração de mais e melhores empregos no campo;
- o fortalecimento da contribuição da agricultura para o equilíbrio social;
- a contribuição da agricultura para a integração dos países.

Externou a certeza de que a modernização do setor agropecuário e a atenção prioritária às zonas rurais são a chave para reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Diretor-Geral do IICA instou a que sejam congregados esforços em torno de novas estratégias, políticas, ações e investimentos que impulsionem o crescimento da agricultura e do meio rural, o que constitui uma nobre e sustentada contribuição às economias nacionais.

Finalmente, agradeceu ao Vice-Presidente do Equador sua presença e apoio e ao Prefeito de Guaiquil, sua acolhida e colaboração.

Secretário-Geral Adjunto da OEA

“Devemos fazer o máximo possível para assegurar que a nova dinâmica, tanto mundial como regional, não dê lugar à marginalização social e econômica de países e grupos.”

O Embaixador Albert R. Ramdin iniciou seu discurso assinalando que os assuntos a serem tratados na Reunião Ministerial eram, sem dúvida, de amplo alcance e importância estratégica para os países das Américas. “A agricultura”, mencionou, “continuará a ser um dos alicerces estratégicos fundamentais na luta contra a pobreza, na geração de emprego, na defesa da estabilidade social e na real participação da sociedade no desenvolvimento de suas comunidades locais e de seus países.”

Acrescentou que a Organização dos Estados Americanos acredita na importância de se continuar a promover estratégias nacionais de médio e longo prazo destinadas ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural. Assinalou que, conforme acordaram os Presidentes e Chefes de Governo na Terceira Cúpula das Américas na Cidade de Québec, todos os atores – os parlamentares, as organizações da sociedade civil e os setores científico e acadêmico – devem ser parceiros dos governos na consecução desse objetivo.

“Louvamos”, acrescentou, “a difusão da democracia no Hemisfério, mas todos, lamentavelmente, temos consciência de que os países nem sempre conseguem materializar os frutos prometidos da democracia e da reforma econômica. Esse fracasso, por sua vez, ameaça o tecido social e político e cria ambientes instáveis que constituem um risco para a governabilidade.”

Vice-Presidente Constitucional da República do Equador

“Diante dos desafios impostos pela nova conjuntura, é fundamental ver a agricultura sob outra perspectiva, capaz de situá-la adequadamente no cenário das grandes decisões políticas.”

O Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional do Equador, expressou que, por incumbência de Sua Excelência o Presidente da República, transmitia, em nome do povo e do Governo equatoriano, as cordiais boas-vindas e os melhores votos por que todas as delegações desfrutassem de uma prazerosa e profícua estada em seu país.

O Governo equatoriano, assinalou, “assumiu o compromisso, assim como outros países aqui representados, de cumprir os Objetivos e as Metas do Milênio até 2015. Diante disso”, acrescentou, “a Terceira Reunião Ministerial e a Junta Interamericana de Agricultura revestem particular importância para o futuro de nossos povos e, de modo especial, dos que trabalham no campo todos os dias, lutando contra as intempéries e os riscos e caprichos dos mercados, que, muitas vezes, enterram as esperanças de uma vida melhor para pequenos produtores e empresários agrícolas.”

Ao declarar oficialmente aberta a Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, o Vice-Presidente do Equador expressou sua convicção de que o diálogo ministerial e o Acordo de Guaiquil que emanaria da reunião iriam ao encontro das necessidades, preocupações e demandas de todos os que trabalham no campo e seriam instrumentos de promoção do desenvolvimento justo e equilibrado “que tanto esperamos para nossa sociedade rural, composta de empresários empreendedores e audazes e de uma significativa comunidade de agricultores que, há muitas décadas, confia em melhores condições de vida”.

ATA DA REUNIÃO

IICA/JIA/Ata13 (XIII-O/05)
30 de agosto – 1 setembro, 2005
Original: espanhol/inglês

SESSÃO PREPARATÓRIA

- 0.1 Abertura
- 0.1.1 Às 8h40 do dia 30 de agosto de 2005, no Salão Isabela do Hotel Hilton, na Cidade de Guayaquil, Equador, teve início a Sessão Preparatória da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), na presença de 33 Chefes de Delegação.
- 0.1.2 A reunião foi presidida pelo Representante do Panamá, Senhor Erick Fidel Santamaría, Secretário-Geral do Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, na qualidade de representante do país que presidiu a Segunda Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA.
- 0.2 Eleição do Presidente e do Relator
- 0.2.1 O Representante da Costa Rica propôs o Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, para presidir a Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA. A moção foi apoiada pelos representantes da Nicarágua, da Bolívia (em nome de seu país e do Conselho Agropecuário do Sul) e da República Dominicana.
- 0.2.2 Em seguida, o Representante do México, secundado pelos representantes da Guiana e da República Dominicana, propôs o Senhor Philippe Mathieu, Ministro da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti, para o cargo de Relator, o que foi aprovado.

A mesa ficou composta na seguinte forma:

Presidente:	Pablo Rizzo Pastor (Equador)
Relator:	Philippe Mathieu (Haiti)
Secretário <i>ex officio</i> :	Chelston W. D. Brathwaite

0.3 *Ordem de precedência dos Estados membros*

0.3.1 A ordem de precedência dos Estados membros, de acordo com o artigo 34 do Regulamento da JIA, ficou estabelecida a partir do Equador, país cujo representante fora eleito Presidente da reunião, seguindo a ordem alfabética dos nomes dos países em espanhol. Por conseguinte, na eventual ausência do Presidente, o Ministro da Agricultura de El Salvador, Engenheiro Agrônomo Mario Ernesto Salaverria, o substituiria no cargo.

0.4 *Programa provisório*

0.4.1 O Secretário Técnico da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA, Senhor Fernando del Risco, procedeu à leitura do programa provisório da reunião, submetendo-o, em seguida, a discussão.

0.4.2 O Presidente comentou que o programa provisório fora preparado com base nos requisitos do Processo de Cúpulas das Américas e nas disposições de reuniões anteriores da JIA, principalmente a do Panamá, de 2003, e das reuniões ordinárias do Comitê Executivo, levadas a efeito em São José, Costa Rica, e Ribeirão Preto, Brasil. Em seguida, solicitou aos Chefes de Delegação que se pronunciassem sobre o programa proposto.

0.4.3 O Representante da Bolívia, em nome do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), sugeriu a inclusão, no temário da JIA, de uma proposta do CAS sobre a reorganização e modernização do IICA.

0.4.4 O programa da reunião foi aprovado com a inclusão no temário do item sugerido pelo Representante do CAS.

0.4.5 O Presidente da reunião passou a palavra aos secretários técnicos, respectivamente, da Terceira Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA.

- 0.4.6 O Secretário Técnico da Terceira Reunião Ministerial, Doutor Lizardo de las Casas, informou o plenário sobre os procedimentos quanto ao alcance de consenso a respeito da Proposta Ministerial a ser submetida à consideração da Quarta Cúpula das Américas e quanto à aprovação dos acordos ministeriais. Com relação à Proposta à Quarta Cúpula das Américas, assinalou que, de acordo com o programa aprovado, o Presidente do GRICA, foro hemisférico dos Delegados Ministeriais, submeterá a recomendação desse Grupo à apreciação dos Ministros. No que concerne aos acordos ministeriais, informou que o GRICA havia preparado as respectivas propostas e que agora dependia dos resultados dos diálogos dos Ministros sobre os temas incluídos na agenda para que, conforme o caso, fossem feitos os devidos ajustes a fim de ser o texto final submetido pelo Presidente do GRICA à aprovação dos Ministros.
- 0.4.7 O Diretor-Geral, na qualidade de Secretário *ex officio* da JIA, mencionou que, para facilitar o trabalho da JIA e tendo em conta que há resoluções aprovadas na Vigésima Quarta e na Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo sobre a maioria dos temas a serem tratados pela JIA, os projetos de resolução seriam apresentados ao plenário por grupos. Esclareceu que a Secretaria Técnica da JIA incluiria nos projetos de resolução a parte substancial das considerações e das decisões que, durante os debates, fosse definida pelos representantes titulares dos Estados membros presentes.
- 0.5 Criação de comissões
- 0.5.1 O Presidente assinalou que, de acordo com o disposto no artigo 52 do Regulamento da JIA, essa pode constituir comissões temporárias ou especiais para examinar questões relacionadas com a natureza e os propósitos do Instituto. Como não haviam sido apresentadas propostas de criação de comissões, o Presidente informou que, no transcurso da reunião, se os representantes dos Estados membros assim desejassem, seriam constituídas as comissões.
- 0.6 Data e hora limites para a apresentação de propostas à JIA
- 0.6.1 Foi fixada a quinta-feira, 1º de setembro, às 12h00, como dia e hora limites para a apresentação de propostas.

0.7 Duração da reunião

0.7.1 O plenário decidiu encerrar a reunião na quinta-feira, 1º de setembro, às 16h30.

0.8 Direito a voto no âmbito da JIA

0.8.1 O Diretor-Geral solicitou ao Assessor Jurídico que explicasse o alcance e a forma de aplicação das normas do Instituto sobre o direito de voto nas reuniões da JIA.

0.8.2 O Assessor Jurídico informou as normas sobre o direito de voto dos Estados membros nas reuniões da JIA. Fez menção ao disposto no artigo 24 do Regulamento da JIA e às demais disposições que tratam do direito de voto. Acrescentou que, de acordo com a informação fornecida pela Administração do Instituto, pela primeira vez, nos últimos doze anos, na Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA todos os Estados membros estavam habilitados a votar.

0.8.3 O Diretor-Geral expressou sua satisfação pelo sucesso que representava a situação mencionada pelo Assessor Jurídico. Agradeceu o esforço envidado pelos Estados membros para cumprir seus compromissos financeiros junto ao IICA, ressaltando que esse apoio comprometia a Administração a prestar serviços de alta qualidade.

0.9 Procedimento para a eleição do Diretor-Geral

0.9.1 O Presidente sugeriu que, como só havia um candidato, a eleição do Diretor-Geral fosse realizada por aclamação, no que foi apoiado por todos os representantes titulares dos Estados membros presentes.

0.10 Encerramento da sessão

0.10.1 A Sessão Preparatória foi levantada às 09h42.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

- 1.1 Abertura
- 1.1.1 A Primeira Sessão Plenária foi iniciada às 10h15 do dia 30 de agosto de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.
- 1.2. Discursos de abertura da Terceira Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas
- 1.2.1 O Presidente informou que a Terceira Reunião Ministerial era realizada no contexto do Processo de Cúpulas das Américas. Destacou que os novos tempos se caracterizavam pelo diálogo e a negociação. Assinalou que no Equador imperava a democracia participativa, à luz da qual o Governo assumira compromissos com os produtores e com outros atores do setor agropecuário, os quais são considerados nas negociações comerciais. Comentou que o Governo vinha trabalhando no sentido de consolidar uma agenda interna concertada para os próximos dez anos, que passaria a ser política de Estado.
- 1.2.2 Expressou o desejo de que a reunião se convertesse num instrumento de intercâmbio de experiências e pudesse oferecer valiosas contribuições para o processo de diálogo. Em seguida, fez um resumo dos alcances e expectativas da reunião.
- 1.3 Exposição sobre o papel das reuniões ministeriais no Processo de Cúpulas das Américas
- 1.3.1 O Senhor Luís Alberto Rodríguez, Diretor da Secretaria de Cúpulas das Américas da Organização dos Estados Americanos, fez uma exposição sobre o papel das reuniões ministeriais no Processo de Cúpulas das Américas. Referiu-se aos antecedentes desse processo e apresentou uma resenha das Cúpulas das Américas até então realizadas, ressaltando os aspectos referentes à agricultura e à vida rural constantes das declarações das Cúpulas. Explicou os mecanismos de prestação de contas e seguimento, as funções da Secretaria e o papel das reuniões ministeriais no Processo de Cúpulas. Finalmente, mencionou as atividades preparatórias

da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 4 e 5 de novembro de 2005).

1.4 Relatório sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica 2003-2005

1.4.1 O Doutor Lizardo de las Casas, Secretário da Reunião Ministerial, apresentou o relatório sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica 2003-2005.

1.4.2 Sua exposição foi dividida em três partes. Na primeira, referiu-se ao posicionamento da agricultura e da vida rural na Agenda Hemisférica. Em seguida, explicou o quadro de diretrizes estratégicas para a agricultura e a vida rural, relacionando-o com o Plano de Ação AGRO 2003-2015, e assinalou os alcances da atual dinâmica hemisférica. Destacou as novas relações formadas e os objetivos que haviam sido definidos para o setor agropecuário das Américas. Finalizou a exposição com uma síntese dos desafios e ações estratégicas previstos no biênio 2006-2007.

1.5 Condução da transformação e da modernização do IICA

1.5.1 O Diretor-Geral apresentou o relatório “Liderando el cambio y la reforma institucional en el IICA”. Em sua exposição, mencionou os resultados alcançados pela Administração até aquele momento e suas idéias sobre o futuro. Esse relatório foi complementado pelo Doutor Mario Seixas, Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da Secretaria de Cooperação Técnica do IICA, que discorreu sobre os principais avanços e resultados da cooperação técnica no período 2002-2005.

1.5.2 O Diretor-Geral referiu-se aos esforços envidados por promover a eficiência operacional, a cautela financeira, o melhor uso dos recursos humanos, a ampliação das relações com parceiros estratégicos e uma nova forma de relacionamento com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas. Mencionou que o processo de transformação institucional vinha se desenvolvendo em consonância com as seguintes características de uma organização moderna: visão e estratégia apropriada para sua implementação; estrutura gerencial adequada; mecanismos para a gestão do desempenho e a avaliação; definição da clientela, dos parceiros estratégicos e dos concorrentes; políticas inovadoras de gestão de recursos humanos; políticas, processos e controles de gestão financeira; estratégias para melhorar a comunicação e

promover a imagem institucional; princípios e valores; responsabilidade social e capacidade de reflexão e antevisão do futuro.

- 1.5.3 Acrescentou que o IICA, com vistas a tornar realidade sua nova visão estratégica, atribuíra grande ênfase à promoção do agronegócio, ao apoio às políticas e negociações comerciais, ao estímulo à tecnologia e à inovação, ao impulso ao desenvolvimento rural sustentável e ao incentivo à capacitação e à educação agrícolas. Assinalou que o objetivo era fazer do IICA a instituição líder na prestação de cooperação técnica nas Américas e o principal parceiro na opção dos Estados membros em seus esforços por promover o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar rural. Ressaltou, também, a importância que havia significado para os avanços e sucessos alcançados o fato de os Estados membros e a Direção-Geral trabalharem como uma equipe.
- 1.5.4 Finalmente expressou que o IICA estava preparado para apoiar os países na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e contava com maior capacidade para promover a integração hemisférica e a cooperação horizontal, dar seguimento à situação e às perspectivas da agricultura e da vida rural no Hemisfério e impulsionar uma agenda interinstitucional que apóie o desenvolvimento rural sustentável.
- 1.6 *Ações e resultados da cooperação técnica em 2002-2005*
- 1.6.1 O Doutor Mario Seixas, Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da Secretaria de Cooperação Técnica do IICA, complementou a exposição do Diretor-Geral, apresentando os avanços obtidos na implementação do Plano de Médio Prazo (PMP) do IICA do período 2002-2005. Ressaltou os principais resultados da cooperação técnica prestada pelo IICA nesse período. Mencionou que o Instituto havia continuado a enfatizar estes três aspectos: a) estímulo ao enfoque intertemático, mediante o qual fora possível às áreas técnicas responder plenamente às demandas dos Estados membros; b) incentivo à cooperação horizontal entre países e regiões pela atuação do IICA como eficiente intermediário; e c) aplicação da estratégia “trabalhando juntos” na execução de ações e projetos com os organismos do Sistema Interamericano, com as organizações internacionais e com as agências de cooperação de países industrializados.
- 1.6.2 Em seguida expôs os principais resultados da execução das agendas de cooperação técnica nos níveis nacional, regional e hemisférico, citando vários exemplos. Referiu-se aos principais resultados alcançados no âmbito

da agenda hemisférica nos temas desenvolvimento do agronegócio, políticas e negociações comerciais, tecnologia e inovação, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável, educação e capacitação e elaboração de projetos de investimento. Depois apresentou os resultados mais relevantes das agendas das regiões Andina, Caribe, Central, Norte e Sul.

- 1.6.3 Finalmente, agradeceu o apoio recebido dos Estados membros, que considerava fundamental para gerar e oferecer melhores serviços de cooperação técnica.

1.7 *Eleição do Diretor-Geral*

- 1.7.1 O Presidente solicitou ao plenário que elegeisse, por unanimidade e por aclamação, o Doutor Chelston W. D. Brathwaite Diretor-Geral do IICA no período 2006-2010.

- 1.7.2 O plenário acolheu a moção do Presidente e reelegeu o Diretor-Geral por aclamação com uma salva de palmas.

1.8 *Discurso de aceitação do cargo do Diretor-Geral*

- 1.8.1 O Doutor Chelston W. D. Brathwaite manifestou que aceitava a honra que lhe haviam conferido os Estados membros e agradecia a oportunidade de completar a missão a que se propusera em novembro de 2001, quando fora eleito o nono Diretor-Geral do IICA. Assinalou que a decisão dos Estados membros constituía uma honra para seu país e para a Região Caribe, para sua família e para o pessoal do Instituto que trabalha com lealdade, dedicação e compromisso para promover os ideais da Instituição.

- 1.8.2 Agradeceu ao Governo e ao povo equatoriano sua hospitalidade, a todos os Estados membros, a confiança e apoio nele depositados e ao Primeiro-Ministro de Barbados e seu gabinete, o aval e o apoio dados à sua candidatura. Também estendeu os seus agradecimentos aos Chefes de Governo da CARICOM, aos parceiros estratégicos do IICA, a sua esposa e filhos, a seus pais e, especialmente, a Deus, por sua saúde e força. Homenageou os Diretores Eméritos, agradecendo-os por seus valiosos conselhos e pelo apoio que lhe emprestaram durante sua primeira Administração.

- 1.8.3 Fez uma resenha dos temas estratégicos que considerava como os pilares de sua primeira gestão, ressaltando, entre eles, o processo de modernização institucional. Pediu maior atenção para o estabelecimento de alianças hemisféricas com parceiros estratégicos para o desenvolvimento rural com o propósito de reduzir a pobreza e levar prosperidade às áreas rurais das Américas. Citou, como itens primordiais da agenda de apoio aos Estados membros, os seguintes: comércio e integração; sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; desenvolvimento do agronegócio, inclusive a incorporação de novas tecnologias e a promoção da competitividade; gestão ambiental; modernização do setor agropecuário e desenvolvimento do capital humano.
- 1.8.4 Solicitou que fosse dada continuidade à construção do IICA como uma instituição de excelência, capaz de ajudar os pequenos produtores e a população rural a romper o ciclo de pobreza e dependência, protegendo o meio ambiente e participando efetivamente na economia globalizada.
- 1.8.5 Concluiu ressaltando estes três aspectos: (i) a renda rural alta é essencial para alcançar a meta de desenvolvimento do milênio de reduzir a pobreza; (ii) a prosperidade rural é vital para a estabilidade social e para a governabilidade; e (iii) a pobreza rural não espera, por isso a solução desse grave problema exige atenção urgente.
- 1.8.6 Em nome do Governo de seu país, o Representante de Barbados agradeceu os Estados membros pelo apoio e confiança demonstrados na candidatura do Doutor Chelston W. D. Brathwaite e pelo respaldo que representa ser reeleito com o consenso dos 34 Estados membros.
- 1.9 Encerramento da sessão
- 1.9.1 A Primeira Sessão Plenária foi levantada às 13h15.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

2.1 Abertura

2.1.1 A Segunda Sessão Plenária da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) foi iniciada às 15h15 do dia 30 de agosto de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.

2.2 Diálogo ministerial sobre a modernização institucional do IICA

2.2.1 O Representante da Bolívia, em nome do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), fez menção à proposta para a reorganização e modernização do IICA.

2.2.2 O Representante da Bolívia explicou que a essência da proposta era que o Plano de Médio Prazo (PMP) 2006-2010 fosse elaborado com base nas agendas nacionais e regionais de cooperação técnica. Ressaltou que o resultado da análise das prioridades em nível regional deveria servir de insumo para a formulação da agenda hemisférica, na qual estaria centrado o PMP 2006-2010.

2.2.3 O Representante da Argentina acrescentou que a proposta também sugere que a alocação dos recursos do orçamento do IICA seja efetuada de acordo com as agendas regionais. Informou ao plenário que a proposta poderia ser apresentada por escrito.

2.2.4 O Representante de Honduras cumprimentou o Diretor-Geral por sua exposição sobre os progressos do Instituto. Com respeito ao tema da nova visão estratégica, externou sua preocupação quanto à natureza multissetorial pretendida para o IICA, dadas suas limitações financeiras e, principalmente, pelo fato de o Instituto não ter um mandato para assumir esse papel. Acrescentou que o próximo PMP deveria ser elaborado com a participação dos países e centrar-se na natureza de organismo setorial definida para o IICA. Quanto à proposta do CAS, informou que apoiava a participação dos países na elaboração do PMP, mas manifestou seu desacordo com relação às diretrizes orçamentárias.

- 2.2.5 O Representante do Canadá mencionou que a discussão da proposta do CAS poderia gerar conflito, razão pela qual solicitava que ela fosse tratada de acordo com os procedimentos institucionais já definidos pela JIA.
- 2.2.6 O Representante do Uruguai comentou que a proposta do CAS tinha por propósito fortalecer os conselhos regionais como instâncias para enfrentar em conjunto problemas comuns e analisar temas que poderiam servir de base para o PMP. Reconheceu que o procedimento adotado pelo CAS não era o estabelecido pela JIA, mas insistiu em que a intenção era contribuir para a modernização institucional.
- 2.2.7 O Representante das Bahamas manifestou que o IICA é um organismo que presta cooperação técnica aos países e que cada país deve estabelecer suas diretrizes nacionais de ação para o melhoramento do setor agroalimentar. Expressou que o IICA deve continuar em suas ações hemisféricas de cooperação técnica e não focalizar seus esforços em blocos regionais.
- 2.2.8 O Representante do México assinalou que as diferentes regiões do Hemisfério contam com instâncias regionais agropecuárias, tais como o Grupo Técnico Agropecuario do Norte, o CORECA, o CAC e outros e que os foros organizados pelo IICA têm servido como espaços de encontro. Apoiou a manifestação do Representante do Canadá e sugeriu que a proposta do CAS fosse analisada pelo Comitê Executivo.
- 2.2.9 O Representante da Nicarágua propôs que fosse constituída uma comissão com representantes das cinco regiões para examinar a proposta do CAS e que, na próxima reunião da JIA, fosse apresentado um relatório para consideração.
- 2.2.10 O Representante do Brasil mencionou que a proposta do CAS poderia ser atendida mediante a constituição de um grupo de trabalho de dez pessoas, composto por um representante titular e um suplente por região, o qual, em noventa dias, apresentaria um relatório ao Diretor-Geral.
- 2.2.11 O Presidente sugeriu que, como passo inicial, fosse considerado o primeiro item da proposta do CAS, sobre a criação de uma comissão de análise, que se encarregaria de produzir as minutas de propostas para consideração pelas instâncias institucionais respectivas.
- 2.2.12 O Diretor-Geral lembrou o plenário da existência da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), explicando a sua composição.

Em seguida, sugeriu que a proposta do CAS fosse analisada pela CCEAG, que poderia apresentar um relatório sobre a questão no prazo de 90 dias.

- 2.2.13 Os Representantes da Argentina e do México ressaltaram a conveniência de haver uma comissão *ad hoc* para analisar a proposta, composta por dois representantes de cada região, o que foi aceito pelo plenário.
- 2.2.14 O Presidente solicitou aos representantes das diferentes regiões que se reunissem e decidissem sobre seus dois representantes na comissão destinada a examinar a proposta do CAS, informando seus nomes, no mais tardar, no dia seguinte.
- 2.2.15 O Representante do Haiti assinalou a importância de haver um mecanismo mediante o qual fossem conhecidos os temas de interesse de cada país. Sugeriu a criação de dois fundos fiduciários, um para o desenvolvimento de novas energias e outro para a transferência desses conhecimentos.

2.3 Temas estratégicos com vistas a 2015

O potencial da agrobiotecnologia (ABT) na agricultura das Américas

- 2.3.1.1 O Doutor Mario Seixas, Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da Secretaria de Cooperação Técnica, anunciou o tema e apresentou o expositor, Senhor Albert Sasson, fazendo um resumo de sua trajetória profissional. Ressaltou a importância que revestia para o IICA apoiar os países no desenvolvimento da ABT.
- 2.3.1.2 O Senhor Sasson comentou que o desenvolvimento da ABT era resultado das ações visionárias realizadas nas ciências da vida. Assinalou que a ABT não era a solução para todos os problemas dos produtores, mas poderia ajudar a reduzir a pobreza, se fosse usada como uma ferramenta para agregar valor à agricultura. Comentou que a ABT representa para as Américas uma gama de possibilidades, pois pode ser aplicada desde as técnicas mais simples até as mais sofisticadas, e que, por isso, cada país tem a possibilidade de fazer investimentos nesse campo segundo as suas possibilidades. Expressou, ao concluir, que vários países das Américas já dispõem de estratégias em ABT e que os países devem aproveitar a oportunidade de engajarem-se firmemente na agrobiotecnologia de modo responsável e seguro, uma vez que se trata de um meio para erradicar a pobreza e aumentar a competitividade. Destacou que o IICA poderia

assumir o papel de colaborador nesse campo, apoiando os países por meio da cooperação técnica horizontal.

2.3.2 Exposição sobre as perspectivas da indústria agroenergética nas Américas

2.3.2.1 O Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da Secretaria de Cooperação Técnica anunciou o tema e apresentou o expositor, Senhor Luiz Carlos Correa Carvalho, fazendo um breve resumo de sua carreira profissional.

2.3.2.2 O Senhor Carvalho referiu-se à evolução, às oportunidades e às expectativas da agroenergia e dos biocombustíveis no mercado. Acrescentou que a produção de bioenergia vinha adquirindo cada vez mais adeptos em países interessados na diversificação da produção agrícola e no acesso a novos mercados. Destacou os resultados bem-sucedidos da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Assinalou que nos países que produzem açúcar, etanol e outros biocombustíveis a baixo custo a produção desses pode crescer rapidamente. Finalmente, expressou que a agroenergia constitui uma resposta para a crise energética e pode desempenhar um papel chave para agregar valor à agricultura, assegurar um mercado para os produtores e favorecer a redução da poluição do meio ambiente, bem como a busca da paz mundial. Manifestou que, em sua opinião, o IICA poderia contribuir para identificar a utilidade desse tipo de energia para os países.

2.3.3 Diálogo ministerial sobre os temas estratégicos

2.3.3.1 O Presidente solicitou ao Representante de El Salvador que assumisse a presidência da reunião temporariamente.

2.3.3.2 O Representante da Argentina salientou o papel potencial da biotecnologia na erradicação da pobreza, destacou que se tratava de uma ferramenta de conhecimento e assinalou a importância de insistir junto aos Presidentes quanto à relevância e prioridade desse tema para os países.

2.3.3.3 O Representante do Chile comentou que ainda era preciso consolidar a posição da biotecnologia na agricultura, o que se devia à utilização de práticas obsoletas que já não atendem às necessidades atuais e futuras. Acrescentou que o grande desafio era formular o conceito sobre o novo paradigma. Finalmente, indicou que seu país continuava realizando pesquisas em biotecnologia, mas de forma bastante conservadora.

- 2.3.3.4 O Representante do Paraguai manifestou que o uso dos bioprodutos tem um custo e que o desafio é conseguir que os pequenos produtores rurais tenham acesso efetivo a essa tecnologia.
- 2.3.3.5 O Representante do Uruguai comentou que o tema da biotecnologia era complexo, dado que abarca muitos aspectos que não necessariamente são analisados a partir de uma mesma perspectiva. Acrescentou que era importante considerar o ponto de vista dos consumidores com relação a esse tema, bem como o custo associado à importação da semente melhorada.
- 2.3.3.6 O Representante da Argentina destacou a capacidade dos países para desenvolver agrobiotecnologias e a importância de socializar essa tecnologia mediante atividades de cooperação horizontal.
- 2.3.3.7 O Representante do Brasil cumprimentou os que se manifestaram sobre o assunto e, o IICA, por haver trazido os temas da agrobiotecnologia e da biotecnologia para discussão na JIA. Por sua agroenergia e da vez, assinalou que a experiência brasileira nesses dois campos estava à disposição dos países membros do Instituto.
- 2.3.3.8 O Representante do Canadá comentou a importância de ser avaliado o retorno para o setor primário dos benefícios gerados por essas duas linhas de atividade, uma vez que pesquisas realizadas em seu país haviam demonstrado não ser o mesmo significativo. Mencionou que esse baixo retorno não ajuda a melhorar o nível de renda dos produtores primários e, por conseguinte, não levava ao combate da pobreza rural.
- 2.3.3.9 O Diretor-Geral agradeceu os expositores e os Ministros por suas intervenções.
- 2.4 Encerramento da sessão
- 2.4.1 A Segunda Sessão Plenária foi levantada às 17h30.

TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

- 3.1 Abertura
- 3.1.1 A Terceira Sessão Plenária foi iniciada às 09h00 do dia 31 de agosto de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.
- 3.2 Redução da pobreza, geração de emprego e promoção da prosperidade rural
- 3.2.1 O Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico da JIA, apresentou o expositor Sergio Sepúlveda, Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, fazendo um breve resumo sobre sua trajetória acadêmica e profissional.
- 3.2.2. O Senhor Sergio Sepúlveda apresentou o relatório sobre políticas para a prosperidade rural, assinalando que as Américas enfrentam quatro desafios, tanto para as políticas públicas como para as agendas da agricultura, do meio ambiente e do desenvolvimento rural, quais sejam: (a) reduzir a pobreza como condição estrutural; (b) aproveitar o papel estratégico da agricultura para o alcance de metas de prosperidade e bem-estar da população rural; (c) melhorar a capacidade de resposta do mundo rural às mudanças que acontecem a sua volta; e (d) conciliar as demandas do mercado, a especialização na produção e o uso sustentável dos recursos naturais.
- 3.2.3 Concluiu apresentando a síntese de uma proposta baseada num conjunto de políticas destinadas a cadeias, territórios, instituições e atores sociais, as quais, devidamente articuladas, poderão gerar as sinergias necessárias para melhorar significativamente o emprego, a renda e outros componentes da prosperidade rural. Para tanto, a proposta era contar com uma plataforma de articulação de políticas até 2015 capaz de incorporar os diversos setores da sociedade, facilitar a transição para cumprir os objetivos do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e contribuir para o alcance das Metas do Milênio. Assinalou que mediante tal articulação haverá capacidade para abrir o acesso e potencializar as oportunidades das sinergias entre a agricultura, o comércio e o setor rural, entre a agricultura e outros setores propulsores do desenvolvimento e entre a agricultura, o meio rural e o meio ambiente. Isso

implica articular agendas intersetoriais numa plataforma de inovação com seus respectivos mecanismos institucionais e planos de ação.

3.3 *Políticas de Estado para a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015*

3.3.1 *Exposição do Representante do Chile*

3.3.1.1 O Representante do Chile apresentou a experiência chilena na elaboração e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento do setor agroalimentar. Explicou o contexto em que se desenvolveu a atual política agrícola chilena, cujo objetivo é harmonizar uma visão e uma política que permitam aproveitar cabalmente o potencial agroalimentar do País, contando com a participação de todos os atores produtivos.

3.3.1.2 Referiu-se aos fatores que levaram ao sucesso dessa experiência, tais como o apoio político presidencial, a adesão de outros ministérios, o estabelecimento de mecanismos claros de seguimento, uma visão exigente, mas realista (ou seja, considerar unicamente o que seja possível realizar), a atenção às questões conjunturais e de médio prazo, a revitalização das atividades setoriais (principalmente as exportações) e a existência de uma idéia central (“Chile: Potência Agroalimentar”).

3.3.2 *Exposição do Representante de Honduras*

3.3.2.1 O Representante de Honduras comentou que a política agrícola de seu País fora formulada com o apoio do Governo chileno, criando a Mesa Agrícola Hondurenha como mecanismo de articulação dos setores público, privado e acadêmico com as organizações da sociedade civil. Acrescentou que, no contexto dessa Mesa, fora analisada a situação da agricultura hondurenha, havendo sido definida uma visão estratégica e assinados vários acordos nesse sentido.

3.3.3 *Exposição do Representante da Costa Rica*

3.3.3.1 O Representante da Costa Rica mencionou que, em seu País, a educação e a saúde haviam sido fatores-chave para a implementação de políticas destinadas ao desenvolvimento do setor agroalimentar exportador e da política de elevação de salários. Manifestou que tais fatores ajudaram a diversificar a cesta de produtos de exportação.

3.3.4 Exposição do Representante da Guatemala

3.3.4.1 O Representante da Guatemala assinalou que a política de seu País baseia-se na certeza jurídica da posse da terra e na democratização do crédito. Acrescentou que essas políticas têm por objetivo dar resposta a quatro questões básicas, quais sejam: em que se haverá de trabalhar (florestas, hibernáculos e frutas), com que (Programa “Guate Investe” e Seguros Agrícolas), por que (para a gestão de bacias) e para que (acesso a mercados na América Central, México, Estados Unidos, União Européia e China).

3.3.5 Exposição do Representante do Paraguai

3.3.5.1 O Representante do Paraguai comentou sobre a importância de que, em matéria de desenvolvimento rural, haja uma visão integral. Manifestou que, no caso de seu País, fora dado grande estímulo à participação dos governos locais mediante planos locais de desenvolvimento agrícola. Assinalou que a política agrícola é definida em nível de município, que são as instâncias incumbidas de determinar os objetivos locais dessa política, enquanto o papel do Ministério vinha sendo articular os serviços com os municípios e entre eles e buscar o financiamento necessário.

3.3.6 Exposição do Representante da Guiana

3.3.6.1 O Representante da Guiana referiu-se aos problemas atuais de seu País em setores-chave da economia, tais como os do açúcar, do arroz e da banana, ressaltando que os baixos preços internacionais e os subsídios proporcionados aos setores produtivos nos países industrializados haviam afetado seriamente o setor produtivo nacional.

3.3.6.2 Comentou que a Guiana vinha dirigindo sua política, na medida de suas possibilidades financeiras, para a utilização da ciência e da tecnologia a fim de reduzir os custos de produção e melhorar a competitividade, bem como para a organização dos produtores, o que facilita o acesso aos serviços de apoio e aos recursos produtivos. Destacou que a busca de valor agregado, a diversificação de culturas e os programas de educação de agricultores para incluí-los no processo de globalização eram importantes elementos da política agrícola de seu País.

3.3.7 Exposição do Representante de Saint Kitts e Nevis

3.3.7.1 O Representante de Saint Kitts e Nevis manifestou que em seu País, tal como acontece na Guiana, é crítica a questão do setor açucareiro, em vista do que o Governo está voltado para a identificação de culturas alternativas para os pequenos produtores e trabalhadores vinculados à indústria açucareira.

3.3.7.2 Acrescentou que a busca de soluções para os problemas surgidos nesse setor propiciou a análise de alternativas, como a produção de etanol e o uso do bagaço para alimentação animal.

3.3.8 Exposição do Representante do México

3.3.8.1 O Representante do México comentou que seu País havia concentrado seus esforços no estímulo à produção por meio de programas de apoio ao setor agroalimentar que aumentaram a produção e o acesso aos mercados internacionais.

3.3.8.2 Assinalou que haviam sido procuradas novas fontes de financiamento para o setor e para a integração de cadeias de valor. Além disso, mencionou o esforço de incorporar os produtores primários nas cadeias produtivas, usar racionalmente os recursos naturais e aproveitar as vantagens que a biotecnologia oferece.

3.3.9 Exposição do Representante da Jamaica

3.3.9.1 O Representante da Jamaica comentou que em seu País o IICA se convertera num parceiro técnico na implementação da política setorial. Acrescentou que a migração da população das zonas rurais agrícolas para as áreas urbanas havia provocado um problema social com implicações para outros setores, especialmente o do turismo. Mencionou que a falta de financiamento, os recorrentes desastres naturais que constantemente afetam a competitividade do setor e a migração do campo para a cidade são três problemas para cuja solução se destina a política agrícola do País.

3.3.9.2 Comentou que, em face da queda da produção agrícola local depois da passagem do furacão Andrew, o preço de venda dos bens agrícolas importados aumentara desproporcionalmente, dado que não tinham concorrência. Expressou que por isso considerava que a sobrevivência da

agricultura é um fator transcendental para a manutenção da democracia e a autodeterminação dos povos.

3.3.10 Exposição do Representante das Bahamas

- 3.3.10.1 O Representante das Bahamas comentou que o principal problema que seu País enfrentava dizia respeito à pouca participação da população jovem no setor agroalimentar, em vista do que a agricultura vinha sendo atendida por pessoas muito mais velhas. Explicou que isso se devia a que os jovens preferem trabalhar em setores tais como o financeiro e o do turismo, cuja dinâmica econômica é maior. Manifestou que em seu País a política agrícola estava centrada na identificação de programas que motivem a participação dos jovens no setor agroalimentar, mas que ainda não haviam sido obtidos resultados positivos.

3.3.11 Exposição do Representante da República Dominicana

- 3.3.11.1 O Representante da República Dominicana expressou que os pequenos e médios produtores têm limitações para adquirir novas tecnologias em face da falta de capital e das dificuldades que deparam para obter crédito. Chamou a atenção para a importância do estabelecimento de fundos fiduciários mediante os quais seja possível ter acesso a financiamento oportuno para aquisição de tecnologia.

3.3.12 Exposição do Representante da Venezuela

- 3.3.12.1 O Representante da Venezuela descreveu a forma em que seu País pôde atender, por meio de “missões”, às principais necessidades do setor agroalimentar. Comentou que por meio dessas missões fora possível aumentar as capacidades e o financiamento da agricultura, incentivar a adjudicação de terras para produtores que contem com a necessária infraestrutura, gerar mais emprego no setor agrícola, criar mercados que garantam a venda dos produtos e levar saúde ao setor rural.

3.3.13 Comentários sobre as exposições

- 3.3.13.1 O Diretor-Geral agradeceu a participação das diferentes delegações. Assinalou que na elaboração do próximo Plano de Médio Prazo do IICA seriam considerados os atuais desafios nacionais e a integração com outros ministérios e fontes de financiamento. Acrescentou que o Plano deveria ser preparado sob uma estratégia que permita ao Instituto responder

integralmente às necessidades dos países. Expressou que considerava importante que organizações como a OEA, o BID, a OPAS e o IICA formassem um plano de ação interinstitucional a ser desenvolvido no médio prazo.

- 3.3.13.2 O Representante da Colômbia externou sua preocupação com respeito a um problema que vinha ocorrendo em seu País. Explicou que o Banco Mundial provoca um conflito de interesses que impede o IICA de executar projetos financiados pelo Banco, uma vez que o BIRD argumentara que, como o Ministério da Agricultura é beneficiário do crédito e o Ministro é parte integrante da JIA, que é um dos órgãos do IICA, se o Instituto administra os recursos, tem um papel tanto de beneficiário como de operador do crédito. Em vista disso, o IICA não pode operar os empréstimos do Banco Mundial. O Ministro afirmou que trazia essa preocupação perante todos, já que esse argumento poderia ser usado pelo Banco em outros países, marginalizando, assim, o Instituto como executor dos empréstimos dessa instituição financeira.
- 3.3.13.3 O Representante do Equador retomou a presidência e deu seqüência à agenda.
- 3.4 Exposição “Busca de um sistema de informação sobre a agricultura e a vida rural para o seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015”
- 3.4.1 O Doutor Lizardo de las Casas, Secretário Técnico da Terceira Reunião Ministerial, fez uma exposição acerca do quadro conceptual e referencial do sistema, assinalando que o mesmo deve conter informação sobre as ações realizadas para a implementação dos compromissos, sobre o impacto de tais ações no desempenho da agricultura e da vida rural e sobre as expectativas e percepções dos líderes do agro.
- 3.4.2 O Secretário Técnico da terceira Reunião Ministerial solicitou à Senhora Martine Dirven, Chefê da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que apresentasse o documento sobre os indicadores do Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas.
- 3.4.3 A Senhora Dirven explicou que os Delegados Ministeriais haviam estabelecido 204 indicadores importantes para o Plano de Ação AGRO, mas que a CEPAL, com a informação sobre diversos indicadores fornecida pelas agências co-participantes, apenas pudera incluir informação para 54

indicadores da matriz do Plano de Ação AGRO, os quais versam sobre 27 temas.

3.5 *Encerramento da sessão*

3.5.1 A Terceira Sessão Plenária foi levantada às 13h50.

QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

- 4.1 Abertura
- 4.1.1 A Quarta Sessão teve início às 15h00 do dia 31 de agosto de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.
- 4.2 Apresentação dos acordos ministeriais sobre a implementação e o seguimento da Agenda Hemisférica 2003-2005
- 4.2.1 O Engenheiro Agrônomo Jorge Hernán Chiriboga, na qualidade de Presidente do GRICA em 2005, apresentou a proposta de acordos ministeriais sobre a implementação e o seguimento da Agenda Hemisférica. Sua exposição foi dividida em três partes; na primeira, o expositor referiu-se à implementação e ao seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial. Na segunda parte foi abordado o tema do Sistema de Informação para o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2015 e, na terceira, a questão dos insumos para o Projeto de Declaração de Mar del Plata da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 4 e 5 de novembro de 2005).
- 4.3 Eleição da subcomissão para analisar a proposta do CAS sobre a reorganização e modernização do IICA
- 4.3.1 O Presidente submeteu à consideração do plenário a constituição de um grupo de trabalho para analisar a proposta do CAS sobre a reorganização e modernização do IICA, constante da Resolução CAS/RES.01(V RE-2055), de 29 de agosto de 2005.
- 4.3.2 Os representantes do Canadá, dos Estados Unidos e da Guatemala solicitaram que a proposta fosse apresentada formalmente e à luz do critério técnico do Assessor Jurídico.
- 4.3.3 O Diretor-Geral explicou que, por sugestão da Direção-Geral e mediante resolução da JIA, fora criada a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), ente assessor cuja principal função é facilitar o diálogo com os Estados membros sobre iniciativas administrativas e financeiras. Mencionou que a CCEAG era composta por nove membros,

seis dos quais em representação dos Estados membros com as cotas mais altas do orçamento do Instituto (Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos, México e Venezuela).

- 4.3.4 Assinalou que considerava que, por sua natureza, a CCEAG era um mecanismo adequado para analisar o tema proposto pelo CAS, sugerindo, inclusive, que a composição da CCEAG poderia ser ampliada pela JIA. Destacou que a criação de outra comissão teria como principais inconvenientes custo e tempo.
- 4.3.5 O Representante da Argentina solicitou que fosse esclarecido se a JIA tem faculdades para ampliar ou modificar a CCEAG.
- 4.3.6 O Assessor Jurídico informou sobre os antecedentes, as principais características e as funções da CCEAG. Assinalou que a continuidade dessa Comissão dependia de ratificação da JIA e esclareceu que a natureza da mesma é consultiva, sem poder de decisão, e que suas recomendações não são vinculatórias. Como conclusão, informou que a CCEAG reúne as condições exigidas para analisar a proposta apresentada pelo CAS e que, caso necessário, a JIA poderia modificar o seu Estatuto, o que permitiria ampliar ou, inclusive, rever o alcance da mesma.
- 4.3.7 O Representante do Canadá propôs, como opção, a criação, no âmbito da CCEAG, de uma subcomissão para analisar a proposta do CAS, sugerindo, ademais, que fossem definidos prazos e estabelecidas responsabilidades.
- 4.3.8 O Assessor Jurídico confirmou a faculdade da JIA para criar subcomissões ou grupos de trabalho da CCEAG.
- 4.3.9 O Representante do Brasil solicitou informações sobre quem convoca esses grupos de trabalho. Propôs que fosse constituído um grupo executivo, integrado por dois representantes de cada Região, e que os resultados do trabalho desse grupo fossem submetidos à CCEAG.
- 4.3.10 Os representantes dos Estados Unidos, Saint Kitts e Nevis, México, Nicarágua, Equador e Canadá apoiaram a criação de uma subcomissão para analisar a proposta do CAS.
- 4.3.11 O Representante de Honduras manifestou preocupação pelo fato de a proposta do CAS não estar sendo considerada no contexto do PMP 2006-2010. Propôs a constituição de um comitê para assessorar a Direção-Geral

em matéria do PMP, o qual, por sua vez, designaria uma subcomissão para examinar a proposta do CAS, assinalando que isso permitiria uma análise coerente e um trabalho integrado.

- 4.3.12 O Representante da Guatemala expressou sua concordância quanto à criação do grupo de trabalho, entendendo que se tratava de uma subcomissão temporária, vinculada à CCEAG, cuja atuação estaria limitada ao exame da proposta do CAS.
- 4.3.13 O Presidente solicitou que, antes de ser formada a subcomissão, fosse ratificada a continuidade da CCEAG, cuja vigência expiraria durante esta reunião ordinária da JIA. A proposta foi aprovada pelo plenário por unanimidade. O Diretor-Geral esclareceu que dentro em pouco seria distribuído o projeto de resolução formalizando esse acordo.
- 4.3.14 O Presidente propôs que os representantes dos Estados membros se reunissem por região a fim de designar seus delegados à subcomissão destinada a analisar a proposta do CAS.
- 4.3.15 O Representante de El Salvador assumiu temporariamente a presidência da reunião e solicitou aos porta-vozes dos grupos de representantes que informassem suas designações. Com base nas propostas das diferentes regiões, a subcomissão ficou composta pelos representantes das Bahamas e da Jamaica, pela Região Caribe; da Colômbia e do Equador, pela Região Andina; da Nicarágua e de Honduras, pela Região Central; dos Estados Unidos e do Canadá, pela Região Norte; e da Argentina e da Bolívia, pela Região Sul. Em cada Região, o primeiro país designado será o titular e o segundo, o suplente.
- 4.4 *Ceremônia de assinatura do Acordo Ministerial de Guaiquil*
- 4.4.1 O Presidente da Reunião Ministerial, Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, deu início ao ato de aprovação de Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas, previamente ajustado com o GRICA de 2005, convidando os Ministros e Chefes de Delegação a assinarem o documento. Participaram do ato como testemunhas de honra o Doutor Alfredo Palacio González, Excelentíssimo Senhor Presidente Constitucional da República do Equador, e o Doutor Chelston W.D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA.

Ao firmarem o Acordo Ministerial de Guaiaquil, os Ministros renovaram seu compromisso com o Plano AGRO 2003-2015.

4.5 Encerramento da sessão

4.5.1 A Quarta Sessão Plenária foi levantada às 18h50.

QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

- 5.1 Abertura
- 5.1.1 A Quinta Sessão Plenária foi iniciada às 09h30 do dia 1º de setembro de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.
- 5.1.2 O Representante de Santa Lúcia solicitou ao plenário um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas do furacão Katrina, nos Estados Unidos.
- 5.1.3 O Representante dos Estados Unidos agradeceu todas as delegações pelo gesto de solidariedade.
- 5.2 Projeto de resolução “Ações integradas no campo da biotecnologia e da biossegurança”
- 5.2.1 O Representante do Haiti mencionou o documento, contendo uma proposta de sua Delegação, que fora entregue ao Diretor-Geral a respeito desses dois temas. Explicou que a proposta dizia respeito à criação de um fundo fiduciário destinado ao financiamento de investimentos para pequenos e médios produtores. Solicitou que o documento fosse analisado de acordo com os procedimentos institucionais pertinentes.
- 5.2.2 O Presidente solicitou ao Diretor-Geral que fosse analisada a proposta apresentada pelo Representante do Haiti.
- 5.2.3 O Representante da Argentina referiu-se à necessidade de se dispor de mais tempo para analisar a documentação entregue pelo Representante do Haiti a fim de contar com mais argumentos, caso fosse solicitada ao plenário a aprovação da proposta.
- 5.2.4 O Representante da Venezuela indicou que o Instituto não deveria estabelecer uma posição em matéria de agrobiotecnologia (ABT) por tratar-se de um tema muito polêmico, dado que isso compete aos países e não a um organismo internacional constituído por países com critérios diferentes nessa questão. Manifestou preocupação pelo desvio das exposições

realizadas sobre o tema das ABT, que enfatizaram apenas os aspectos positivos dessas tecnologias.

- 5.2.5 O Representante do México manifestou a conveniência de o IICA poder realizar análises objetivas sobre as ABT e transmitir essa informação aos países para que cada um deles adote suas posições segundo seus próprios critérios. Acrescentou que era fundamental dispor de informação e que, por sua natureza, o IICA poderia constituir-se num difusor de conhecimento e numa instância de cooperação horizontal nesse tema. Assinalou que o Governo mexicano apoiava a iniciativa e colocava à disposição dos demais países seus avanços nesse campo.
- 5.2.6 O Representante da Argentina agradeceu ao IICA a colaboração prestada sobre esse tema aos países do CAS, ressaltando que, graças a esse apoio, havia sido possível realizar três reuniões ministeriais. Sugeriu suprimir o terceiro e o quarto parágrafos resolutivos do projeto de resolução por considerar que a proposta deveria ser aperfeiçoada e apresentar um orçamento.
- 5.2.7 O Diretor-Geral agradeceu os comentários e comunicou que o IICA não adotará uma postura oficial sobre tema tão crucial. Acrescentou que, segundo o espírito e o objetivo do projeto de resolução sobre as ABT apresentado ao plenário, o Instituto manterá sua neutralidade, focalizando o seu papel na difusão de informação aos Estados membros e na análise objetiva do tema.
- 5.2.8 O Representante do Uruguai expressou que o cerne da questão é que esse tema transcende as funções dos ministérios da agricultura. Por isso, sugeriu que fossem bem-delimitados os temas e o grau de profundidade a que se pretende chegar, incluindo outros ministérios nas discussões sobre as ABT. Pediu tempo para analisar as implicações nacionais que poderia gerar a proposta da Delegação do Haiti.
- 5.2.9 O Representante dos Estados Unidos agradeceu o IICA por considerar o tema e destacou a importância de que os países possam adotar decisões com base em conhecimentos científicos. Comentou sobre a anuência dos Estados Unidos em compartilhar informações sobre essa questão.
- 5.2.10 O Representante do Canadá sugeriu que o programa apresentado pelo IICA fosse considerado como ponto de partida e que se continuasse a trabalhar

com base no mesmo. Manifestou também o apoio do Governo canadense a essa iniciativa.

- 5.2.11 O Diretor-Geral recomendou à Secretaria que preparasse uma proposta contendo as observações apresentadas para análise pela CCEAG a fim de poder ser considerada pelo Comitê Executivo em sua próxima reunião.
- 5.2.12 O Representante da Argentina apoiou a manifestação do Representante do Canadá e destacou a intenção de seu País de enviar à CCEAG pessoal capacitado para participar das discussões sobre as implicações políticas do tema e melhor analisar a proposta.
- 5.2.13 O Representante de Honduras sugeriu que o IICA, em nome da JIA, envie pedidos de financiamento a organismos doadores a fim de captar recursos externos para desenvolver essas iniciativas.
- 5.2.14 O Representante do México indicou que seu País enviara suas observações ao documento de proposta e instou os demais países a procederem da mesma forma. Comentou que na última reunião da JIA, em cumprimento à Resolução No. 386, fora constituído um grupo de trabalho incumbido de elaborar o documento em que se baseia a proposta que estava sendo analisada.
- 5.2.15 O Representante do Uruguai manifestou que seu País não concordava em votar sobre resoluções que não assegurassem a participação de todos os membros da JIA.
- 5.2.16 O Presidente anotou as diferentes observações dos representantes da Bolívia, Canadá, México, Honduras, Estados Unidos e Argentina e apresentou o projeto de resolução ao plenário, que foi aprovado com um novo texto nos seguintes itens:
- a) no quinto parágrafo dos considerandos, deve ficar claro que “estão sendo incorporadas” as observações e comentários dos Estados membros;
 - b) no primeiro parágrafo resolutivo, deve ficar claro que a revisão da proposta será realizada o mais breve possível pelos representantes designados pelos ministérios da agricultura a fim de concluir o proposto Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança;

- c) recomenda-se suprimir o terceiro parágrafo resolutivo, considerando que a proposta técnica será aperfeiçoada e, por conseguinte, deverá ser elaborada nova proposta de orçamento;
- d) no quarto parágrafo resolutivo, os Estados membros devem ser instados a efetuar contribuições voluntárias extracotas para financiar a implementação da proposta, bem como a apoiar as gestões e negociações que o IICA realizar junto a entidades de cooperação técnica e financeira a fim de obter recursos para financiar o programa em referência.

5.3 Projeto de resolução “Proposta de Programa Hemisférico de Agroenergia”

- 5.3.1 O Representante da Bolívia solicitou que na alínea b do segundo parágrafo resolutivo desse projeto de resolução fique claro que os Ministérios da Agricultura serão os responsáveis por designar os peritos que constituirão a equipe de trabalho.
- 5.3.2 O Representante do Canadá manifestou que não poderia votar a favor da resolução, caso a alínea b do segundo parágrafo resolutivo estabeleça o desenvolvimento de um plano hemisférico. Explicou que isso exigiria consultar seu Governo, uma vez que o tema da bioenergia transcende a alçada do Ministério da Agricultura do Canadá.
- 5.3.3 Os representantes do Brasil, Canadá e Estados Unidos sugeriram que fossem empregados os termos “agroenergia” e “biocombustíveis” no texto da resolução.
- 5.3.4 O Presidente anotou as observações e as modificações propostas e em seguida reapresentou o projeto de resolução ao plenário, que foi aprovado com nova versão nos seguintes itens:
 - a) primeiro parágrafo resolutivo: “Solicitar ao IICA que atue como plataforma de cooperação hemisférica para aproveitar as bem-sucedidas experiências em agroenergia de países da Região na produção de álcool de cana-de-açúcar e outros biocombustíveis.”
 - b) segundo parágrafo resolutivo, alínea b: “estabelecer uma equipe de trabalho composta por peritos designados pelos Ministérios da Agricultura com vistas à elaboração de uma proposta de programa

hemisférico de agrobioenergia e biocombustíveis a ser apresentada ao Comitê Executivo em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária.”

- c) terceiro parágrafo resolutivo: “Incumbir o Diretor-Geral de apresentar uma proposta ao Comitê Executivo sobre os recursos adicionais necessários para apoiar as atividades que sejam impulsionadas conforme dispõe esta resolução.”

5.4 *Projeto de resolução “Constituição de uma subcomissão da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais para estudar a proposta do Conselho Agropecuário do Sul em sua Resolução CAS/RES.01 (V RE-2005)”*

- 5.4.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução em referência e declarou abertos os debates.
- 5.4.2 O Representante dos Estados Unidos manifestou que o documento sobre a resolução do CAS não fora distribuído formalmente durante a reunião e solicitou cópia da versão em inglês para melhor apreciá-lo. Acrescentou que, com relação ao terceiro parágrafo resolutivo, poderia ser fixada uma data mais próxima para o relatório da subcomissão.
- 5.4.3 O Representante da Bolívia comentou que a resolução do CAS fora lida em sala em várias ocasiões e que havia sido entregue à Secretaria para distribuição.
- 5.4.4 O Diretor-Geral sugeriu que, em face dos positivos resultados obtidos na arrecadação das cotas atrasadas, o Instituto poderia proporcionar o apoio financeiro requerido para o bom desempenho da subcomissão. Corroborou o pedido do Representante dos Estados Unidos, no sentido de que a reunião fosse realizada o mais breve possível para que o relatório da subcomissão sirva de insumo para a elaboração do Plano de Médio Prazo 2006-2010.
- 5.4.5 O Presidente fez um resumo das observações dos representantes do México, Bolívia e Estados Unidos e apresentou ao plenário nova versão do projeto de resolução com as seguintes modificações:
 - a) no primeiro parágrafo resolutivo, deve estar estabelecido que a subcomissão está sendo criada no âmbito da CCEAG com o propósito de examinar a proposta e as recomendações constantes da Resolução CAS/RES.01 (V RE-2005) e que a subcomissão apresentará suas

conclusões e recomendações sobre a matéria à CCEAG em sua próxima reunião ordinária;

- b) no terceiro parágrafo resolutivo, dever ser determinado à subcomissão que se reúna em São José, Costa Rica, em outubro de 2005 e apresente um relatório com suas conclusões e recomendações ao Diretor-Geral do IICA até 15 de dezembro de 2005 com vistas a que o mesmo seja transmitido aos membros da CCEAG antes do fim do corrente ano;
- c) no quarto parágrafo resolutivo, deve-se determinar ao Diretor-Geral que preste o apoio técnico, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da subcomissão. Em vista disso, fica eliminada a alínea a do quinto parágrafo resolutivo.

5.5 *Projetos de resolução “Avanços e resultados na implementação do Plano de Médio Prazo 2002-2006”, “Relatório sobre a situação e perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2005” e “Prorrogação da vigência da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais no período 2006-2010”*

- 5.5.1 O Relator deu leitura aos projetos de resolução “Avanços e resultados na implementação do Plano de Médio Prazo 2002-2006”, “Relatório sobre a situação e perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2005” e “Prorrogação da vigência da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais no período 2006-2010”, os quais foram aprovados sem modificação.

5.6 *Projeto de resolução “Autorização ao Comitê Executivo para aprovar o Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária”*

- 5.6.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução sobre a autorização da JIA para que o Comitê Executivo aprove o Plano de Médio Prazo do IICA em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária.
- 5.6.2 Os representantes do Canadá e da Argentina propuseram algumas modificações ao texto do segundo parágrafo resolutivo a fim de estabelecer que a CCEAG, em vez de examinar as sugestões dos grupos regionais, incorpore as recomendações e as propostas que resultarão da subcomissão

da CCEAG criada para examinar a proposta do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).

- 5.6.3 O Representante da Argentina acrescentou que o espírito da proposta do CAS submetida à JIA era criar uma comissão para analisar propostas de todas as regiões e não exclusivamente a do CAS.
- 5.6.4 O Representante de Honduras assinalou que a JIA tem seus regulamentos e procedimentos estabelecidos para rever o Plano de Médio Prazo, acrescentando que a criação da subcomissão incumbida de examinar a proposta do CAS deve ser considerada como um caso especial.
- 5.6.5 Os representantes da Costa Rica e da República Dominicana concordaram em que a subcomissão estava sendo criada para atender a um mandato específico, em vista do que não deveria ser considerada na resolução em discussão.
- 5.6.6 Os representantes dos Estados Unidos e da Jamaica sugeriram deixar o segundo parágrafo resolutivo como estava, permitindo, assim, receber outras contribuições interessantes de outros grupos, as quais seriam de grande relevância na elaboração do Plano de Médio Prazo 2006-2010.
- 5.6.7 O Representante da Venezuela propôs acrescentar, no segundo parágrafo resolutivo, a expressão “e considerar”, em seguida à palavra “analisar”.
- 5.6.8 O Diretor-Geral expressou seu interesse em receber dos diferentes grupos regionais as sugestões e propostas que julgarem necessário incluir no próximo Plano de Médio Prazo. Recordou a existência de diferentes instâncias, tais como a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais, o Comitê Executivo e a JIA, junto às quais os países, em grupo ou individualmente, podem dar suas contribuições. Finalmente, solicitou que ficasse estabelecida no segundo parágrafo resolutivo a possibilidade de os grupos regionais apresentarem seus comentários.
- 5.6.9 O Representante da Nicarágua respaldou a manifestação do Diretor-Geral.
- 5.6.10 O Presidente submeteu a votação o projeto de resolução, que foi aprovado.

5.7 Projeto de resolução “Procuração de amplos poderes para o Diretor-Geral”

5.7.1 O Relator deu leitura ao projeto de resolução “Procuração de amplos poderes para o Diretor-Geral”, que foi aprovado sem modificações.

5.8 Criação de um comitê de assessoramento técnico

5.8.1 O Diretor-Geral informou que apresentará para consideração pela Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais uma proposta de criação de um comitê de assessoramento técnico, constituído por até seis peritos de reconhecido conhecimento técnico-científico e trajetória profissional para assessorar o IICA, principalmente quando seja preciso entrar em novas áreas. Acrescentou que o Instituto pode beneficiar-se do assessoramento e das idéias inovadoras desses peritos, que seriam oriundos principalmente de universidades e outros centros de excelência, para orientar e aperfeiçoar a pertinência e qualidade da cooperação técnica do Instituto aos Estados membros.

5.8.2 O Representante da Bolívia comentou que os regulamentos facultam o Diretor-Geral para realizar as consultas que julgar oportunas e que, portanto, não via necessidade de a JIA ter que aprovar a constituição de um comitê dessa natureza.

5.8.3 O Representante do Uruguai assinalou que em tal proposta deveriam estar definidas as competências dos membros do comitê, o tipo de trabalho que eles desenvolverão e sua situação dentro do organograma institucional.

5.8.4 O Diretor-Geral reconheceu a faculdade que lhe conferem os regulamentos para criar esse tipo de comitê, mas expressou que considerava importante informar a JIA sobre as ações que o Instituto planeja desenvolver para atender às necessidades dos países. Acrescentou que enviará às delegações toda informação relacionada com a proposta de constituição do referido comitê e encaminhará o assunto à CCEAG para que seja discutido nessa instância.

- 5.9 *Apresentação dos demonstrativos financeiros do Instituto em 2003 e 2004 e relatório dos auditores externos*
- 5.9.1 A Senhora Karen Kleinheinz, Diretora de Finanças, apresentou os demonstrativos financeiros do Instituto em 2003 e 2004 e o relatório dos auditores externos. Explicou que o Regulamento Financeiro do IICA estabelece que anualmente seja realizada uma auditoria externa e informou que a firma Deloitte & Touche havia sido responsável pela auditoria dos demonstrativos financeiros do IICA correspondentes aos exercícios 2003 e 2004. Ressaltou que essa auditoria baseara-se nas normas internacionais de auditoria e nos princípios de contabilidade de aceitação geral. Informou sobre o desfalque ocorrido no Escritório do IICA no Suriname e comentou que, com o apoio dos auditores internos e externos e do Comitê de Exame de Auditoria (CEA), estavam sendo revistos os procedimentos de controle interno para evitar casos similares no futuro.
- 5.10 *Exposição sobre o décimo e o décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)*
- 5.10.1 O Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico da JIA, informou ao plenário que o Senhor Luis Carlos Gutiérrez, membro do CEA, por motivos pessoais não havia podido comparecer à reunião. Assinalou que, no entanto, o seu relatório fora apresentado e aceito pelo Comitê Executivo em sua Vigésima Quinta Reunião Ordinária e distribuído aos 34 Estados membros com 45 dias de antecedência à data desta reunião. Indicou, ainda, que fora distribuído ao plenário o projeto de resolução mediante o qual a JIA tomou conhecimento dos relatórios dessa natureza.
- 5.11 *Exposição sobre as medidas revistas para a arrecadação das cotas devidas ao IICA*
- 5.11.1 A Senhora Karen Kleinheinz, Diretora de Finanças, discorreu sobre os progressos obtidos na arrecadação das cotas devidas ao IICA. Lembrou que a situação do atraso no pagamento das cotas havia sido revista em diferentes oportunidades pela JIA, pelo Comitê Executivo e pela CCEAG. Mencionou que, por meio das resoluções 392 da JIA e 417 do Comitê Executivo, haviam sido adotadas medidas para a arrecadação dessas cotas. Informou que os países inadimplentes haviam acertado um cronograma de pagamento com o Diretor-Geral e ressaltou a importância de que os Estados membros mantenham em dia os pagamentos das cotas para que o Instituto possa continuar a prestar a cooperação técnica oportunamente.

5.12 *Orçamento-Programa de 2006-2007 e Orçamento Extraordinário de 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo Geral*

5.12.1 O Senhor Francisco Barea, Diretor de Administração e Finanças e Programação, apresentou o Orçamento-Programa de 2006-2007 e a Proposta de Orçamento Extraordinário. Explicou que o primeiro se baseava nas seguintes diretrizes: (i) não fora considerado aumento nos recursos regulares, mantendo-se no biênio 2006-2007 o mesmo montante de há dez anos, o que significa que as cotas dos Estados membros mantêm-se inalteradas; (ii) a especificação da alocação dos recursos estava sendo apresentada por capítulos, áreas temáticas e unidades da Instituição e havia sido programada apenas para 2006 a fim de permitir à nova Administração do Instituto flexibilidade para ajustá-la; considerando que a nova Administração tomará posse em janeiro de 2006, sugeriu que a JIA autorizasse o Comitê Executivo a aprovar, em sua próxima reunião ordinária, a destinação específica dos recursos do Fundo Regular de 2007; e (iii) a alocação dos recursos fora efetuada com base nas agendas nacionais e regionais de cooperação técnica do IICA e nas prioridades identificadas nos mandatos do Processo de Cúpula das Américas, particularmente para apoiar os Estados membros na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

5.12.2 Informou que o valor total dos recursos orçados para o Fundo Regular era de US\$30 milhões anuais e que, desse total, US\$27,2 milhões anuais correspondiam a recursos de cotas e US\$2,8 milhões, a fontes diversas. Acrescentou que, de acordo com os regulamentos em vigor, a proposta de Orçamento-Programa apresenta os recursos do Fundo Regular distribuídos em três capítulos, a saber: (1) Serviços diretos de cooperação técnica. (ii) Custos de Administração e (iii) Despesas gerais e provisões. No último capítulo estão previstos os recursos para as reuniões do Comitê Executivo e da JIA, seguros, pensões e outras rubricas que, por sua natureza especial, não podem ser alocados a unidades operacionais da Instituição.

5.12.3 Em seguida apresentou a proposta de orçamento extraordinário financiado com recursos do Subfundo-Geral, no valor de US\$2.609.000,00. Explicou que os recursos desse orçamento eram destinados a financiar três tipos de ações prioritárias de relevância estratégica, a saber: (i) o desenvolvimento de capacidades para a efetiva aplicação do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) da Organização Mundial do Comércio; (ii) os investimentos em infra-estrutura tecnológica, equipamento audiovisual e geradores elétricos; e (iii) reformas e manutenção de

escritórios. Finalmente, assinalou que a execução desse orçamento extraordinário dependia de que, durante o biênio, fosse possível arrecadar um montante de cotas atrasadas superior ao valor das cotas orçadas.

5.12.4 A Representante da Argentina ressaltou o trabalho do CATIE na formação de profissionais e solicitou informações a respeito da redução na dotação orçamentária para esse Centro.

5.12.5 O Senhor Barea esclareceu que as transferências estabelecidas para o CATIE não haviam sofrido alteração e que o que ocorrera fora o remanejamento do montante do orçamento destinado à Biblioteca Orton, o qual, com a soma do milhão de dólares transferidos diretamente, resulta numa cifra similar à alocada ao Centro em anos anteriores.

5.12.6 O Representante do México enfatizou que os recursos destinados a reformas e manutenção deveriam ser aplicados em ativos próprios ou em usufruto, mas não em bens arrendados.

5.13 Encerramento

5.13.1 A Quinta Sessão Plenária foi levantada às 13h45.

SEXTA SESSÃO PLENÁRIA

- 6.1 Abertura
- 6.1.1 A Sexta Sessão Plenária foi iniciada às 15h30 do dia 1º de setembro de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.
- 6.2 Projetos de resolução “Demonstrativos financeiros do IICA em 2003 e 2004 e relatório dos auditores externos”, “Medidas revistas para a arrecadação das cotas devidas ao Instituto”, “Orçamento-Programa de 2006-2007”, “Décimo e décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria” e “Emenda ao artigo 73 do Regulamento da Direção-Geral e à norma 2.1(b) do Regulamento Financeiro”
- 6.2.1 O Relator procedeu à leitura dos seguintes projetos de resolução “Demonstrativos financeiros do IICA em 2003 e 2004 e relatório dos auditores externos”, “Medidas revistas para a arrecadação das cotas devidas ao IICA”, “Orçamento-Programa de 2006-2007”, “Décimo e décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria” e “Emenda ao artigo 73 do Regulamento da Direção-Geral e à norma 2.1(b) do Regulamento Financeiro”, os quais foram aprovados sem modificação.
- 6.3 Projeto de resolução “Orçamento extraordinário de 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo-Geral”
- 6.3.1 O Relator deu leitura ao projeto de resolução “Orçamento extraordinário de 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo-Geral”.
- 6.3.2 O Representante do Equador sugeriu reduzir a verba destinada a reformas de Escritórios próprios do IICA ou recebidos em usufruto, propondo que fossem aumentados os recursos destinados ao desenvolvimento de capacidades nos países para o aproveitamento do Acordo MSF.
- 6.3.3 O Representante da Bolívia, em nome dos Estados membros do CAS, e o Representante do Canadá apoiaram a proposta do Equador.

- 6.3.4 O Representante de Honduras sugeriu que o Diretor-Geral indicasse se os recursos extraordinários destinados ao fortalecimento do componente sanidade agropecuária eram suficientes.
- 6.3.5 O Representante da Jamaica calculou que a economia em manutenção poderia ser contraproducente, pois, se não for feita manutenção oportunamente, a deterioração pode-se acelerar, e o custo posterior poderá ser significativamente maior, além do desconforto e dos riscos que a falta de manutenção poderia causar aos funcionários.
- 6.3.6 O Diretor-Geral disse entender o espírito da proposta do Representante do Equador, mas que, no entanto, considerava que a situação das instalações físicas em alguns Escritórios e, principalmente, na Sede Central era crítica, uma vez que, em face das restrições financeiras, não fora possível realizar consertos, que foram sendo postergados, o que vinha gerando riscos e despesas cada vez maiores na infra-estrutura da Sede Central, cujo prédio data de mais de 30 anos, e em outros locais de propriedade do IICA ou nas instalações que a Instituição utiliza nos Estados membros e que lhe foram cedidas em comodato pelos governos. Explicou que, em vista dessa situação, recentemente fora necessário suspender uma importante reunião que seria realizada na Sede Central. Acrescentou que a situação não apenas afeta a imagem institucional, mas pode levar a um estado de deterioração de difícil controle, pondo, inclusive, em risco a segurança do pessoal. Em seguida informou que a inclusão da rubrica orçamentária “renovação de infra-estrutura e equipamento” permitirá à Administração tomar providências para evitar uma maior deterioração de suas instalações e equipamentos.
- 6.3.7 O Representante do Equador esclareceu que sua intenção não era prejudicar as condições dos funcionários, mas, sim dispor de mais recursos para cooperação técnica. Expressou sua concordância em que o manejo ou a redistribuição dos recursos desse orçamento extraordinário ficasse a critério do Diretor-Geral.
- 6.3.8 O projeto de resolução foi aprovado sem modificações, mas com a indicação de que a distribuição dos recursos alocados no orçamento extraordinário entre as diferentes rubricas consideradas seja realizada a critério do Diretor-Geral.

- 6.4 *Projeto de resolução “Cooperação horizontal em seguros agropecuários e fundos de garantia”*
- 6.4.1 O Representante da Costa Rica, em nome dos Estados membros do Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), apresentou o projeto de resolução “Cooperação horizontal em seguros agropecuários e fundos de garantia”.
- 6.4.2 A Representante da Argentina acolheu com satisfação a proposta e comentou que no âmbito do CAS havia sido constituído um grupo especializado em administração de risco. Acrescentou que na Argentina há sistematização dessas experiências, que lá foram desenvolvidos diversos instrumentos em matéria de administração de risco e que foram ministrados cursos para capacitadores, entre outras ações. Comunicou que colocava essa valiosa experiência dos países que compõem o CAS à disposição dos demais Estados membros.
- 6.4.3 O Representante do Panamá expressou sua satisfação pelo oferecimento da Delegação argentina e comentou que em seu País também havia experiências que poderiam ser compartilhadas, uma delas sobre a criação de um fundo de garantia que facilita o acesso dos pequenos produtores agropecuários ao crédito.
- 6.4.4 O Representante de Santa Lúcia, em nome da CARICOM, assinalou que apoiava plenamente o projeto de resolução e citou a experiência da formação de redes de colaboradores destinadas à proteção dos agricultores. Finalmente, manifestou interesse em participar nas ações propostas no projeto de resolução.
- 6.4.5 O projeto de resolução foi então aprovado sem modificações.
- 6.5 *Relatórios sobre o cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo*
- 6.5.1 O Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico, comentou que os relatórios sobre o cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo haviam sido disponibilizados na página do IICA no sítio Web com 45 dias de antecedência a esta reunião. Por conseguinte, e levando em conta que havia temas de alta prioridade da

reunião ainda por discutir, ele se colocava à disposição dos representantes dos Estados membros para esclarecer quaisquer dúvidas ou prestar informação complementar sobre esses relatórios.

6.6 *Projeto de resolução “Cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo”*

6.6.1 Após a leitura desse projeto de resolução pelo Relator, o mesmo foi aprovado sem modificações.

6.7 *Relatório bienal de 2003-2004 do CARDI*

6.7.1 O Senhor Francis H. Asiedu, Representante da Unidade da Jamaica perante o CARDI, apresentou ao plenário o relatório bienal de 2003-2004 do CARDI.

6.8 *Relatório bienal de 2003-2004 do CATIE*

6.8.1 O Senhor Pedro Emilio Ferreira Rossi, Diretor-Geral do CATIE, apresentou ao plenário o relatório bienal de 2003-2004 do CATIE.

6.9 *Projetos de resolução “Relatório bienal de 2003-2004 do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe”, “Relatório bienal de 2003-2004 do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino” e “Fortalecimento das relações IICA-CATIE e avanço na execução de ações conjuntas em 2002-2004”*

6.9.1 O Relator procedeu à leitura dos projetos de resolução “Relatório bienal de 2003-2004 do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe” e “Relatório bienal de 2003-2004 do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino”. Por meio desses projetos de resolução a JIA acolheu os relatórios do CARDI e do CATIE, cumprimentando os expositores por suas respectivas apresentações. Em seguida, o relator fez a leitura do projeto de resolução “Fortalecimento das relações IICA-CATIE e avanço na execução de ações conjuntas em 2002-2004”, havendo os três projetos de resolução sido aprovados sem modificações.

6.10 Apresentação “Mais do que alimentos na mesa: a verdadeira contribuição da agricultura no Equador”

6.10.1 O Senhor Jaime Muñoz Reyes, Representante do IICA no Equador, anunciou o relatório e comentou que o tema da baixa valorização da agricultura era uma preocupação das autoridades do setor agropecuário do Equador. Acrescentou que as estatísticas tradicionais não consideram a multifuncionalidade da agricultura e suas implicações sociais, ambientais e econômicas, que são decisivas nos processos de tomada de decisões. Acrescentou que essa interpretação equivocada faz com que a agricultura seja vista como um assunto do âmbito exclusivo da propriedade rural.

6.10.2 Informou que, em face da exigüidade do tempo, os especialistas do IICA no Equador responsáveis pela preparação do documento “Mais do que alimentos na mesa: a verdadeira contribuição da agricultura no Equador” não apresentariam os resultados de seu relatório, mas que uma versão preliminar do documento havia sido distribuída a todas as delegações em espanhol e inglês.

6.11 Palavras dos Diretores Eméritos

6.11.1 Palavras do Doutor José Emilio Araujo

6.11.1.1 O Doutor José Emilio Araujo manifestou sua satisfação por haver participado da reunião, assinalando que para ele era também motivo de honra. Cumprimentou o Doutor Brathwaite por sua reeleição e fez votos por que o seu segundo mandato fosse tão bem-sucedido quanto o primeiro. O Doutor Araujo recordou algumas passagens de sua gestão, mencionando que durante seu mandato o número de Estados membros do IICA fora aumentado pela adesão de 10 novos países.

6.11.2 Palavras do Doutor Francisco Morillo

6.11.2.1 O Doutor Morillo expressou que considerava uma grande honra estar presente à reunião, bem como por ter a oportunidade de dirigir algumas palavras ao plenário. Enfatizou a importância da revalorização do papel da agricultura, liderada pelo IICA. Cumprimentou o Diretor-Geral e sua equipe de trabalho por todo seu empenho na busca do reconhecimento da verdadeira contribuição da agricultura. Manifestou sua confiança em que o IICA haverá de superar as ameaças e dificuldades que apresenta a conjuntura atual, entre as quais citou a concorrência por recursos e as

relações intersetoriais. Finalmente, congratulou-se com o Diretor-Geral por sua reeleição, augurando-lhe muito sucesso no novo mandato.

- 6.11.2.2 O Diretor-Geral agradeceu os Diretores Eméritos Carlos Samper, José Emilio Araujo, Francisco Morillo, Martín Piñeiro e Carlos Aquino pelo apoio e pelos oportunos conselhos que deles recebeu durante sua primeira gestão, com os quais espera continuar a contar durante sua segunda gestão.
- 6.12 *Projeto de resolução “Data e sede da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA”*
- 6.12.1 O Secretário Técnico leu a carta em que o Governo da Guatemala, por intermédio do Engenheiro Agrônomo Álvaro Aguilar Prado, Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação, oferece seu País como sede da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA e informou que se tratava da única proposta até então oficialmente apresentada à Secretaria Técnica.
- 6.12.2 O Representante da Guatemala comentou que nos últimos anos seu País vinha sendo escolhido como sede de importantes reuniões internacionais, entre as quais a reunião da Assembléia de Governadores do BID, a reunião da FAO e a Assembléia do Comitê Olímpico Nacional. Finalmente, expressou que para a Guatemala seria uma grande honra servir de sede à próxima reunião ordinária da JIA.
- 6.12.3 Os representantes do Brasil, México, Equador, Costa Rica e Bolívia, esse último em nome dos Estados membros do CAS, manifestaram seu apoio à proposta da Guatemala.
- 6.12.4 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução, que foi aprovado por unanimidade sem modificação.
- 6.13 *Projeto de resolução “Agradecimento ao Governo e ao povo da República do Equador e às autoridades da Cidade de Guayaquil”*
- 6.13.1 O Relator deu leitura ao projeto de resolução “Agradecimento ao Governo e ao povo da República do Equador e às autoridades da Cidade de Guayaquil”, que foi aprovado por unanimidade, sem modificação, havendo o plenário aplaudido de pé e com uma calorosa salva de palmas essa aprovação.

6.14 Galardões interamericanos

6.14.1 O Secretário Técnico explicou que os Galardões Interamericanos no Setor Rural constituem o mais alto reconhecimento público internacional que faz o IICA a pessoas e instituições que se dedicaram ao desenvolvimento da agricultura e ao melhoramento da vida rural nas Américas.

6.14.2 Os prêmios foram entregues pelo Presidente da reunião, em nome da JIA, e pelo Diretor-Geral com base na Resolução IICA/CE/Res.439(XXV-O/05) (Ribeirão Preto, SP, Brasil, 13-14 de maio de 2005).

6.14.3 Foram os seguintes os prêmios entregues: (i) Medalha Agrícola Interamericana 2003-2005 ao Senhor Miguel Holle Osterdart, do Peru, recebida em seu nome por seu filho, Senhor Kurt Holle; (ii) Prêmio à Participação da Mulher no Desenvolvimento Rural 2003-2005, à Senhora Fresia Enriqueta del Carmen Zúñiga Pérez, do Chile; (iii) Prêmio Agrícola Interamericano para Profissionais Jovens 2003-2005, à Senhorita Ximena Rocío Cadima Fuentes, da Bolívia; e (iv) Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural 2003-2005, ao Centro de Inseminação Artificial da Universidade Austral do Chile, recebido pelo Senhor Víctor Cubillos, Sub-Reitor de Agronomia da Universidade. Também foram entregues menções honrosas ao Senhor Nelson Estrada Ramos, da Colômbia, na Medalha Agrícola Interamericana 2003-2005; à Senhora Grace Cereceda Sangster de Cabanilla, no Prêmio à Participação da Mulher no Desenvolvimento Rural 2003-2005, e à empresa Sandals Resort International, que atua em Santa Lúcia, no Prêmio à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural 2003-2005.

6.14.4 Cada um dos agraciados agradeceu os Estados membros pela honra de haver recebido tão alta distinção.

6.15 Assuntos diversos

6.15.1 O Representante de Honduras solicitou que fosse analisada a inclusão de um projeto de resolução sobre a remuneração do Diretor-Geral do IICA, já que na Convenção sobre o Instituto não havia sido considerado o mecanismo ou procedimento para que periodicamente fosse revisto o salário do Diretor-Geral. Indicou que a prática vinha sendo a JIA dar instruções ao Comitê Executivo para tratar do assunto. Informou que havia 10 anos que essa questão não era considerada. Sugeriu instruir o Comitê

Executivo no sentido de recomendar uma solução permanente para essa situação. O Representante do México expressou a mesma opinião, havendo os representantes do Equador e do Brasil também apoiado a moção.

- 6.15.2 O Representante do Canadá solicitou o parecer do Assessor Jurídico sobre a proposta apresentada.
- 6.15.3 O Assessor Jurídico concordou com o Representante de Honduras em que não há procedimento específico para determinar a remuneração do Diretor-Geral, mas que existe uma disposição na Convenção que estabelece que cabe à JIA eleger o Diretor-Geral e definir a sua remuneração, para o que se faz necessário o voto de dois terços dos Estados membros. Com vistas a solucionar a situação, sugeriu as seguintes alternativas: (i) determinar à CCEAG que estude o assunto e submeta sua recomendação ao Comitê Executivo para que esse órgão, por sua vez, formule uma recomendação à JIA que seja votada por correspondência; (ii) o Comitê Executivo, que tem faculdades para isso, pode adotar uma resolução *ad referendum* da JIA em sua próxima reunião, a qual passa a vigorar até ser obtida a ratificação da JIA.
- 6.15.4 Os representantes das Bahamas, Santa Lúcia, Equador, México e Haiti expressaram que consideravam ser essa uma decisão importante que, portanto, exigia contar com informação pertinente com suficiente antecedência a fim de que a decisão a ser tomada seja acertada.
- 6.15.5 O plenário recomendou instruir a CCEAG no sentido de analisar a questão da remuneração do Diretor-Geral e apresentar uma proposta a esse respeito ao Comitê Executivo em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária.
- 6.16 Encerramento
- 6.16.1 A Sexta Sessão Plenária foi encerrada às 17h25.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

7.1 Abertura

7.1.1 A Sessão de Encerramento foi iniciada às 17h30 do dia 1º de setembro de 2005, sob a presidência do Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.

7.2 Reconhecimento a ex-funcionários equatorianos

7.2.1 Título de Doutor Honoris Causa para o Doutor Jorge Soria Vasco

7.2.1.1 O Senhor Pedro Ferreira, Diretor-Geral do CATIE, dirigiu-se ao plenário por ocasião do ato de entrega do título de Doutor *Honoris Causa* ao Doutor Jorge Soria Vasco. Destacou sua reconhecida trajetória, assinalou os cargos técnicos e gerenciais ocupados no CATIE pelo homenageado e ressaltou suas principais conquistas profissionais, bem como sua contribuição para a agricultura e o setor rural das Américas.

7.2.1.2 O Doutor Soria agradeceu tão alta distinção, expressando que a compartilhava com os profissionais que o acompanharam durante sua gestão no CATIE. Destacou o trabalho do IICA e do CATIE como organizações que compreendem que as mudanças conjunturais exigem o ajustamento de prioridades e o estabelecimento de estratégias para responder às novas condições. Agradeceu a sua família, ao CATIE e ao IICA e, especialmente, ao Doutor José Emilio Araujo.

7.2.1.3 O Diretor-Geral do IICA cumprimentou o Doutor Soria e agradeceu sua valiosa contribuição ao Instituto. Ressaltou o compromisso do homenageado com o desenvolvimento do setor agropecuário e com a prosperidade das comunidades rurais.

7.3 Homenagem a ex-funcionários equatorianos do IICA

7.3.1 O Diretor-Geral do IICA, em nome da Direção-Geral, prestou uma homenagem a vários ex-funcionários internacionais do IICA de nacionalidade equatoriana, os quais, por sua contribuição profissional, colaboraram para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais das Américas e para aumentar o nível de excelência do IICA. Os

homenageados foram os senhores Carlos Danilo Vallejo López, Gonzalo Efraín Jaramillo del Pozo, Víctor Hugo Buitrón Torres, Manuel Oswaldo Chiriboga Vega, Carlos Julio Jara Martínez, Jaime Egberto Tola Cevallos, Julio César Delgado Arce, Fausto Enrique Jordán Bucheli, Jorge Soria Vasco, Gustavo Adolfo Enríquez Calderón, Marco Polo Torres, Jaime Ortiz Egas, Tarcisio Granizo Ribadeneira, Karel Vohnout, Saulo Soria Vasco, Pablo Rosero Galarza e Hernán Carrero Andrade.

7.3.2 O Diretor-Geral fez entrega aos homenageados da Medalha do IICA por suas contribuições profissionais ao desenvolvimento agrícola e rural.

7.4 *Discurso do Diretor-Geral do IICA*

7.4.1 O Diretor-Geral do IICA destacou a presença do Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, a quem agradeceu o convite e o apoio do Governo equatoriano para a realização da reunião. Em seguida manifestou que, graças à atuação e ao talento do Presidente e do Relator, fora possível alcançar os objetivos previstos. Agradeceu o Prefeito da Cidade de Guayaquil, Doutor Jaime Nebot, por seu valioso apoio ao evento. Também expressou os seus agradecimentos ao pessoal responsável pela preparação e realização da reunião, pelo trabalho desenvolvido, mencionando os seguintes: o Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico; o Doutor William Berenson, Assessor Jurídico; a Senhora Leda Ávila e sua equipe da Unidade de Eventos Oficiais; o Senhor Jaime Muñoz Reyes, Representante do IICA no Equador; os funcionários do Escritório do IICA no Equador; recepcionistas do plenário; os tradutores e os redatores de atas; o pessoal da segurança; os funcionários do Hotel Hilton; a imprensa e os responsáveis pelos serviços de emergência, saúde e segurança. Agradeceu também os Estados membros pelo apoio emprestado à sua gestão nos últimos quatro anos.

7.4.2 O Diretor-Geral apresentou uma resenha dos resultados da reunião, manifestando sua satisfação pelo sucesso obtido. Ressaltou que a reunião se encerrava com uma visão renovada da agricultura e uma forte determinação por continuar a trabalhar com base numa agenda hemisférica destinada a impulsionar a competitividade, a equidade, a sustentabilidade e a governabilidade. Acrescentou que essa visão saía fortalecida pelo consenso quanto à agenda do período 2006-2007 do Plano de Ação AGRO 2003-2015, à proposta para a próxima Cúpula Presidencial, a realizar-se em novembro na Argentina, e ao compromisso de trabalhar na busca de um setor rural próspero, em que os benefícios da democracia sejam evidentes.

Destacou ainda que o Instituto deve incluir em sua agenda o apoio aos países na implementação dos mandatos do Plano AGRO 2003-2015, na execução das agendas nacionais e regionais da agenda hemisférica pactuada por todos os Estados membros do IICA, num processo de alienação institucional estratégica, na coordenação com outras organizações internacionais parceiras capaz de assegurar o enfoque integral na solução dos problemas e na participação ativa como instituição vinculada ao Processo de Cúpulas das Américas. Ao encerrar, mencionou que o Instituto precisa redobrar seus esforços de apoio aos Estados membros, centrando-os na promoção de um setor agropecuário competitivo, que responda aos atuais desafios e oportunidades.

7.5 Discurso do Presidente

- 7.5.1 O Presidente da JIA manifestou que constituíra para ele uma grande honra dirigir as deliberações da Terceira Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Agradeceu tanto aos Ministros da Agricultura como aos demais altos funcionários dos países do Hemisfério por terem vindo ao Equador a fim de pensar e propor soluções para os angustiantes problemas que afetam a agricultura e a população rural das Américas e identificar oportunidades.
- 7.5.2 Fez um resumo dos resultados da reunião, destacando que haviam se aproximado de posições e definições e alcançado consenso em questões-chave para a modernização da agricultura e a busca do bem-estar que merecem os habitantes do campo. Observou que tudo isso estava considerado no Acordo Ministerial de Guaiquil, que representa a concretização das aspirações dos países do Hemisfério para modernizar a agricultura, combater a pobreza rural e levar ao campo novas oportunidades.
- 7.5.3 Em seguida, assinalou que haviam sido alcançados importantes acordos, de especial significado para a vida e o futuro do IICA. Destacou a reeleição do Doutor Chelston W. D. Brathwaite para um segundo mandato de quatro anos; o fortalecimento das áreas prioritárias de trabalho, especialmente a biotecnologia, a biossegurança, a agroenergia, a sanidade agropecuária e a inocuidade dos alimentos; a aprovação do orçamento do IICA e do orçamento extraordinário para impulsionar ações de cooperação em resposta aos novos mandatos e renovar a infra-estrutura do Instituto; e mencionou, finalmente, a decisão de delegar ao Comitê Executivo a

faculdade para aprovar o novo Plano de Médio Prazo de 2006-2010, ajustando o orçamento de 2007 a esse Plano.

- 7.5.4 Mencionou, ademais, a abordagem do tema das políticas de Estado para a agricultura; a formulação, por consenso, de uma proposta a ser encaminhada aos Presidentes e Chefes de Governo para conhecimento da Quarta Cúpula das Américas; a entrega dos Galardões Interamericanos no Setor Rural a pessoas que dedicaram suas vidas à modernização da agricultura e ao melhoramento das condições de vida da mulher rural, reconhecendo também as contribuições para o desenvolvimento da agricultura de instituições que geraram impactos significativos em seu entorno.
- 7.5.5 Agradeceu ao Diretor-Geral e aos funcionários do IICA que organizaram a homenagem aos ex-funcionários equatorianos do IICA. Finalmente, reiterou sua satisfação por terem sido cumpridos a agenda e os objetivos da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA.
- 7.6 Assinatura do relatório final
- O Presidente e o Diretor-Geral do IICA assinaram o relatório da reunião.
- 7.7 Encerramento da reunião
- 7.7.1 A Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas foi encerrada às 19h40 do dia 1º de setembro de 2005.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES

<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Página</i>
I. POLÍTICA INSTITUCIONAL		
Res. 407	Avanços e resultados na implementação do Plano de Médio Prazo 2002-2006.....	67
Res. 408	Relatório sobre a situação e perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2005.....	69
Res. 409	Ações integradas no campo da biotecnologia e da biossegurança..	71
Res. 410	Proposta de Programa Hemisférico de Agroenergia	73
Res. 411	Cooperação horizontal em seguros agropecuários e fundos de garantia.....	75
II. ASSUNTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
Res. 412	Demonstrativos financeiros do IICA em 2003 e 2004 e relatórios dos auditores externos	77
Res. 413	Décimo e décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria	79
Res. 414	Medidas revistas para a arrecadação das cotas devidas ao Instituto	81
Res. 415	Emenda ao artigo 73 do Regulamento da Direção-Geral e à norma 2.1(b) do Regulamento Financeiro.....	90
Res. 416	Orçamento-Programa de 2006-2007.....	92

Res. 417	Orçamento extraordinário de 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo-Geral.....	96
----------	--	----

III. ASSUNTOS RELACIONADOS COM OS ÓRGÃOS DE GOVERNO

Res. 418	Procuração de amplos poderes para o Diretor-Geral.....	99
Res. 419	Prorrogação da vigência da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais	101
Res. 420	Constituição de uma subcomissão da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais para estudar a proposta do Conselho Agropecuário do Sul em sua Resolução CAS/RES.01 (V RE-2005).....	103
Res. 421	Autorização ao Comitê Executivo para aprovar o Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária	106
Res. 422	Cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo.....	108
Res. 423	Data e sede da Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura	110

IV. CONTRIBUIÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Res. 424	Relatório bienal de 2003-2004 do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe	111
Res. 425	Relatório bienal de 2003-2004 do Centro Agrônomico Tropical de Pesquisa e Ensino.....	112

Res. 426	Fortalecimento das relações IICA-CATIE e avanço na execução de ações conjuntas em 2002-2004	113
----------	---	-----

V. ASSUNTOS ESPECIAIS

Res. 427	Agradecimento ao Governo e ao povo da República do Equador e às autoridades da Cidade de Guayaquil	115
----------	--	-----

IICA/JIA/Res.407 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 407

**AVANÇOS E RESULTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE
MÉDIO PRAZO 2002-2006**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A exposição do Diretor-Geral sobre os avanços realizados no processo de transformação do IICA no período 2002-2006, bem como a exposição do Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da Secretaria de Cooperação Técnica sobre as ações e resultados da cooperação técnica no período 2002-2005; e

CONSIDERANDO:

Que o Comitê Executivo, mediante a Resolução IICA/CE/Res.364(XXII-O/02), de outubro de 2002, aprovou o Plano de Médio Prazo (PMP) 2002-2006 do IICA por delegação expressa da Junta Interamericana de Agricultura;

Que o referido PMP constituiu o quadro de referência tanto para as ações de cooperação do Instituto como para seu processo de transformação e modernização; e

Que o Comitê Executivo tomou conhecimento dos avanços e dos resultados alcançados no processo de implementação do PMP 2002-2006 e que, mediante as resoluções IICA/CE/Res.426(XXV-O/05) e IICA/CE/Res.408(XXIV-O/04), reconheceu a atuação do Diretor-Geral e dos funcionários do IICA no processo de transformação e modernização do Instituto, bem como os resultados das ações de cooperação em prol da modernização da agricultura e da prosperidade das comunidades rurais nas Américas,

RESOLVE:

1. Acolher o relatório sobre os avanços na implementação do Plano de Médio Prazo 2002-2006 e tomar nota do importante progresso e dos positivos resultados obtidos no processo de implementação do referido Plano, ressaltando o trabalho empreendido pelo Diretor-Geral e pelos funcionários do IICA, bem como o apoio emprestado pelos Estados membros.
2. Instar os Estados membros a concretizarem iniciativas visando ao fortalecimento técnico, administrativo e financeiro do IICA a fim de que a Instituição conte com os meios apropriados para cumprir o Plano de Médio Prazo 2002-2006.

IICA/JIA/Res.408 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 408

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA
E DA VIDA RURAL NAS AMÉRICAS EM 2005**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.S/N referente ao relatório sobre a “Situação e perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2005: agricultura”; e

CONSIDERANDO:

Que na Declaração Ministerial de Bávaro os países das Américas se comprometeram a atribuir especial atenção à redução da pobreza rural e a obter progressos significativos nesse sentido;

Que no Plano de Ação AGRO 2003-2015, avalizado pelos Chefes de Estado e de Governo, os Ministros da Agricultura se comprometeram a modernizar a agricultura e promover a prosperidade rural e a segurança alimentar;

Que o Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura, em seu artigo 3, alínea a, dispõe que cabe a este órgão superior de governo do Instituto examinar o relatório do Diretor-Geral sobre a situação do desenvolvimento da agricultura e do meio rural nas Américas; e

Que a Direção-Geral apresentou aos Estados membros do Instituto um relatório sobre a situação e as perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2005, no qual é destacado o papel da agricultura no sentido de contribuir para a geração de emprego e a redução da pobreza rural,

RESOLVE:

Acolher o relatório sobre a situação e perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas 2005 apresentado pela Direção-Geral e ressaltar a importância desse documento para os governos da Região, como instrumento para seus trabalhos de análise e formulação de políticas.

IICA/JIA/Res.409(XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 409

**AÇÕES INTEGRADAS NO CAMPO DA BIOTECNOLOGIA
E DA BIOSSEGURANÇA**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.288(05) sobre o quadro de referência para a formulação e implementação do Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança, e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a Resolução IICA/JIA/Res.386(XII-O/03), incumbiu o IICA de, em consulta com os Estados membros, analisar a importância da biotecnologia e da biossegurança agrícolas e seus efeitos no comércio e no desenvolvimento;

Que a citada resolução determinou ao IICA que desenvolvesse um plano para impulsionar a biotecnologia e a biossegurança no Hemisfério e incentivou a cooperação horizontal entre os Estados membros nesses temas, instando-os a que contribuam com recursos adicionais para o trabalho do Instituto nessa área;

Que o IICA convocou o grupo de trabalho sobre biotecnologia, que concluiu pela necessidade de serem focalizadas ações destinadas a reunir e difundir informação sobre os custos e os benefícios das agrobiotecnologias, avaliar e estudar as carências regionais nesse campo e formular quadros de política em agrobiotecnologia, medidas que devem ser consideradas prioridades básicas para o desenvolvimento de um programa hemisférico em biotecnologia e biossegurança;

Que, mediante a Resolução IICA/CE/Res.428(XXV-O/05), o Comitê Executivo conheceu e apoiou a proposta apresentada pela Direção-Geral do IICA para fortalecer a cooperação horizontal e outras atividades destinadas ao desenvolvimento da biotecnologia e da biossegurança nas Américas; e

Que o IICA distribuiu o documento IICA/JIA/Doc.288(05) sobre a minuta do quadro de referência para a formulação e implementação do Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança, à qual estão sendo incorporadas observações e comentários dos Estados membros,

RESOLVE:

1. Apoiar a continuação de esforços por parte da Direção-Geral para rever, com os representantes designados pelos Ministros da Agricultura dos Estados membros, o mais breve possível, a proposta de Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança, tarefa para a qual a Direção-Geral continuará a proporcionar o apoio financeiro requerido.
2. Incumbir o Diretor-Geral de apresentar a proposta final do Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança, bem como a respectiva proposta de orçamento, à Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais e ao Comitê Executivo, em suas próximas reuniões, para sua consideração e adoção definitiva pelos Estados membros.
3. Instar os Estados membros a que façam contribuições voluntárias extracotas para financiar a implementação da referida proposta e a que respaldem o IICA em suas gestões de captação de recursos financeiros junto a entidades de cooperação técnica e financeira, regionais e internacionais.

IICA/JIA/Res.410 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 410

PROPOSTA DE PROGRAMA HEMISFÉRICO DE AGROENERGIA

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.289(05) sobre a proposta de Programa Hemisférico de Agroenergia; e

CONSIDERANDO:

Que na Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas, realizada em Guayaquil, Equador, de 30 a 31 de agosto de 2005, os Ministros da Agricultura reconheceram a importância da agrobioenergia e dos biocombustíveis e de seu impacto no desenvolvimento agrícola e na economia dos países das Américas;

Que a atual crise por que atravessam os países em face do elevado preço do petróleo e seus derivados aponta a necessidade de serem exploradas alternativas para neutralizar o aumento no preço desses combustíveis;

Que a produção de biocombustíveis vem se tornando cada vez mais popular entre os países interessados em reduzir a emissão de gases tóxicos, diminuir as importações de derivados do petróleo e apoiar o desenvolvimento da agricultura;

Que a produção de biocombustíveis constitui uma alternativa tecnologicamente comprovada que possibilitaria a muitos países das Américas impulsionar a modernização de sua agricultura, oferecendo aos produtores, por meio da agroenergia, novas opções com mercado garantido;

Que o Brasil, maior produtor mundial de biocombustíveis à base de álcool de cana-de-açúcar, durante a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo se ofereceu para cooperar com outros países da Região interessados em desenvolver seu setor agroenergético e que os Ministros da Agricultura dos Estados membros do IICA presentes à citada reunião manifestaram interesse em conhecer essa experiência; e

Que o Comitê Executivo, mediante a Resolução IICA/CE/Res.429(XXV-O/05), incumbiu o Diretor-Geral do IICA de submeter à consideração da Junta Interamericana de Agricultura um projeto de resolução sobre cooperação horizontal no campo da agroenergia e dos biocombustíveis,

RESOLVE:

1. Solicitar ao IICA que atue como plataforma de cooperação hemisférica para aproveitar as bem-sucedidas experiências em agroenergia de países da Região na produção de álcool de cana-de-açúcar e outros biocombustíveis.
2. Incumbir o Diretor-Geral do IICA de, em consulta com os Estados membros:
 - a. convocar reuniões para discutir a importância da agrobioenergia e dos biocombustíveis, bem como seu potencial impacto positivo no desenvolvimento da agricultura e da economia dos Estados membros; e
 - b. estabelecer uma equipe de trabalho composta por peritos dos Estados membros designados pelos Ministérios da Agricultura, por pessoal do IICA e por parceiros estratégicos com vistas à elaboração de uma proposta de Programa Hemisférico de Agrobioenergia e Biocombustíveis a ser apresentada ao Comitê Executivo em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária.
3. Incumbir o Diretor-Geral de apresentar uma proposta ao Comitê Executivo em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária sobre os recursos necessários para apoiar as atividades que sejam impulsionadas no contexto do programa a que se refere esta resolução.

IICA/JIA/Res.411 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 411

**COOPERAÇÃO HORIZONTAL EM SEGURO AGROPECUÁRIO E
FUNDOS DE GARANTIA**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que o Plano de Ação AGRO 2003-2015 estabelece, como ação estratégica, a promoção de sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de administração de riscos para o meio rural;

Que o desenvolvimento de mercados de seguros e fundos de garantia pode contribuir para melhorar o acesso aos recursos financeiros e reduzir significativamente a percepção do risco da atividade agrícola, melhorando, por conseguinte, as condições financeiras e favorecendo a entrada de investimentos;

Que a recorrência dos desastres naturais associados às mudanças climáticas afeta principalmente o setor agropecuário e o meio rural das Américas e que esses fenômenos climáticos adversos provocam a repetida descapitalização das unidades produtivas; e

Que o seguro agropecuário constitui importante instrumento para a administração de riscos e que, além disso, permite induzir ao uso de práticas agrícolas menos vulneráveis aos desastres naturais,

RESOLVE:

1. Solicitar ao Diretor-Geral do IICA que promova e facilite a cooperação horizontal entre os Estados membros, bem como a sistematização e difusão de experiências bem-sucedidas em seguro agropecuário e fundos de garantia.

2. Instar os Estados membros a contribuírem para o intercâmbio de informação e peritos.
3. Solicitar à Direção-Geral que estabeleça parcerias com instituições financeiras públicas e privadas e organismos financeiros com vistas à coordenação e complementação de esforços no desenvolvimento e fortalecimento do mercado de seguro agropecuário.

IICA/JIA/Res.412 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 412

**DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO IICA EM 2003 E 2004
E RELATÓRIOS DOS AUDITORES EXTERNOS**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.291(05) sobre os Demonstrativos Financeiros do Instituto em 2003 e 2004 e os respectivos relatórios dos auditores externos, e

CONSIDERANDO:

Que a Vigésima Quarta e a Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo, mediante as resoluções IICA/CE/Res.415(XXIV-O/04) e IICA/CE/Res.432(XXV-O/05), aprovaram os Demonstrativos Financeiros do Instituto correspondentes aos exercícios 2003 e 2004, respectivamente;

Que os auditores externos atestaram oportunamente a boa gestão dos recursos financeiros do IICA em conformidade com o estabelecido nos regulamentos do Instituto;
e

Que o Comitê de Exame de Auditoria, em seu décimo e décimo primeiro relatórios anuais, informa que analisou os relatórios dos auditores externos sobre os Demonstrativos Financeiros do IICA em 2003 e 2004 e expressa que o trabalho realizado foi completo e correspondeu às normas do IICA e aos padrões internacionais de auditoria,

RESOLVE:

Aprovar os Demonstrativos Financeiros do Instituto correspondentes aos exercícios 2003 e 2004, bem como os relatórios dos auditores externos referentes aos mencionados Demonstrativos Financeiros.

IICA/JIA/Res.413 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 413

DÉCIMO E DÉCIMO PRIMEIRO RELATÓRIOS
DO COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.292(05) sobre o décimo e o décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria, e

CONSIDERANDO:

Que em sua Sétima Reunião Ordinária aprovou a Resolução IICA/JIA/Res.231(VII-O/93), que criou o Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e aprovou seu Estatuto;

Que, conforme dispõe o artigo 3, alínea k, do Regulamento do Comitê Executivo, compete a esse órgão “receber e aprovar os relatórios e recomendações do CEA”; e

Que o Comitê Executivo, na Vigésima Quarta e na Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias, mediante, respectivamente, suas resoluções IICA/CE/Res.416(XXIV-O/04) e IICA/CE/Res.433(XXV-O/05), aprovou o décimo e o décimo primeiro relatórios do CEA,

RESOLVE:

1. Acolher o décimo e o décimo primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA).
2. Agradecer aos membros do CEA o valioso trabalho realizado.

IICA/JIA/Res.414 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: inglês

RESOLUÇÃO No. 414

**MEDIDAS REVISTAS PARA A ARRECADAÇÃO DAS COTAS
DEVIDAS AO INSTITUTO**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A Resolução IICA/CE/Res.435(XXV-O/05), adotada pela Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, e o documento IICA/JIA/Doc.293(05) sobre as “Medidas Revistas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”; e

CONSIDERANDO:

Que pela Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03) a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) adotou as “Medidas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”;

Que, mediante a Resolução IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04), o Comitê Executivo recomendou que a JIA modificasse a Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03) com retroatividade a 1º de janeiro de 2004 para dar ao Diretor-Geral a opção de consultar o Comitê Executivo ou a JIA, antes de aplicar tais medidas, nos casos em que, a critério do Diretor-Geral, a “execução de algumas ou de todas as medidas destinadas à arrecadação das cotas atrasadas for incompatível com os interesses maiores do IICA”;

Que a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), em sua reunião de março de 2005, recomendou que o Diretor-Geral, juntamente com o Assessor Jurídico, preparasse uma proposta, como projeto de resolução, “esclarecendo certas ambigüidades” existentes nas resoluções IICA/JIA/Res.392 e IICA/CE/Res.417 de modo a facilitar a aplicação das referidas medidas, em conformidade com o artigo 24 da

Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e com as normas e regulamentos do IICA; e

Que o Comitê Executivo tomou nota dos comentários das delegações sobre a proposta apresentada e mediante a Resolução IICA/CE/Res.435 recomendou à JIA que revogasse o Anexo à Resolução IICA/JIA/Res.392, intitulado “Medidas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”, e o substituísse pelo documento anexo, com o mesmo título, porém revisto,

RESOLVE:

Revogar o Anexo à Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03), intitulado “Medidas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”, e substituí-lo pelo documento “Medidas Revistas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”, apenso à presente resolução como Anexo I.

ANEXO I**MEDIDAS REVISTAS PARA A ARRECADAÇÃO DAS COTAS
DEVIDAS AO INSTITUTO****I. DEFINIÇÕES**

Para os fins destas medidas aplicar-se-ão as seguintes definições:

- A. Situação em dia: um Estado membro é considerado em “situação em dia” quando tenha quitado a totalidade das cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA.
- B. Situação regular: um Estado membro é considerado em “situação regular” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA não estejam atrasadas por mais de dois anos completos.
- C. Situação especial: um Estado membro é considerado em “situação especial” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA estejam atrasadas por mais de dois anos completos, tenha acordado com o Diretor-Geral um cronograma de pagamento de todo o montante devido e esteja cumprindo cabalmente o referido cronograma de pagamento.
- D. Situação em mora: um Estado membro é considerado em “situação em mora” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA estejam atrasadas por mais de dois anos e não atenda a todos os requisitos acima referidos para estar em situação especial.
- E. Anos de inadimplência: é o número de anos com dívidas das cotas fixadas para o Fundo Regular até 1º de julho do ano corrente, independentemente de haver o Estado Membro se comprometido com um cronograma de pagamento e de o estar cumprindo.

II. NORMAS PARA CALCULAR A SITUAÇÃO E OS ANOS DE INADIMPLÊNCIA COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DESTAS MEDIDAS

- A. O artigo 86 do Regulamento da Direção-Geral e o artigo 70 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) dispõem que as cotas serão “consideradas devidas desde o primeiro dia do ano de cada exercício financeiro”. No entanto, esses artigos não se aplicarão para determinar a situação de um Estado membro nos termos destas Medidas.
- B. Durante o ano corrente, um Estado membro manterá a situação em que se encontrava em 31 de dezembro do ano anterior, desde que efetue um pagamento no mesmo valor da cota do ano corrente até 30 de junho desse ano. Se tal pagamento não for efetuado até 30 de junho, isso implicará revisão da situação.
- C. Ao efetuar pagamentos adicionais durante o ano corrente, um Estado membro que ainda não esteja na situação em dia poderá melhorar sua condição a qualquer momento durante esse ano.
- D. De acordo com o artigo 84 do Regulamento da Direção-Geral, as receitas provenientes de cotas “serão creditadas ao saldo pendente de pagamento correspondente ao exercício mais antigo”.

III. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS DO IICA EM SITUAÇÃO EM DIA

- A. Os direitos e privilégios dos Estados membros do IICA em situação em dia compreendem, entre outros, os seguintes:
 - 1. o direito de voto no Comitê Executivo e na Junta Interamericana de Agricultura;
 - 2. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
 - 3. o direito dos cidadãos de seus países de ocupar o cargo de Diretor-Geral;
 - 4. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
 - 5. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
 - 6. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA;

7. o direito de participar da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG);
8. o direito de receber dotação do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país;
9. o privilégio de servir de sede para reuniões do IICA com financiamento parcial ou total do orçamento do Fundo Regular do IICA¹;
10. o privilégio de receber dotações extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.

B. A supressão de qualquer direito ou privilégio estabelecido no item A anterior não exclui outros direitos e privilégios de que os Estados membros do IICA possam desfrutar.

IV. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS DO IICA EM SITUAÇÃO REGULAR E ESPECIAL

A. Os Estados membros em situação regular desfrutarão de todos os direitos e privilégios previstos na situação em dia, descritos no item III, A) anterior, exceto o privilégio de receber dotações extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.

B. Os Estados membros em situação especial desfrutarão de todos os direitos e privilégios previstos na situação em dia, descritos no item III, A) anterior, exceto o privilégio de receber dotações extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.

V. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS EM SITUAÇÃO EM MORA

A. O Estado membro em situação em mora terá suspenso o direito de voto, a menos que a JIA ou o Comitê Executivo, conforme o caso, determine, nos termos do artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de

¹ Para os fins do direito a este privilégio, o financiamento do Fundo Regular do IICA não inclui os recursos utilizados para o pagamento dos salários de membros do quadro de pessoal que devam participar de tais reuniões, independentemente de onde se realizem.

Cooperação para a Agricultura, “que a falta de pagamento se deve a circunstâncias alheias à vontade desse Estado”.

B. Com relação aos demais direitos e privilégios estabelecidos no item III (A) anterior, o Estado membro em situação em mora desfrutará apenas dos direitos e privilégios abaixo indicados, de acordo com o número de anos de inadimplência:

1. Mais de dois exercícios financeiros completos em mora, mas menos de três:

- a. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
- b. o direito dos cidadãos de seu país a ocupar o cargo de Diretor-Geral;
- c. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
- d. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
- e. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 10% do montante autorizado;
- f. o direito de participar da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG);
- g. o direito de receber dotação do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.

2. Três exercícios financeiros completos em mora, mas menos de quatro:

- a. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
- b. o direito dos cidadãos de seu país de ocupar o cargo de Diretor-Geral;
- c. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
- d. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
- e. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 20% do montante autorizado;
- f. o direito de participar da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG);
- g. o direito de receber dotação do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.

3. Quatro exercícios financeiros completos em mora, mas menos de cinco:
 - a. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
 - b. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado, em parte, pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 40% do montante autorizado;
 - c. o direito de participar da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG);
 - d. o direito de receber dotação do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.
4. Cinco ou mais exercícios financeiros completos em mora:
 - a. Nenhum dos direitos e privilégios estabelecidos no item III. (A) anterior.

VI. SUSPENSÃO DO DIREITO DE VOTO

- A. A decisão de suspender ou não o direito de voto de um Estado membro em situação em mora é exclusivamente da JIA e do Comitê Executivo, conforme o caso, de acordo com o artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- B. O direito de voto poderá ser restituído automaticamente quando um Estado membro em situação em mora passar para situação especial, situação regular ou situação em dia. Também poderá ser restituído pelo Comitê Executivo ou pela JIA mediante prévia apresentação de requerimento por parte do Estado interessado, conforme estabelece o artigo 6.4 do Regulamento para Aplicação do Artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

VII. SUSPENSÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DA SITUAÇÃO EM MORA, QUANDO SEJA DO INTERESSE MAIOR DO INSTITUTO²

- A. Se o Diretor-Geral determinar que não seja do interesse maior do Instituto aplicar a qualquer Estado membro em situação em mora os níveis reduzidos

² Esta seção das Medidas passou a vigorar em 1º de janeiro de 2004 e substitui a recomendação do Comitê Executivo constante no Anexo B da Resolução IICA/JIA/Res.-417.

de financiamento no caso de projetos e de apoio ao Escritório, o Diretor-Geral deverá consultar o Comitê Executivo ou a JIA antes de aplicá-los e propor a suspensão ou modificação da redução estabelecida. Essa consulta será feita por correspondência, se não estiver programada uma reunião da JIA ou do Comitê Executivo dentro dos noventa dias seguintes à data em que o Estado membro se tornar sujeito à aplicação de tais reduções.

- B. A JIA ou o Comitê Executivo, conforme o caso, poderá considerar a proposta do Diretor-Geral no sentido de não aplicar os níveis reduzidos e poderá aprovar a proposta ou qualquer outra redução menor que considerar apropriada. Se a JIA ou o Comitê Executivo recusar a proposta e não oferecer alternativa ou se não responder dentro de trinta dias a consulta feita por correspondência, o Diretor-Geral aplicará as reduções estabelecidas nestas Medidas.
- C. No caso de o Diretor-Geral decidir fazer a consulta e formular uma proposta conforme estabelece esta seção, o Estado interessado será devidamente notificado com suficiente antecedência para que explique sua posição aos demais Estados membros antes de o Comitê Executivo ou a JIA decidir a respeito da proposta.
- D. Para efeitos desta disposição, entre “os interesses maiores do Instituto” estão os “fins” estabelecidos no artigo 3 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e os programas e políticas adotados pelo Instituto para alcançar esses fins.

VIII. INSTRUÇÕES SOBRE OS CRONOGRAMAS DE PAGAMENTO

- A. O cronograma de pagamento será apresentado por escrito e assinado pelo Diretor-Geral e pelo representante devidamente autorizado do Estado membro interessado.
- B. O cronograma estabelecerá o pagamento do valor total devido durante um período não superior a quarenta e oito meses.
- C. O cronograma obrigará o Estado membro interessado a efetuar um pagamento, dentro de quinze dias após sua assinatura, no valor, no mínimo, igual à cota fixada para o ano corrente, e a efetuar um pagamento em cada

ano subsequente da vigência do cronograma no valor, no mínimo, igual à cota fixada para cada um desses anos.

- D. O Diretor-Geral poderá negociar com os Estados membros condições de pagamento para liquidação de débitos em moeda nacional, imóveis ou outros ativos de valor e aceitá-las *ad referendum* do Comitê Executivo e exclusivamente com base no seguinte:
1. quando se tratar de moeda nacional ou outros ativos de valor, o Instituto não deverá ser prejudicado financeiramente ante a aceitação de pagamento em moeda ou ativos; e
 2. quando se tratar de imóveis, as condições específicas previstas no artigo 4.20 do Regulamento Financeiro, a respeito da aceitação de doações de direitos em propriedade imobiliária, deverão ter sido atendidas, e durante um período razoável o Instituto deverá obter renda ou formar poupança pela ocupação, uso, venda ou aluguel do imóvel num montante igual ou superior ao valor do débito correspondente.

IX. NOTIFICAÇÃO DE SITUAÇÃO ANTES DE ELEIÇÕES E REUNIÕES

- A. Quando forem distribuídos aos Estados membros documentos relacionados com uma candidatura apresentada por um Estado membro, a Direção-Geral informará, na correspondência em que transmitir tal apresentação, se a situação desse Estado membro ou do Estado membro de cidadania do candidato, se for diferente, é em dia, regular, especial ou em mora. Também deverá indicar o número de anos de inadimplência dos Estados membros interessados.
- B. A lista dos Estados inadimplentes, a ser enviada antes das reuniões da JIA e do Comitê Executivo nos termos do artigo 3.1 do Regulamento para Aplicação do Artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, deverá indicar, *inter alia*, a situação de cada Estado membro com base nestas Medidas e o número de anos, se for o caso, de inadimplência.

IICA/JIA/Res.415(XIII-O/05)

1º setembro 2005

Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 415**EMENDA AO ARTIGO 73 DO REGULAMENTO DA DIREÇÃO-GERAL
E À NORMA 2.1(b) DO REGULAMENTO FINANCEIRO**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

RECONHECENDO:

Que tanto o edifício da Sede Central do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em Coronado, Costa Rica, com mais de 30 anos de construção, como seu equipamento básico e os Escritórios do IICA nos Estados membros demandam fundos para sua renovação e seu adequado funcionamento;

Que o artigo 73 do Regulamento da Direção-Geral (doravante, “RDG”) e a norma 2.1, alínea h, do Regulamento Financeiro dispõem que o Orçamento-Programa seja apresentado nas três seguintes categorias de atividade: a) Serviços diretos de cooperação técnica, b) Custos de Administração e c) Despesas gerais e provisões;

Que a atual estrutura do Orçamento-Programa, segundo estabelecem o artigo 73 do RDG e a norma 2.1, alínea h do Regulamento Financeiro, não prevê uma categoria de atividade para que sejam orçados os fundos indispensáveis à renovação de prédios e investimentos no equipamento dessa infra-estrutura;

Que, de acordo com o artigo 3, alínea o do seu Regulamento, o Comitê Executivo poderá modificar o Regulamento da Direção-Geral e fazer com que entrem em vigor as modificações provisórias *ad referendum* da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), e que, segundo o artigo 3, alínea h do mesmo Regulamento, o Comitê Executivo poderá modificar o Regulamento Financeiro, sempre e quando tal modificação seja congruente com o Regulamento da Direção-Geral e com a resolução vigente sobre o Orçamento-Programa; e

Que o Comitê Executivo, mediante a Resolução IICA/CE/Res.421(XXIV-O/04) aprovou em caráter provisório, *ad referendum* da JIA, a emenda ao artigo 73 do RDG para que incluía mais uma categoria de atividade – “d) Renovação de infra-estrutura e equipamento” – e recomendou à JIA que passe a adotá-la em caráter permanente,

RESOLVE:

Aprovar a emenda ao artigo 73 do Regulamento da Direção-Geral para que incluía mais uma categoria de atividade: “d) Renovação de infra-estrutura e equipamento”.

IICA/JIA/Res.416 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 416

ORÇAMENTO-PROGRAMA DE 2006-2007

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.294(05) sobre o Projeto de Orçamento-Programa de 2006-2007; e

CONSIDERANDO:

Que a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) estabelece:

em seu artigo 8, alínea b, que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) terá como uma de suas atribuições “aprovar o orçamento-programa bienal e fixar as cotas anuais dos Estados membros”;

em seu artigo 23, que “os Estados membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos”; e

em seu artigo 14, alínea b, que o Comitê Executivo terá a atribuição de “examinar o projeto de orçamento-programa bienal que é submetido à Junta pelo Diretor-Geral e fazer as observações e recomendações que considerar pertinentes”;

Que o Diretor-Geral submeteu o Projeto de Orçamento-Programa de 2006-2007 à consideração da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo num formato que atende aos requisitos de estrutura e texto estabelecidos pelas normas em vigor; e

Que o Comitê Executivo examinou o Projeto de Orçamento-Programa de 2006-2007 e, mediante a Resolução IICA/CE/Res.436(XXV-O/05), recomendou à Junta Interamericana de Agricultura a sua aprovação,

RESOLVE:

1. Aprovar, como montante global do Fundo Regular do Orçamento-Programa de 2006-2007 do IICA, a cifra de US\$30.000.000,00 anuais, financiada pela contribuição das cotas dos Estados membros, no valor de US\$27.167.572,00 anuais, segundo as importâncias indicadas na Escala de Cotas que consta como Anexo A, e pela receita prevista de recursos diversos, no valor de US\$2.832.428,00 anuais.
2. Aprovar o uso dos recursos indicados no Orçamento-Programa de 2006 segundo as dotações destinadas a cada um dos capítulos, rubricas e áreas estratégicas discriminadas no documento IICA/CE/Doc.465(05) sobre o projeto de Orçamento-Programa de 2006-2007, cujo resumo por capítulo constitui o Anexo B.
3. Instruir o Diretor-Geral para que submeta à consideração da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo uma proposta de dotação discriminada dos recursos aprovados para o Orçamento-Programa de 2007, em consonância com as prioridades do novo Plano de Médio Prazo do Instituto.
4. Autorizar o Diretor-Geral a realizar transferências entre os capítulos do Orçamento-Programa, desde que o total das mesmas não aumente ou diminua o montante alocado aos capítulos em mais de 10% e não afete significativamente as prioridades aprovadas.
5. Autorizar o Diretor-Geral a proceder aos ajustes necessários na alocação dos recursos aprovados nesta resolução, caso a receita agregada dos exercícios financeiros 2006 e 2007 seja inferior à prevista para o biênio indicado, informando o Comitê Executivo e a Junta Interamericana de Agricultura sobre essa eventual circunstância.

ANEXO A
Escala de Cotas dos Estados Membros e Receitas Diversas Previstas
2006-2007 (US\$)

ESTADOS MEMBROS	% OEA		% IICA		MONTANTE IICA	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Antigua e Barbuda	0,02	0,02	0,02	0,02	5.502	5.502
Argentina	4,90	4,90	4,90	4,90	1.347.925	1.347.925
Bahamas	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Barbados	0,08	0,08	0,08	0,08	22.007	22.007
Belize	0,03	0,03	0,03	0,03	8.253	8.253
Bolívia	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Brasil	8,55	8,55	8,55	8,55	2.351.992	2.351.992
Canadá	12,36	12,36	12,36	12,36	3.400.073	3.400.073
Chile	0,54	0,54	0,54	0,54	148.547	148.547
Colômbia	0,94	0,94	0,94	0,94	258.582	258.582
Costa Rica	0,13	0,13	0,13	0,13	35.761	35.761
Dominica	0,02	0,02	0,02	0,02	5.502	5.502
El Salvador	0,18	0,18	0,18	0,18	49.516	49.516
Equador	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Estados Unidos	59,47	59,47	59,47	59,47	16.359.412	16.359.412
Grenada	0,03	0,03	0,03	0,03	8.253	8.253
Guatemala	0,13	0,13	0,13	0,13	35.761	35.761
Guiana	0,02	0,02	0,02	0,02	5.502	5.502
Haiti	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Honduras	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Jamaica	0,18	0,18	0,18	0,18	49.516	49.516
México	6,08	6,08	6,08	6,08	1.672.528	1.672.528
Nicarágua	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Panamá	0,13	0,13	0,13	0,13	35.761	35.761
Paraguai	0,18	0,18	0,18	0,18	49.516	49.516
Peru	0,41	0,41	0,41	0,41	112.786	112.786
República Dominicana	0,18	0,18	0,18	0,18	49.516	49.516
Saint Kitts e Nevis	0,02	0,02	0,02	0,02	5.502	5.502
São Vicente e	0,02	0,02	0,02	0,02	5.502	5.502
Granadinas	0,03	0,03	0,03	0,03	8.253	8.253
Santa Lúcia	0,07	0,07	0,07	0,07	19.256	19.256
Suriname	0,18	0,18	0,18	0,18	49.516	49.516
Trinidad e Tobago	0,26	0,26	0,26	0,26	71.523	71.523
Uruguai	3,20	3,20	3,20	3,20	880.278	880.278
Venezuela						
SUBTOTAL	98,76	98,76	98,76	98,76	27.167.572	27.167.572
Cuba	1,24	1,24	1,24	1,24		
TOTAL COTAS	100,00	100,00	100,00	100,00	27.167.572	27.167.572
RECEITAS DIVERSAS					2.832.428	2.832.428
TOTAL FUNDO REGULAR					30.000.000	30.000.000

ANEXO B
ORÇAMENTO-PROGRAMA DE 2006
RESUMO POR CAPÍTULO
(Em milhares de US\$)

CAPÍTULO	COTAS	DIVERSOS	TOTAL
a) SERVIÇOS DIRETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	24.497,7	2.789,7	27.287,4
Área Estratégica			
1. Comércio e Desenvolvimento dos Agronegócios	6.292,5	641,8	6.934,3
2. Tecnologia e Inovação	4.956,3	381,7	5.338,0
3. Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos	4.715,4	565,5	5.280,9
4. Desenvolvimento Rural Sustentável	4.134,0	575,0	4.709,0
5. Informação e Comunicação	2.097,9	213,6	2.311,5
6. Educação e Capacitação	2.301,6	412,1	2.713,7
b) DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO	1.574,4	42,7	1.617,1
Gabinete do Diretor-Geral	692,7	0,0	692,7
Direção de Administração e Finanças	881,7	42,7	924,4
c) DESPESAS GERAIS E PROVISÕES¹	1.095,5	0,0	1.95,5
Órgãos Superiores	400,0	0,0	400,0
Seguros	325,0	0,0	325,0
Pensões	250,0	0,0	250,0
Tribunal Administrativo da OEA	25,0	0,0	25,0
Auditoria Externa	95,5	0,0	95,5
TOTAL	27.167,6	2.832,4	30.000,0

1. Exclusive a cota de Cuba.

IICA/JIA/Res.417(XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 417

**ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO DE 2006-2007 FINANCIADO COM
RECURSOS DO SUBFUNDO GERAL**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.295(05) sobre a proposta de Orçamento Extraordinário de 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo Geral; e

CONSIDERANDO:

Que o Instituto carece de recursos financeiros para: (i) atender à crescente demanda de serviços de cooperação por parte dos Estados membros, (ii) cumprir novos mandatos dos governos e (iii) avançar o processo de modernização e transformação para fortalecer sua capacidade de resposta e melhorar a qualidade de seus serviços;

Que a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais apoiou a proposta apresentada pela Direção-Geral no sentido de reforçar a dotação de recursos no tocante ao desenvolvimento de capacidades para o efetivo aproveitamento do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF), bem como para a realização de investimentos urgentes em equipamento, reformas e manutenção de Escritórios próprios ou recebidos em usufruto;

Que o IICA espera, durante o próximo biênio, receitas pela arrecadação de cotas devidas pelos Estados membros correspondentes a exercícios anteriores, as quais, de acordo com o disposto nos artigos 89 e 90 do Regulamento da Direção-Geral, ao final do exercício financeiro devem ser transferidas do Subfundo Geral para o Subfundo de Trabalho, a menos que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) aprove uma dotação

de parte da recuperação dessas cotas atrasadas para financiar um orçamento extraordinário; e

Que o Comitê Executivo examinou a proposta de Orçamento Extraordinário submetida à sua consideração pelo Diretor-Geral e mediante a Resolução IICA/CE/Res.437(XXV-O/05) recomendou à JIA a sua aprovação,

RESOLVE:

1. Aprovar o Orçamento Extraordinário, anexo a esta resolução, para ser executado no biênio 2006-2007, no montante de US\$ 2.609.000,00, com recursos que o IICA obtiver da recuperação de cotas atrasadas.
2. Instruir o Diretor-Geral para que adote as medidas cabíveis a fim de assegurar que a execução do Orçamento Extraordinário não afete o desenvolvimento normal do Orçamento-Programa do Instituto de 2006-2007.

ANEXO
RESUMO DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO
DE 2006-2007

(US\$)

NATUREZA DO GASTO		VALOR
1.	Desenvolvimento de capacidades para o efetivo aproveitamento do Acordo MSF	500.000
2.	Investimentos	1.185.000
3.	Reformas e manutenção em Escritórios próprios ou recebidos em usufruto	924.000
Total Orçamento Extraordinário		2.609.000

IICA/JIA/Res.418 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 418

PROCURAÇÃO DE AMPLOS PODERES PARA O DIRETOR-GERAL

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que na Primeira Sessão Plenária da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), realizada em 30 de agosto de 2005, o Doutor Chelston W. D. Brathwaite foi eleito Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no período 2006-2010;

Que essa eleição foi realizada em conformidade com o disposto nos artigos 8, alínea f, e 19 da Convenção sobre o IICA (doravante, “Convenção”) e nos artigos 2, alínea f, 103 e 106 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura;

Que no período 2006-2010, a ter início em 16 de janeiro de 2006 e a expirar em 15 de janeiro de 2010, caberá ao Diretor-Geral eleito exercer a representação legal do Instituto;

Que, nos termos do artigo 20 da Convenção sobre o IICA, o Diretor-Geral é o representante legal do Instituto e o responsável pela administração da Direção-Geral;
e

Que, em conformidade com a legislação da Costa Rica, país sede do IICA, as procurações de amplos poderes devem ser inscritas no Registro Público desse país,

RESOLVE:

1. Outorgar ao Doutor Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral eleito, amplos poderes durante quatro anos, a partir de 16 de janeiro de 2006, a fim de permitir-lhe cumprir cabalmente as responsabilidades atribuídas ao Diretor-Geral pela Convenção sobre o IICA, no artigo 20, e pelo Regulamento da Direção-Geral, no Capítulo II.
2. Conferir os amplos poderes em conformidade com o disposto, em geral, no Código Civil da República da Costa Rica, país sede do Instituto, e, em particular, no artigo 1.253 desse Código.
3. Na procuração a ser conferida ao Diretor-Geral, ele estará facultado a outorgar poderes de qualquer natureza e revogá-los.
4. Incumbir o Diretor-Geral, Doutor Chelston W. D. Brathwaite, de adotar as medidas legais necessárias ao cumprimento deste mandato.

IICA/JIA/Res.419 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 419

**PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA COMISSÃO CONSULTIVA
ESPECIAL DE ASSUNTOS GERENCIAIS**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A Resolução IICA/CE/Res.438(XXV-O/05), “Relatório da Reunião de 2005 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais e Prorrogação de sua Vigência”, adotada pelo Comitê Executivo em sua Vigésima Quinta Reunião Ordinária; e

CONSIDERANDO:

Que, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.341(X-O/99), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) criou a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) a fim de facilitar o diálogo entre os Estados membros e entre esses e o Diretor-Geral sobre iniciativas administrativas e financeiras e, desse modo, facilitar o processo de formação de consenso em torno desses assuntos e iniciativas no Comitê Executivo e na JIA;

Que a CCEAG realizou sua reunião ordinária correspondente a 2005 na Sede Central do IICA em 17 e 18 de março de 2005 e entregou seu relatório com recomendações ao Diretor-Geral do Instituto;

Que, de acordo com o disposto no artigo 9.1 do Estatuto da CCEAG e com a Resolução IICA/JIA/Res.394(XII-O/03), a vigência da CCEAG expiraria na data em que a JIA realizasse sua Décima Terceira Reunião Ordinária; e

Que, em vista das significativas contribuições da CCEAG ao Instituto, o Comitê Executivo aprovou a Resolução IICA/CE/Res.438(XXV-O/05), mediante a qual recomenda à JIA que prorrogue a vigência da CCEAG,

RESOLVE:

Prorrogar a vigência da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais pelo período 2006-2010.

IICA/JIA/Res.420 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 420

**CONSTITUIÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO
CONSULTIVA ESPECIAL DE ASSUNTOS GERENCIAIS PARA
ESTUDAR A PROPOSTA DO CONSELHO AGROPECUÁRIO DO SUL
EM SUA RESOLUÇÃO
CAS/RES.01 (V RE-2005)**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A Resolução CAS/RES.01(V RE-2005) de 29 de agosto de 2005, e

CONSIDERANDO:

Que o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), mediante a Resolução CAS/RES.01(V RE-2005), propôs que na elaboração do Plano de Médio Prazo 2007-2010 do IICA e do orçamento-programa do Instituto, bem como nas diretrizes de seu processo de modernização institucional, sejam consideradas as recomendações das instâncias regionais sobre prioridades regionais e demandas emergentes de cada um dos Estados membros do IICA;

Que a proposta em referência contém uma série de recomendações específicas que merecem profunda análise por parte dos demais Estados membros do Instituto;

Que, mediante a Resolução IICA/JIA Res. 341 (X-O/99), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) criou a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), comissão de caráter exclusivamente consultivo subordinada ao Comitê Executivo cuja finalidade é facilitar o intercâmbio mais regular entre o Diretor-Geral e os Estados membros em matéria de iniciativas e assuntos administrativos e financeiros

com vistas a apoiar o processo de formação de consenso a respeito dessas questões e iniciativas no Comitê Executivo e na JIA; e

Que os artigos 51 e 52 do Regulamento da JIA autorizam tanto a criação de grupos de trabalho dentro das comissões criadas pela JIA como o estabelecimento de comissões temporárias ou especiais para examinar questões relacionadas com a natureza e propósitos do Instituto e formular as recomendações que forem cabíveis,

RESOLVE:

1. Criar, no âmbito da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), uma subcomissão incumbida de examinar a proposta e as recomendações constantes da Resolução do Conselho Agropecuário do Sul, CAS/RES.01(V RE-2005), e apresentar suas conclusões e recomendações sobre a matéria à CCEAG em sua próxima reunião.
2. Constituir a subcomissão com os seguintes membros, nomeados pelos cinco grupos regionais correspondentes:
 - a) Andino Equador, Titular
 Colômbia, Suplente
 - b) Caribe Bahamas, Titular
 Jamaica, Suplente
 - c) Central Nicarágua, Titular
 Honduras, Suplente
 - d) Norte Estados Unidos, Titular
 Canadá, Suplente
 - e) Sul Argentina, Titular
 Bolívia, Suplente
3. Incumbir a subcomissão de reunir-se em São José, Costa Rica, em outubro de 2005, e apresentar um relatório com suas conclusões e recomendações ao Diretor-Geral do IICA, no mais tardar até 15 de dezembro de 2005, a fim de que o mesmo seja transmitido aos membros da CCEAG antes do fim do

corrente ano, e instruir a CCEAG no sentido de submeter as recomendações pertinentes ao Comitê Executivo em sua próxima reunião ordinária.

4. Incumbir o Diretor-Geral de prestar o apoio técnico, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da subcomissão.
5. Determinar que essa subcomissão temporária cesse suas funções e deixe de existir uma vez que entregue seu relatório, cumprindo, dessa forma, o seu mandato.

IICA/JIA/Res. 421 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 421

**AUTORIZAÇÃO AO COMITÊ EXECUTIVO PARA APROVAR
O PLANO DE MÉDIO PRAZO DO IICA 2006-2010 EM SUA
VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que o Diretor-Geral eleito para o período 2006-2010 deve elaborar a proposta do Plano de Médio Prazo do IICA correspondente ao mesmo período;

Que, em conformidade com o artigo 2, alínea a, do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura, é atribuição deste órgão superior adotar medidas relativas à política e à ação do Instituto e que, portanto, lhe compete aprovar os planos de médio prazo do mesmo;

Que o Plano de Médio Prazo 2002-2006 tem efetivamente servido para orientar a ação e a transformação do Instituto, o que se reflete na melhor cooperação prestada aos Estados membros e no fortalecimento de sua participação na gestão institucional;

Que é do interesse do IICA dar continuidade a tais políticas no período 2006-2010, adequando-as às novas demandas de cooperação dos Estados membros e à previsível evolução dos condicionantes conjunturais que afetarão a ação institucional nos próximos anos;

Que a participação dos Estados membros no processo de concepção e formação de consenso para a formulação do Plano de Médio Prazo 2006-2010 é conveniente e necessária para garantir que se considerem as diretrizes dos mandatos emanados do Processo de Cúpulas das Américas, bem como das Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural realizadas no contexto do referido Processo;

Que no processo de preparação do Plano de Médio Prazo devem ser levadas em conta, entre outras, as prioridades das instâncias regionais e as novas demandas de todos os Estados membros; e

Que, em face do exposto, é preciso delegar ao Comitê Executivo os poderes para analisar e aprovar tanto a proposta do Plano de Médio Prazo 2006-2010 como os ajustes que sejam necessários ao Orçamento-Programa de 2007 a fim de torná-lo coerente com as novas diretrizes que o referido Plano indicar,

RESOLVE:

1. Incumbir o Diretor-Geral de, juntamente com a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), preparar a primeira minuta do Plano de Médio Prazo do IICA (PMP) 2006-2010.
2. Instruir a CCEAG de analisar e considerar, entre outras, as contribuições e propostas que emanem da subcomissão criada pela Resolução IICA/JIA/Res.420, bem como as de outros grupos regionais, quanto à preparação do PMP e do orçamento do IICA e que sirvam de base para seu processo de transformação institucional, apresentando as recomendações pertinentes ao Comitê Executivo.
3. Estabelecer como diretrizes básicas na preparação do PMP: (i) as disposições do PMP 2002-2006 que estejam em vigor e (ii) os mandatos emanados do Processo de Cúpulas das Américas e das Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural, especialmente o Plano de Ação AGRO 2003-2015.
4. Incumbir o Diretor-Geral de apresentar o Projeto de Plano de Médio Prazo 2006-2010 à Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo e autorizar o Comitê a aprovar (i) o Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 e (ii) os ajustes que forem necessários ao Orçamento-Programa de 2006-2007 para a implementação desse PMP.

IICA/JIA/Res.422 (XIII-O/05)

1º setembro 2005

Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 422**CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA E DA
VIGÉSIMA QUARTA E DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÕES ORDINÁRIAS DO
COMITÊ EXECUTIVO**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.299(05) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o documento IICA/JIA/Doc.300(05) sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo; e

CONSIDERANDO:

Que os documentos em referência demonstram que a Direção-Geral vem cumprindo satisfatoriamente as resoluções adotadas na Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA e vem executando a contento as tarefas necessárias para dar cumprimento às resoluções adotadas tanto na Vigésima Quarta como na Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo do Instituto,

RESOLVE:

1. Aprovar os documentos sobre o cumprimento das resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo.

2. Expressar sua satisfação pelo cumprimento das citadas resoluções da Junta Interamericana de Agricultura e do Comitê Executivo.

IICA/JIA/Res.423 (XIII-O/05)

1º setembro 2005

Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 423**DATA E SEDE DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA)**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, segundo o artigo 16 do seu Regulamento, suas reuniões ordinárias são realizadas de dois em dois anos, de preferência no segundo semestre do segundo ano do biênio, e que lhe compete definir em cada uma dessas reuniões o lugar e a data provisórios para a realização de sua próxima reunião ordinária, de acordo com os oferecimentos enviados por escrito pelos governos dos Estados membros ao Diretor-Geral;

Que, segundo o artigo 17 do seu Regulamento, é da sua competência decidir sobre os oferecimentos de possíveis sedes para a realização de suas reuniões ordinárias, de acordo com o princípio de rodízio e distribuição geográfica; e

Que o Governo da Guatemala, nesta Décima Terceira Reunião Ordinária, ofereceu seu país como sede da Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura,

RESOLVE:

1. Aceitar e agradecer o generoso oferecimento do Governo da Guatemala para servir de sede à sua Décima Quarta Reunião Ordinária.
2. Determinar que a Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura seja realizada na Guatemala no segundo semestre de 2007.

IICA/JIA/Res.424(XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 424

**RELATÓRIO BIENAL DE 2003-2004 DO INSTITUTO DE PESQUISA
E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO CARIBE**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.296(05) sobre o relatório bienal de 2003-2004 do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI); e

CONSIDERANDO:

Que, segundo o convênio celebrado entre o IICA e o CARDI, cabe a essa organização apresentar à Junta Interamericana de Agricultura (JIA) um relatório bienal que inclua aspectos técnicos, financeiros e administrativos; e

Que o Diretor Executivo do CARDI apresentou o relatório bienal de seu Instituto a esta Décima Terceira Reunião Ordinária,

RESOLVE:

1. Agradecer às autoridades e aos funcionários do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI) seu relatório bienal de 2003-2004.
2. Cumprimentar o Diretor Executivo do CARDI pelo conteúdo e apresentação do referido relatório.

IICA/JIA/Res. 425 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 425

**RELATÓRIO BIENAL DE 2003-2004 DO CENTRO AGRONÔMICO
TROPICAL DE PESQUISA E ENSINO (CATIE)**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.297(05) sobre o relatório bienal de 2003-2004 do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE); e

CONSIDERANDO:

Que, segundo a Cláusula Nona do Contrato Constitutivo do CATIE, celebrado entre o Governo da República da Costa Rica e o IICA, esse Centro deve apresentar à Junta Interamericana de Agricultura (JIA) um relatório bienal sobre seus trabalhos, incluindo aspectos técnicos, financeiros e administrativos; e

Que o Diretor-Geral do CATIE apresentou o relatório bienal de seu Centro a esta Décima Terceira Reunião Ordinária,

RESOLVE:

1. Agradecer às autoridades e aos funcionários do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) seu relatório bienal de 2003-2004.
2. Cumprimentar o Diretor-Geral do CATIE pelo conteúdo e apresentação do referido relatório bienal.

IICA/JIA/Res.426 (XIII-O/05)
1º setembro 2005
Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 426

FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES
IICA-CATIE E AVANÇO NA EXECUÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS
EM 2002-2004

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc.298(05) sobre os avanços alcançados no fortalecimento das relações entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) e na execução de ações conjuntas, bem como a Resolução IICA/CE/Res.431(XXV-O/05), “Fortalecimento das Relações IICA-CATIE e Avanço dos Trabalhos Conjuntos”; e

CONSIDERANDO:

Que os órgãos de governo do IICA, em várias oportunidades, têm atribuído especial atenção ao fortalecimento das parcerias estratégicas do Instituto e particularmente à relação IICA-CATIE, dadas a origem comum e a complementaridade entre os mandatos de ambas as instituições;

Que o Diretor-Geral do IICA tem apresentado relatórios sobre o progresso do Instituto na consolidação de suas parcerias estratégicas como forma de tornar mais eficaz a cooperação do Instituto e fazer uso mais eficiente dos escassos recursos de que dispõe;

Que o IICA e o CATIE obtiveram importantes avanços na execução de ações conjuntas, bem como no fortalecimento dos mecanismos de relacionamento entre ambas as instituições em aspectos técnicos, administrativos e de gestão a fim de potencializar suas capacidades e gerar sinergias para prestar melhor serviço aos Estados membros;

Que, mediante a Resolução IICA/CE/Res.431(XXV-O/05), o Comitê Executivo instou o IICA, o CATIE e o Governo da Costa Rica a concluírem, em colaboração com representantes de outros Estados membros, a análise dos aspectos de natureza jurídica, administrativa e técnica e proporem um arranjo organizacional que assegure a ação conjunta entre o IICA e o CATIE, incumbindo o Diretor-Geral do IICA de informar a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais sobre o particular a fim de que essa Comissão possa apresentar as recomendações pertinentes ao Comitê Executivo em sua próxima reunião ordinária,

RESOLVE:

1. Acolher o relatório sobre os avanços no fortalecimento das relações entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) e na execução de atividades e projetos conjuntos.
2. Incumbir os Diretores-Gerais do IICA e do CATIE de incluírem nos respectivos relatórios anuais de suas instituições uma seção exclusivamente dedicada às relações IICA-CATIE e aos projetos e atividades que juntos executem.
3. Agradecer e endossar a iniciativa e as medidas adotadas pelo Comitê Executivo na Resolução IICA/CE/Res.431(XXV-O/05) no sentido de ser proposto um arranjo institucional que assegure a ação conjunta entre o IICA e o CATIE e determinar que qualquer medida proposta nesse sentido seja submetida à consulta da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais para sua apresentação ao Comitê Executivo em sua próxima reunião ordinária.

IICA/JIA/Res.427 (XIII-O/05)

1º setembro 2005

Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 427

**AGRADECIMENTO AO GOVERNO E AO POVO DA REPÚBLICA DO
EQUADOR E ÀS AUTORIDADES DA CIDADE DE GUAIAQUIL**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, na Décima Terceira Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, graças à hospitalidade do povo e do Governo do Equador, foram realizadas de 30 de agosto a 1º de setembro de 2005, na cidade de Guayaquil, a Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do processo de Cúpulas das Américas e a Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura; e

Que durante as sessões plenárias as delegações manifestaram seu profundo reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, pela acertada e eficiente condução dos debates, contribuindo, assim para a adoção de importantes declarações e resoluções sobre temas de alta prioridade para a agenda hemisférica em matéria de agricultura e vida rural, bem como sobre a ação e o futuro do IICA,

RESOLVE:

1. Expressar os seus sinceros agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Alejandro Serrano y Lara, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador, por sua honrosa e ilustre participação neste evento de transcendental importância para a agricultura e a vida rural das Américas.
2. Manifestar os seus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jaime Nebot, Prefeito da Cidade de Guayaquil, ao povo de Guayaquil e ao Governo

da República do Equador por sua cálida e generosa hospitalidade e por sua contribuição para o sucesso dos trabalhos da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural.

3. Expressar ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, os seus agradecimentos por sua grande disposição para o diálogo construtivo com seus pares e pela forma tão eficiente e imparcial com que exerceu a Presidência desta reunião; ao diligente pessoal dos Ministérios da Agricultura e Pecuária e das Relações Exteriores, bem como das demais instituições públicas e privadas da República do Equador, pela cordial acolhida e pelo generoso apoio emprestado, fatores determinantes do sucesso da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do processo de Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

ASSINATURA DO RELATÓRIO

DISCURSOS

SUMÁRIO

	Página
Sessão de Abertura	125
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador, em representação do Presidente Constitucional do Equador.....	127
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Embaixador Albert R. Ramdin, Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos	131
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador.....	137
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Doutor Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA	141
Sessão de Abertura da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural”	147
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, na Sessão de Abertura da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural” no Contexto do Processo Cúpulas das Américas.....	149
Sessão de Abertura da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura	153
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Doutor Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA, “Liderando a Mudança e a Reforma Institucional do IICA”	155

Sessão de Encerramento	173
- Discurso Do Excelentíssimo Senhor Doutor Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral Do Iica, Na Sessão De Encerramento.....	175
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador e Presidente da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura	181
Discurso Especial	185
- Discurso de Aceitação do Cargo de Diretor-Geral do IICA pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Chelston W. D. Brathwaite.....	187

SESSÃO DE ABERTURA

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
ALEJANDRO SERRANO AGUILAR, VICE-PRESIDENTE
CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA DO EQUADOR, EM
REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DA
REPÚBLICA DO EQUADOR**

Incumbiu-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República de transmitir-lhes, em nome do povo e do Governo do Equador, as nossas mais cálidas boas-vindas e os nossos melhores votos por que todos desfrutem de uma prazerosa e profícua estada em nosso país.

O Governo equatoriano, assim como os de outros países aqui representados, assumiu o compromisso de cumprir os Objetivos e as Metas do Milênio, que estabelecem a redução à metade, até 2015, do número de pessoas com renda inferior a um dólar por dia e que padecem de fome, a redução de 2/3 da taxa de mortalidade infantil dos menores de cinco anos, a redução de ¼ da mortalidade materna, a detenção e a redução da propagação da AIDS, da malária e da tuberculose, a redução à metade do número de pessoas sem acesso a água e, em colaboração com a indústria farmacêutica, a provisão de acesso aos medicamentos especiais.

Diante disso, a Reunião Ministerial e a da Junta Interamericana de Agricultura revestem particular importância para o futuro dos nossos povos e, de modo especial, dos que trabalham diariamente no campo, lutando contra as intempéries e os riscos e caprichos dos mercados, que, muitas vezes, enterram as esperanças por uma vida melhor de pequenos produtores e empresários agrícolas.

Não é preciso chamar a atenção para a dramática situação dos nossos irmãos do campo, cujos níveis de pobreza e exclusão social são altamente preocupantes e ameaçadores. A dívida histórica que temos para com eles e que devemos resgatar é, sem dúvida, o principal objetivo de nossas políticas de desenvolvimento. A pobreza rural, mãe de todas as pobrezas, deve ser urgentemente combatida com eficácia e eficiência. Trata-se de um flagelo que provoca a migração desordenada do campo para a cidade, concentrando os migrantes na periferia de nossos centros urbanos, numa séria ameaça à paz que desejamos para nossos povos. O êxodo rumo ao moderno Eldorado causa sérios problemas sociais, como, por exemplo, a desintegração das famílias, levando, muitas vezes, a lamentáveis tragédias, como as que vêm ocorrendo ultimamente.

Apesar de todos os nossos esforços, ainda não conseguimos dar respostas concretas às demandas sociais dos pequenos produtores rurais das Américas, e, assim, a relutante pobreza vai penetrando cada vez mais nas entranhas das famílias do campo.

É preciso, por isso, que as autoridades de nossos países e os organismos internacionais de crédito e cooperação técnica busquem, com a ampla participação da sociedade, novas e engenhosas estratégias para incorporar esses importantes segmentos de nossa população ao desenvolvimento.

Estou convencido de que os esforços que envidemos em prol da agricultura contribuirão enormemente para impulsionar o alcance dos Objetivos do Milênio.

A agricultura, ao inter-relacionar-se com os outros setores, contribui para o crescimento mediante a absorção de mão-de-obra, a geração de divisas, o uso e conservação dos recursos naturais e a geração de capital de investimento.

Diante dos desafios impostos pela nova conjuntura, é fundamental ver a agricultura sob outra perspectiva, capaz de situá-la adequadamente no cenário das grandes decisões políticas.

Não há melhor investimento do que os que são feitos em educação, saúde e sistemas produtivos, pois esse investimento toca diretamente nos direitos fundamentais do ser humano e da sociedade. Por isso, o Governo equatoriano apóia decisivamente o fortalecimento do Sistema Nacional Sanitário para que esse seja um eixo principal capaz de assegurar a produção de alimentos e, a partir dela, a saúde e o equilíbrio ecológico.

Esperamos que, com base em suas deliberações, senhores ministros da agricultura, possamos reunir esforços para alcançar os propósitos estabelecidos. O Governo equatoriano continuará a apoiar o cumprimento e a aplicação do Plano AGRO 2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas, compromisso fixado na Declaração de Nuevo León da Cúpula Extraordinária das Américas.

Nosso Governo prioriza a continuidade do processo ministerial, que tem seu momento culminante neste encontro hemisférico. O Presidente da República deu todo seu apoio ao Ministério da Agricultura e Pecuária e a outras instituições do Estado para que esta reunião se realize sob as mais propícias condições.

Está em suas mãos fazer com que esse processo ministerial contribua para a construção de uma América mais justa, próspera e equitativa. Acompanhamos com interesse e entusiasmo a preparação desta reunião ministerial; por isso, faço um

reconhecimento sincero ao trabalho dos ministros da agricultura e dos delegados ministeriais na formação de consenso para os acordos que serão adotados neste encontro, os quais conferem um sentido de identidade hemisférica ao conjunto de atores responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e pelo bem-estar das comunidades rurais.

Formulo uma invocação muito sincera para que se afiance o compromisso com o agro, com nossos homens e mulheres do campo e com as comunidades rurais que esperam melhores condições de vida. Um compromisso com as organizações e com as instituições pesquisadoras, com os profissionais, com os técnicos e com os líderes locais a fim de que se esforcem por apoiar e acompanhar seus semelhantes no desafio do desenvolvimento sustentável da agricultura e das comunidades rurais.

A esse compromisso somos chamados todos os que, de uma ou outra forma, estamos envolvidos nesse desenvolvimento ou por ele somos responsáveis.

Ao declarar oficial e solenemente aberta esta Reunião Ministerial da Agricultura e Vida Rural nas Américas, o faço convencido de que o diálogo ministerial e o Acordo de Guaiaquil que daqui emanará irão ao encontro das necessidades, preocupações e demandas de todos os que trabalham no campo e que serão instrumentos de promoção do desenvolvimento justo e equilibrado por que tanto ansiamos para nossa sociedade rural, composta de empresários empreendedores e audazes e de uma significativa comunidade de agricultores que, há muitas décadas, confia em melhores condições de vida.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR EMBAIXADOR
ALBERT R. RAMDIN, SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

É para mim uma honra estar aqui presente, nesta bela cidade de Guaiaquil, para participar da abertura desta importante Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas. Os assuntos que serão tratados nos próximos dias são, sem dúvida, de natureza transversal, de amplo alcance e de importância estratégica para os países das Américas.

Senhor Vice-Presidente da República, ilustres representantes, começo prestando uma homenagem ao Diretor-Geral do IICA, Doutor Chelston Brathwaite, que tem demonstrado excelentes características de liderança ao pôr em prática seus conhecimentos acadêmicos sobre agricultura e sua capacidade de administrador para transformar o IICA num efetivo organismo hemisférico no campo da agricultura. Gostaria, também, de agradecer a seus funcionários por sua atuação pioneira nos países do Hemisfério.

Doutor Brathwaite, este que lhe fala e – estou certo – o restante do Hemisfério esperamos com interesse trabalhar com Vossa Excelência nos próximos anos.

A visão do IICA de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade das comunidades rurais das Américas responde, de maneira prática, a algumas das necessidades de desenvolvimento mais fortes do Hemisfério. En nossa opinião, de que a agricultura continuará a ser um dos alicerces estratégicos fundamentais na luta contra a pobreza, na geração de emprego, na manutenção da estabilidade social e na real participação da sociedade no desenvolvimento de suas comunidades locais e de seus países.

Importância da agricultura na economia rural

Apesar de o crescimento da agricultura nas Américas ter sido desacelerado ou ter diminuído, a região continua empenhada no delineamento e execução de políticas de aprimoramento do desenvolvimento rural, tendo em conta suas dimensões e seus efeitos econômicos, sociais e ambientais.

Se considerarmos os vínculos de todo o processo que envolve a cadeia agrícola, incluindo, principalmente, o transporte, o embarque e o agronegócio, a contribuição da agricultura para o produto interno bruto (PIB) dos países é ainda mais substantiva do

que sugerem as estatísticas nacionais. A pesquisa inovadora do IICA demonstra que a agricultura e o agronegócio representam 32% do PIB na Argentina, 38,5% no Brasil, 15% no Canadá, 16% no Equador, 13% na Jamaica e 30% na Nicarágua.

Ante esse cenário, temos consciência de que muitos países do Hemisfério, inclusive aqueles cujas economias são as mais vulneráveis do Caribe, enfrentam enormes dificuldades em seu setor agrícola e, por extensão, em todas as suas economias, sem falar no risco que representa a ameaça dos desastres naturais. A eliminação dos acordos preferenciais com relação à banana, ao açúcar e a outros produtos básicos trouxe graves consequências para as economias de base agrícola, como é o caso das Ilhas de Barlavento.

É certo que houve mudanças na ordem econômica internacional. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as ameaças à sobrevivência econômica são ameaças também à ordem social, à estabilidade e, na verdade, à governabilidade democrática. Isso é, por conseguinte, motivo de preocupação e adoção de medidas. Devemos envidar nossos maiores esforços por assegurar que a nova dinâmica mundial e a de nossa própria região não dêem lugar à marginalidade social e econômica de grupos e países.

Senhoras e senhores, como parceiros do Sistema Interamericano, devemos encontrar formas inovadoras de manter a competitividade e proporcionar às economias vulneráveis as ferramentas para que se adaptem às mudanças do mercado mundial. Devemos chegar a uma nova visão dos assuntos agrícolas que abarque uma gama mais ampla de relações entre a produção e a competitividade comercial. Essa visão deve incluir o equilíbrio entre o modelo de desenvolvimento exportador e o desenvolvimento rural sustentável. O volume e a qualidade dos serviços para a agricultura, tais como a pesquisa, a tecnologia, o financiamento e as políticas sanitárias, são deficientes em nossa região, por isso é preciso revitalizá-los.

Devemos, ainda, desenvolver a capacidade pública e privada necessária para incorporar conceitos de gestão modernos no que concerne à tecnologia agrícola para aprimorar a produção e a qualidade do trabalho de nossos trabalhadores rurais. Nesse processo de modernização e ajuste, o papel do IICA é de capital importância.

O IICA e o Processo Cúpulas das Américas

A Organização dos Estados Americanos acredita na importância de se continuar a promover estratégias nacionais de médio e longo prazo destinadas ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural. Conforme acordaram os Presidentes e Chefes de Governo na Terceira Cúpula das Américas na Cidade de Québec, todos os atores – os parlamentares, as organizações da sociedade civil e os setores científico e

universitário – devem ser parceiros dos governos na consecução desse objetivo. Na Cúpula, o IICA foi solicitado a estimular o diálogo e a formação de consenso quanto aos aspectos vitais do desenvolvimento agrícola, juntamente com a continuação da prestação dos serviços de cooperação técnica. Uma vez mais, na Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em janeiro de 2004 em Monterrey, os governos se comprometeram “a manter um esforço sustentado para melhorar as condições de vida das populações rurais, promovendo os investimentos e criando um ambiente favorável que facilite a melhoria sustentada da agricultura”.

No momento em que nos preparamos para a Quarta Cúpula das Américas, na Argentina, a tarefa desse encontro do mais alto nível será demonstrar unidade e solidariedade, continuar o processo de formação de consenso e impulsionar a agenda política hemisférica para combater a pobreza, gerar emprego e incentivar o comércio.

A agenda de desenvolvimento da OEA

Como a agenda da OEA está pautada na democracia, na segurança e no desenvolvimento, temos plena consciência de que, para que o desenvolvimento seja inclusivo, as reformas econômicas, os acordos sobre comércio e as iniciativas de negócios devem lançar benefícios a que todos tenham acesso. Setenta por cento dos pobres do mundo vivem nas zonas rurais. Em nosso Hemisfério, esse considerável segmento da população abarca um grande número de comunidades tradicionalmente muito pouco atendidas, a exemplo dos povos indígenas, das mulheres e dos jovens. Cerca de 240 milhões de pessoas das Américas sobrevivem com menos de um dólar por dia, e, desses, um percentual significativo se encontra nas áreas rurais.

Louvamos a difusão da democracia no Hemisfério, mas todos, lamentavelmente, temos consciência de que os países nem sempre conseguiram mostrar os frutos prometidos da democracia e da reforma econômica. Esse fracasso, por sua vez, ameaça o tecido social e político e cria ambientes instáveis que tornam vulnerável a governabilidade. É preciso perceber que os resultados das fragilidades democráticas, as crises econômicas e a intranquilidade social criarão, em última instância, problemas para todos, já que muitos dos nossos desafios e dificuldades estão inter-relacionados e internacionalizados. Os países do nosso Hemisfério devem usar o ativo nacional para combater coletivamente a pobreza, o analfabetismo, a desigualdade e a injustiça social.

O Equador, como muitos países, enfrenta seus próprios desafios a esse respeito. Recomendo que se continue o diálogo construtivo e insto os poderes Executivo e Legislativo, bem como as demais forças políticas, econômicas e sociais, a renovarem o compromisso de atuarem juntos para tratar dos importantes problemas que enfrenta este país.

De acordo com a Carta Democrática Interamericana, a Secretaria-Geral da OEA respalda o empenho do Governo do Equador por fortalecer as instituições democráticas do país, particularmente o processo de seleção para a Suprema Corte.

Na semana passada, observadores da OEA estiveram no Equador e reuniram-se com ministros do Governo, com partidos políticos, com membros do Corpo Diplomático, com representantes das Nações Unidas e de organizações não-governamentais e com outros atores chave. Esperamos que isso ajude a garantir o processo de seleção judiciária e contribua para que o país avance a consolidação democrática e sua agenda de desenvolvimento. O Secretário-Geral, Senhor Insulza, e a OEA apreciam o apoio emprestado à missão pelo Presidente Palácio, e estamos muito satisfeitos com os resultados alcançados.

Antes de encerrar, Senhor Vice-Presidente, quero aproveitar a oportunidade para expressar a Vossa Excelência e ao povo equatoriano as minhas condolências pela recente e trágica perda de vidas de cidadãos equatorianos no mar. Cada uma dessas perdas é uma tragédia, e a OEA se solidariza com Vossa Excelência e com o povo equatoriano nesse doloroso episódio. Uma tragédia também para toda a América, pois estão se tornando bastante comuns os acidentes dessa natureza. Como região, nos compete adotar medidas para enfrentar as verdadeiras causas que levam a esses atos desesperados que culminam em terríveis tragédias.

Senhor Vice-Presidente, senhoras e senhores, aqui, como em outros países, a agricultura desempenha um papel chave no desenvolvimento rural. Esperamos que na próxima década todas as famílias dos agricultores das Américas contem com as ferramentas necessárias para ter acesso à educação, à água potável e à assistência em saúde e se transformem em participantes plenos da vida social, cultural, política e econômica dos países em que vivem.

O setor agrícola continua a ser uma peça fundamental do motor econômico nacional. Precisamos olhar o futuro e formular políticas estratégicas para desenvolver e manter a capacidade produtiva das áreas rurais. Precisamos, também, apoiar o acesso equitativo à educação, ao financiamento e ao crédito, à infra-estrutura de suporte e aos mercados a fim de estimular o aumento da produção, do comércio e do emprego.

A nova Administração da OEA acredita que podemos construir um Hemisfério caracterizado pela prosperidade, pela estabilidade e pela solidariedade. Possuímos o conhecimento, os recursos humanos e naturais e a capacidade para identificar e alocar os recursos financeiros necessários. O de que precisamos é a vontade política e o compromisso de atuar em prol dos objetivos hemisféricos de eliminar a pobreza e

alcançar a igualdade de direitos e oportunidades para os marginalizados. O de que precisamos é a participação estruturada e construtiva de todos nós.

O trabalho do IICA no Hemisfério tem demonstrado que as grandes realizações são possíveis quando os governos, as organizações não-governamentais, as empresas privadas e a sociedade civil trabalham juntos pelo bem comum. A OEA está comprometida com a criação de formas de cooperação para a ação e espera, com grande interesse, trabalhar com o IICA, com os ministros e com as altas autoridades aqui representadas em nossa caminhada para esse futuro.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ENGENHEIRO
AGRÔNOMO PABLO RIZZO PASTOR, MINISTRO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO EQUADOR**

É para mim uma honra estar com os senhores nesta tarde e dar-lhes, em nome do nosso país, as nossas cordiais boas-vindas. Assim o faço, consciente da responsabilidade que significa para os 34 Ministros da Agricultura das Américas reunir-nos poucos dias antes dos encontros dos máximos dirigentes políticos do mundo e das Américas.

Estamos a quase duas semanas da reunião dos Chefes de Estado e de Governo no contexto das Nações Unidas, a realizar-se de 14 a 16 de setembro, na qual serão revistos os avanços e os resultados dos acordos adotados na Cúpula do Milênio, e a dois meses da Quarta Cúpula das Américas, que será levada a cabo em 4 e 5 de novembro em Mar del Plata, Argentina, sob o lema “*Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática*”.

Cinco anos se passaram desde que os Chefes de Estado e de Governo do mundo inteiro adotaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para os quais o Governo equatoriano já conta com um plano de ação, conhecido como “Visão 2020”. Também já se vão mais de quatro anos desde que os Chefes de Estado e de Governo das Américas reiteraram o compromisso de envidar esforços complementares para alcançar tais objetivos, principalmente a redução em 50%, até 2015, do número de pessoas que vivem em pobreza extrema. Nesse sentido, o Governo equatoriano também vem adotando medidas para reduzir o número de pessoas nessa condição, cumprindo, para tanto, as metas do “Plano Visão Compartilhada Ano 2015”. Além disso, por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária, o Governo entregará dentro em breve as Estratégias Agropecuárias 2005-2015, que serão consideradas políticas de Estado.

Sob esse quadro de referência, na Terceira Cúpula das Américas, realizada na cidade de Québec em abril de 2001, os Chefes de Estado e de Governo das Américas comprometeram-se a impulsionar programas para o melhoramento da agricultura e da vida rural e promover a agroindústria como setor capaz de prestar uma contribuição essencial na redução da pobreza e no incentivo ao desenvolvimento integral.

Estamos comprometidos com todo esse apoio político que recebemos dos nossos mandatários, apoio esse ratificado há pouco mais de um ano e meio na Cúpula Extraordinária, quando os Chefes de Estado e de Governo expressaram seu respaldo político ao Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das

Américas, por nós aprovado em nossa Segunda Reunião Ministerial, realizada no Panamá em novembro de 2003. Isso nos compromete ainda mais, pois esse Plano, de acordo ministerial por nós adotado em 2003, passou a ser um mandato presidencial com papel de quadro de referência estratégico para o agro das Américas.

Ao realizarmos esta Terceira Reunião Ministerial na Cidade de Guaiaquil, preparatória da Quarta Cúpula das Américas de Mar del Plata, Argentina, nossa tarefa deve estar focalizada na redução da pobreza, na geração de emprego e na promoção da prosperidade rural nas Américas.

Por isso, temos hoje a grande responsabilidade de forjar um futuro diferente para todos os que depositaram sua confiança em nós, todos os que têm a esperança de uma vida melhor, esperança essa que ficará consignada ao assinarmos o Acordo Ministerial de Guaiaquil.

Os recursos naturais são considerados a principal fonte de riqueza de todos os países, e os negócios relacionados a esse campo mobilizam 400 bilhões de dólares ao ano, o que reveste uma importância estratégica para todas as economias.

O Equador é um dos dez países com maior biodiversidade do planeta. Parte dessa riqueza é constituída pelas 5 mil espécies arbóreas de sua reserva agroecológica e pelas 18 mil espécies superiores que revelam a grande biodiversidade de sua flora. Seu mapa hidrográfico apresenta 31 sistemas, 79 bacias e 114 sub-bacias, e a fronteira agrícola do país é de 12.000.355 hectares cultiváveis.

O setor agropecuário desempenha um papel da mais alta importância na economia do Equador, sendo a banana o segundo produto de exportação nacional, depois do petróleo. De outro lado, as comunidades rurais, formadas por nossos povos montubios, por nossos povos indígenas e pelos afro-equatorianos, constituem um mosaico social que exige um novo equilíbrio rural e urbano, base fundamental da governabilidade democrática no país. Cumpre mencionar, ainda, que a atividade agroempresarial é um componente chave da força econômica necessária para o desenvolvimento nacional.

É preciso reconhecer, contudo, que, assim como a maioria dos países aqui representados, enfrentamos no Equador sérios problemas de pobreza rural, e tenho certeza de que essa é uma preocupação comum a todos nós.

Por isso, não podemos nos esquecer de que é nosso dever pôr em prática as decisões dos nossos mandatários, as quais nos possibilitarão implantar as mudanças por eles definidas para que a vida de todos os nossos compatriotas que habitam as zonas

rurais seja mais humana e para que eles possam oferecer a suas famílias um lar onde vivam dignamente, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, que o comércio de seus produtos seja justo e equitativo.

Desejo aproveitar esta oportunidade para reiterar os nossos agradecimentos ao Diretor-Geral do IICA, pelo contínuo apoio que, durante todo este ano, nos emprestou para a organização destes eventos.

A Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, que será realizada em seguida à Terceira Reunião Ministerial, é um momento oportuno para que reconheçamos o importante esforço que vem envidando o IICA como parceiro institucional do Processo Cúpulas das Américas, tal como definiram nossos Chefes de Estado e de Governo na Declaração da Cidade de Québec, e para que, em função dos acordos que adotemos, sejam efetuados ajustes ao Plano de Médio Prazo do Instituto com vistas à nova gestão do Diretor-Geral a ser eleito nesta segunda importante reunião.

Dedicamos todo nosso empenho para que o cenário destas reuniões seja o adequado, de modo que ofereça as instalações, os equipamentos e o pessoal de trabalho pertinentes, missão de que nos incumbiram os Chefes de Estado e de Governo em Québec e que foi ratificada em Monterrey, México.

Encerro minhas palavras, afirmando-lhes que para o nosso país é motivo de orgulho e satisfação tê-los aqui conosco a fim de renovarmos o compromisso com a construção de uma nova via para a agricultura e a vida rural dos nossos países. Que tudo o que expressemos se converta em realidade, de tal modo que o futuro seja sempre um novo amanhecer para a agricultura das Américas.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
CHELSTON W. D. BRATHWAITE, DIRETOR-GERAL DO IICA**

Em nome do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, tenho a grande satisfação de cumprimentar cordialmente todos os presentes a esta Seção de Abertura da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, ressaltando a honra de contarmos com a presença do Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador.

Em nome do IICA e no meu próprio nome, desejo inicialmente expressar os nossos sinceros agradecimentos pela cálida e hospitaleira acolhida de que temos sido alvo e pela eficiência com que foi organizada nossa estada em Guayaquil.

Estamos reunidos à sombra dos majestosos Andes, dois graus ao Sul do equador, numa cidade dotada de rica diversidade cultural, uma cidade em processo de renovação, reconhecida como modelo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, uma cidade do futuro.

Há dois anos, na Cidade do Panamá, os ministros e secretários da Agricultura do Hemisfério agradeceram e aceitaram o gentil convite do Governo equatoriano para que a sede deste encontro fosse esta pujante Cidade de Guayaquil.

Essa feliz iniciativa nos dará a oportunidade de desfrutar do calor de seu povo e de seu clima e de conhecer esta produtiva região do Equador. Temos consciência de que o clima aqui é temperado pela suave brisa que sopra do Pacífico e lembramos que, não muito longe daqui, nas Ilhas Galápagos, foi onde em 1835 Charles Darwin descobriu um lugar para a reflexão, um lugar para a inspiração, um lugar para o pensamento estratégico sobre o passado e o futuro e onde desenvolveu a Teoria da Evolução.

Senhor Vice-Presidente, viemos a seu país para refletir e dialogar sobre o futuro estratégico do setor agropecuário das Américas. Viemos para continuar a construir uma ponte para o futuro a fim de que muitos dos nossos povos possam passar de uma vida de desespero para uma vida de prosperidade no campo.

Vimos a este lugar conscientes de que, apesar dos nossos esforços recentes, 225 milhões de pessoas do nosso Hemisfério ainda vivem na pobreza, pobreza essa que se reflete na delinqüência urbana e rural, no tráfico de drogas ilícitas e na violência. Pobreza que ameaça a governabilidade democrática e o Estado de Direito em nossos

países. Nossas sociedades serão insustentáveis, a menos que solucionemos esse flagelo do nosso tempo. Viemos examinar o progresso alcançado na promoção da prosperidade rural e planejar o futuro, um futuro que se vislumbra o mais notável de todos os tempos, se adotarmos políticas de inclusão social que permitam a participação de todas as pessoas.

Tenho a satisfação de compartilhar com os senhores algumas das reflexões mais importantes relacionadas com nossas responsabilidades – atuais e futuras – diante da agricultura do século 21.

Considerando a visão compartilhada do Plano de Ação AGRO 2003-2015, os desafios e os enfrentamentos que arrostamos para atender a seus nobres propósitos, em cumprimento aos objetivos maiores estabelecidos nas Metas do Milênio, é nosso compromisso assumir novas responsabilidades e desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico a fim de contribuir para a obtenção de maior prosperidade nas comunidades rurais dos nossos países.

Por que é importante falar de uma nova visão da agricultura?

Tal como foi manifestado na Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, as diferentes dimensões sugeridas e a magnitude das ações necessárias dentro da concepção sistêmica das cadeias agroprodutivas e dos territórios rurais justificam a necessidade de uma mudança de visão.

Das muitas razões relacionadas com esse aspecto, gostaria de destacar apenas três. Em primeiro lugar, o atual modelo de desenvolvimento demanda uma maior precisão quanto às estratégias voltadas para o melhoramento das condições de vida dos grupos menos favorecidos.

Em segundo lugar, deve-se insistir naquilo que o IICA vem apontando em vários de seus documentos nos últimos anos: é preciso reconhecer a real contribuição da agricultura. Segundo essa visão, o seu peso a faz merecedora de uma maior alocação de recursos públicos e privados para que sejam implementadas políticas modernas.

O IICA tem demonstrado que geralmente as contribuições da agricultura são maiores das que indicam as estatísticas oficiais, conclusão ratificada por pesquisas recentes realizadas por outras organizações internacionais, como o Banco Mundial, e por alguns dos países da Região. Atualmente, tal como consta num documento que será apresentado nesta reunião sobre a agricultura no Equador, vem-se reconhecendo que,

embora as estatísticas nacionais registrem que a agricultura representa 9% da economia do Equador, sua verdadeira contribuição, segundo o estudo, é de 23%.

Em terceiro lugar, a globalização e a liberalização do comércio, mesmo oferecendo oportunidades a muitos setores, geram ao mesmo tempo grandes desafios em aspectos de competitividade, tecnologia e inovação e geração de emprego.

Como entendemos essa nova visão?

Nossa visão é que a agricultura deve ser considerada sob um contexto mais amplo e sistemático, pois ela transcende a concepção tradicional de que é exclusivamente fonte de produção primária.

É preciso reconhecer o potencial e a capacidade da agricultura e dos territórios rurais para intervir sob diferentes formas na produção dos bens e serviços de que a sociedade necessita.

Essa concepção considera uma relação harmoniosa entre agricultura, sociedade e meio ambiente, que contribui simultaneamente para o aumento da produtividade, da competitividade e da responsabilidade social e que está sustentada na equidade, na ética e na conservação dos recursos naturais.

Sob esse quadro, além dos bens tradicionalmente produzidos pela agricultura, emergem outros, de natureza estratégica para a sociedade, tais como a bioenergia, os serviços ambientais, a biodiversidade, o paisagismo, a identidade cultural e a estabilidade social e demográfica.

Se for bem-aproveitado, esse conjunto de bens e serviços encerra grande potencial para contribuir para dinamizar a economia em geral e, em particular, a economia rural, para gerar emprego, para reduzir os níveis de pobreza e para ajudar a conservar o meio ambiente e a biodiversidade.

Quais são as novas responsabilidades que nos competem nessa nova visão?

A primeira responsabilidade diz respeito à energia. Dada a atual crise do petróleo, reveste importância estratégica o potencial da agricultura como fonte de produção de energia e substituição do consumo de derivados do petróleo.

A agroenergia mostra-se no século 21 como alternativa para aliviar a fatura petroleira de muitos países e, ao mesmo tempo, contribuir mediante impactos positivos para a preservação do meio ambiente e a geração de emprego.

A segunda responsabilidade tem a ver com a segurança alimentar. Num mundo globalizado, a segurança alimentar impõe um grande desafio para as Américas por ser a única região no mundo exportadora líquida de alimentos. Nossa região, cuja superfície cultivável ainda conta com possibilidades de expansão, é chave para alimentar mais de 7 bilhões de pessoas que, em 2015, terão maior renda e melhores condições de vida.

Nesse sentido, é preciso considerar que os fatores relativos à inocuidade e ao valor nutritivo e social dos alimentos fundamentam o desafio de produzir alimentos não apenas nas quantidades necessárias, mas, também, de acordo com a demanda, o gosto e a preferência dos consumidores para, assim, responder à hoje tão frágil confiança de consumidores cada vez mais exigentes.

A terceira responsabilidade que deve assumir a agricultura do século 21 é contribuir para que os habitantes rurais tenham trabalho digno e bem-remunerado. A agricultura deve ser capaz de propiciar a criação de mais e melhores empregos no campo, como meio para gerar prosperidade e reduzir a pobreza rural. Para tanto, é essencial incentivar políticas e ações que estimulem seus vínculos com outros setores da economia, tais como o turismo, bem como potencializar suas relações com o patrimônio rural e a agricultura.

A quarta responsabilidade da agricultura é aumentar sua contribuição para o equilíbrio social, com o propósito inequívoco de reduzir as brechas entre ricos e pobres e entre campo e cidade. Para tanto, é preciso priorizar, aumentar e canalizar os investimentos públicos e privados para as áreas rurais, que hoje se caracterizam por exercer uma pressão cada vez maior na expansão das cidades em função do êxodo rural.

Isso será possível se conseguirmos dinamizar os ativos considerados fundamentais para superar os problemas no campo: o capital social e o capital humano. Vale ressaltar que 80% das empresas existentes na América Latina são médias, pequenas e microempresas, e sua contribuição é medular na geração de emprego, produção e riqueza. Importância similar revestem os processos para aprimorar a qualidade do capital social e a capacidade das instituições de apoio, chamadas a apresentar soluções inovadoras para remover os obstáculos ao desenvolvimento.

A quinta responsabilidade da nova visão que menciono é considerar que a agricultura contribui para a integração dos povos.

Senhor Presidente, é importante que a reunião que hoje se inicia seja um instrumento de diálogo e concertação para que se definam agendas regionais e hemisféricas mais ambiciosas.

Não podemos ignorar nossas diferenças, mas, sem dúvida, podemos partir de nossas semelhanças para construir posições sólidas nos próximos encontros sobre comércio, saúde, pobreza e desenvolvimento em geral.

Por isso, insistimos em intensificar o diálogo, permutar experiências e promover a cooperação horizontal com o intuito de melhorar as competências dos países de menor desenvolvimento relativo e seus atores, fazendo com que a agricultura e o desenvolvimento rural cumpram funções integradoras e não desagregadoras entre os países. Assim, esta reunião poderá constituir uma oportunidade de ouro para que sejam tratados temas de importância no contexto da próxima reunião da OMC, a ser realizada em Hong Kong, principalmente no que concerne à integração comercial.

É oportuno instar os países a que envidem seus melhores esforços e utilizem toda sua criatividade para levar adiante a construção de um sistema de comércio que seja justo para todos e tornar realidade a aspiração de que o comércio internacional contribua para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, tal como estabelece a Declaração de Doha.

Estamos convencidos de que a modernização do setor agropecuário e o atendimento prioritário às áreas rurais são chave para diminuir a pobreza e garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das Américas.

Respetuosamente, tomo a liberdade de instá-los a que unamos esforços em torno de novas estratégias, políticas, ações e investimentos para a agricultura e o meio rural, de modo a que isso seja um meio de contribuição sustentável às economias dos nossos países.

Não quero concluir sem antes expressar os mais sinceros agradecimentos do IICA e os meus próprios agradecimentos ao Governo equatoriano, a seu Ministério das Relações Exteriores, ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, a seu Vice-Ministro, Engenheiro Agrônomo Hernán Chiriboga, e a sua equipe de trabalho, pelo apoio que recebemos e pela eficiência demonstrada na organização destes eventos.

Desejo, ainda, agradecer sinceramente ao Prefeito da Cidade de Guaiquil, Doutor Jaime Nebot, por sua receptividade e pelo apoio emprestado desde o primeiro momento em que tomou conhecimento destas reuniões.

Finalmente, Senhor Vice-Presidente, quero agradecer sua presença e seu inestimável apoio.

Muito obrigado.

**SESSÃO DE ABERTURA DA TERCEIRA
REUNIÃO MINISTERIAL
“AGRICULTURA E VIDA RURAL”**

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ENGENHEIRO
AGRÔNOMO PABLO RIZZO PASTOR, MINISTRO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO EQUADOR, NA SESSÃO DE
ABERTURA DA TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL
“AGRICULTURA E VIDA RURAL” NO CONTEXTO DO PROCESSO
CÚPULAS DAS AMÉRICAS**

Sinto-me honrado por presidir esta Terceira Reunião Ministerial sobre “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, que se realiza no contexto do Processo Cúpulas das Américas.

Esta é, sem dúvida, uma oportunidade com que nos privilegia esse Processo, de retomar nosso diálogo de 2003, quando chegamos a um consenso sobre a Visão Compartilhada de 2015 para a Agricultura e a Vida Rural de nossos países. Dois anos depois de sua aprovação e ao pensar nos novos cenários com que hoje nos deparamos, fico entusiasmado por vê-la em vigor e louvo os ministros por terem sido tão visionários naquela ocasião.

Em primeiro lugar, devo reconhecer a tarefa empreendida por nossos Delegados Ministeriais para atualizar a Agenda Hemisférica de 2006-2007, definir as medidas necessárias a sua implementação, acompanhar sua aplicação e, sobretudo, preparar-nos para avaliar como estamos nos aproximando dessa Visão.

Nossos Delegados Ministeriais definiram, como lema da proposta que nos apresentaram para atualizar a referida Agenda, a frase “*promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural das Américas*”. Estou convencido de que a realidade atual do Equador exige que dirijamos nossos esforços para o alcance dessas políticas.

O diálogo e a negociação caracterizam os novos tempos. Neste momento o Equador vive uma democracia participativa em que temos sólidos compromissos com os produtores rurais. Além disso, todos os nossos países estão envolvidos na definição de novos acordos comerciais. Por isso, esses compromissos com os produtores e outros atores chave do agro são os que devemos fazer encabeçar os processos de negociação dos novos acordos comerciais porque os interesses desses atores são, afinal, os interesses do país. Por conseguinte, para que essas negociações sejam instrumentos de avanço rumo à Visão Compartilhada de 2015 precisamos de um quadro estratégico transparente e concertado, e esse é o papel das políticas de Estado.

Trabalhamos para ter nossa própria agenda, capaz de conter estratégias articuladas e políticas de Estado que as impulsionem. Nos vários diálogos internos que mantenho com os diferentes atores do agro, essa tem sido uma constante. A isso se deve que tenha me comprometido a fazer com que, na gestão deste Governo, essas políticas de Estado se tornem realidade.

Esta Reunião Ministerial reveste suma importância para o Equador no momento atual. Sabemos que vários dos senhores têm experiências muito valiosas nesse sentido, e é por isso que os diferentes membros da comunidade da agricultura do Equador vêm com grande entusiasmo e expectativa as contribuições que nos deixarão por meio de suas intervenções no diálogo ministerial que iremos travar.

Chegamos a esta Terceira Reunião Ministerial muito bem dotados dos insumos definidos por consenso por nossos Delegados Ministeriais. Isso facilitará nosso trabalho e nos dará tempo para trocarmos experiências, que é o a que mais almejo. Os Delegados Ministeriais obtiveram progressos com relação a dois dos três mandatos que lhes atribuímos em 2003, a saber:

- i) informar sobre o progresso alcançado na implementação da Agenda Hemisférica 2003-2005. Para tanto a Secretaria preparou e nos fará chegar um relatório baseado nos 64 relatórios enviados por nossos Delegados Ministeriais onde se encontra valiosa informação;
- ii) atualizar a Agenda Hemisférica 2006-2007. Esse tema será objeto do relatório a ser apresentado pela presidência do GRICA de 2005. Além disso, como lhes dizia, ao contar com tais relatórios teremos oportunidade de dedicar a maior parte do nosso tempo ao diálogo sobre algumas das questões que são críticas na atualização de nossa agenda hemisférica.

Sobre o terceiro mandato, durante esta reunião deveremos definir a Proposta Ministerial que apresentaremos à Quarta Cúpula das Américas.

E, voltando ao cerne da nossa reunião, o diálogo ministerial, foram selecionados os seguintes temas para debate:

- i. as questões estratégicas com relação às metas de 2015: o potencial da agrobiotecnologia e as perspectivas da indústria agroenergética;
- ii. a redução da pobreza, a geração de emprego e a promoção da prosperidade rural;

- iii. as políticas de Estado para a agricultura e a vida rural;
- iv. a cooperação entre países e dos organismos internacionais.

Falar sobre qualquer um desses temas seria antecipar-me aos nossos diálogos, que, dada a presença dos senhores, tenho certeza, serão muito enriquecedores.

Desejo concluir, formulando a seguinte pergunta: Como medimos o grau de progresso que estamos obtendo para alcançar a Visão Compartilhada em 2015? Para isso é preciso haver um sistema de informação sobre a agricultura e a vida rural que nos possibilite acompanhar e avaliar os resultados de nossas ações.

O primeiro componente desse sistema são os relatórios dos países sobre as ações empreendidas no cumprimento dos compromissos assumidos nas agendas hemisféricas 2003-2005 e 2006-2007. Necessitamos, no entanto, de um segundo componente, que mostre a situação real da agricultura e do meio rural como resultado do impacto de nossas ações.

Como é possível dispor desse sistema de informação? Estamos contando com a importante colaboração da Secretaria das Reuniões Ministeriais e de alguns organismos internacionais, tarefa fundamental sobre a qual devemos nos pronunciar.

**ABERTURA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO
DA JUNTA INTERAMERICANA DE
AGRICULTURA (JIA)**

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
CHELSTON W. D. BRATHWAITE, DIRETOR-GERAL DO IICA, NA
DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA
INTERAMERICANA DE AGRICULTURA**

Liderando a mudança e a reforma institucional do IICA

Em primeiro lugar, quero agradecer-lhes por terem estado ao meu lado durante os últimos quatro anos, na árdua tarefa de modernização institucional que juntos começamos em 2002.

Hoje, desejo compartilhar com os senhores os resultados alcançados até agora pela Administração e algumas reflexões sobre o futuro.

Introdução

Na reunião da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), realizada em Bávaro, República Dominicana, em 26 de novembro de 2001, disse, em meu discurso de aceitação do cargo de Diretor-Geral deste Instituto, que o IICA do século 21 deveria adotar um novo estilo de cooperação técnica que privilegiasse a eficiência operacional, a maior cautela na administração das finanças, o melhor uso dos recursos humanos, a ampliação das relações com parceiros estratégicos internacionais e uma nova forma de relacionamento com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas.

Quando assumi a Direção-Geral em 14 de janeiro de 2002, iniciei um processo de reforma institucional destinado a converter o IICA numa instituição moderna, voltada para o desenvolvimento e a serviço dos Estados membros, tendo por foco o fortalecimento do Instituto para poder manter seu lugar de excelência técnica e liderança na comunidade agrícola das Américas. A pedra fundamental desse processo de reforma foi a introdução de um novo modelo de cooperação técnica destinado a fortalecer as relações entre o Instituto e os Estados membros.

Agora, portanto, desejo referir-me às ações empreendidas para promover:

1. a eficiência operacional;
2. a cautela financeira;
3. o melhor uso dos recursos humanos;

4. a ampliação de nossas relações com parceiros estratégicos; e

5. uma nova relação com nossos Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas.

Na Terceira Cúpula das Américas (Québec, abril de 2001), os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério reconheceram que a agricultura e a vida rural têm a função essencial de reduzir a pobreza e estimular o desenvolvimento integral dos países. O papel do IICA foi ampliado para que pudesse oferecer mais do que serviços de cooperação técnica, dedicando-se à promoção do diálogo e à formação de consenso sobre aspectos críticos do desenvolvimento agrícola, do meio ambiente e do setor rural, no contexto da integração e da busca de prosperidade no Hemisfério. O Instituto também foi uma das seis instituições incumbidas de acompanhar o cumprimento dos mandatos do Processo Cúpulas das Américas.

Nesse contexto, ficou explícito no Plano de Médio Prazo 2002-2006, portanto, que deveríamos transformar o IICA numa instituição destinada a promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

Quando esta Administração assumiu a responsabilidade pelo IICA em 2002, nosso principal objetivo foi, por conseguinte, contribuir para implementar um processo de reforma institucional capaz de converter o IICA numa organização moderna a serviço dos Estados membros.

Esse processo de reforma baseou-se na profunda convicção de que:

- os desafios que arrostamos no século 21 demandam a criação de novas instituições ou a reforma das instituições existentes;
- nosso trabalho nesta Administração não é apenas comandar a gestão do Instituto, mas, também, olhar o futuro e ver o IICA não somente pelo que ele hoje é, mas pelo que pode vir a ser amanhã;
- o Instituto precisa manter a posição de excelência e liderança técnica que ocupa na comunidade agrícola e rural das Américas;
- a prestação de cooperação técnica no século 21 deve basear-se em relações com parceiros estratégicos e em responsabilidades compartilhadas por instituições internacionais e os países receptores de cooperação;

- a aplicação do conhecimento autóctone é requisito essencial para o sucesso dos projetos de desenvolvimento; e
- as organizações do século 21 devem preocupar-se por aspectos que ultrapassem a autoconservação e devem prestar contas, ser transparentes e assumir maior responsabilidade para com seus clientes e parceiros, bem como para com a sociedade.

Uma instituição moderna

A Administração também chegou à conclusão de que, para obter sucesso no século 21, uma instituição moderna deve reunir dez características, quais sejam:

1. visão estratégica e uma estratégia apropriada para sua implementação;
2. estrutura gerencial adequada;
3. mecanismos apropriados de gestão do desempenho e avaliação;
4. definição da clientela, dos parceiros estratégicos e dos concorrentes;
5. políticas apropriadas de gestão de recursos humanos;
6. políticas, processos e controles adequados de gestão financeira;
7. estratégias de promoção da comunicação e da imagem institucional;
8. princípios e valores éticos.
9. responsabilidade social; e
10. capacidade para pensar e antever o futuro.

Gostaria de explicar como essas características foram consideradas no processo de reforma posto em prática no IICA nos últimos três anos.

1. Visão estratégica e uma estratégia apropriada para sua implementação

1.1 Visão estratégica

As iniciativas em temas específicos para implementar o plano foram classificadas nas seguintes áreas estratégicas:

- promoção do desenvolvimento do agronegócio;
- apoio às políticas e negociações comerciais;
- promoção da tecnologia e inovação na agricultura;
- apoio aos programas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; e
- promoção do desenvolvimento rural sustentável.

1.2 Estratégia de implementação

Em resposta aos novos mandatos recebidos pelo Instituto e considerando os desafios futuros que enfrentarão a agricultura e a vida rural no século 21, esta Administração adotou um novo modelo de prestação de cooperação técnica.

Por meio de seus Escritórios nos Estados membros, o IICA desenvolveu agendas nacionais de cooperação técnica com base no diálogo contínuo com as autoridades nos países e outros atores chave do setor agrícola (órgãos públicos, setor privado, sociedade civil, organizações não-governamentais, setor acadêmico, etc.) a fim de alinhar as ações do IICA nos países às prioridades e planos de desenvolvimento nacionais, considerando para tanto as áreas de ação estratégicas e as forças internas do Instituto.

A preparação dessas agendas representa um novo enfoque de cooperação técnica que enfatiza a participação, as alianças com parceiros estratégicos, a colaboração e os esforços destinados ao atendimento a demandas.

As agendas nacionais reconhecem a natureza singular de cada um dos Estados membros do Instituto, e o enfoque utilizado em sua preparação é holístico e intertemático. Essas agendas constituem uma oportunidade para que os principais atores da agricultura e do desenvolvimento rural contribuam significativamente para a execução do programa de cooperação técnica do IICA e dele se apropriem, com base em recursos humanos e financeiros mutuamente acordados.

1.3 Agendas regionais

O segundo componente principal do modelo é o desenvolvimento das agendas regionais de cooperação técnica, que também propicia um amplo processo de consulta e formação de consenso. Nesse sentido, são envidados todos os esforços para estimular a participação ativa dos atores chave envolvidos nas ações de cooperação técnica do IICA em âmbito regional. Os mecanismos institucionais regionais existentes, tais como o CORECA na América Central, o CAS na América do Sul e a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural no Caribe, são entidades chave desse processo.

A preparação das agendas regionais envolve dois importantes componentes:

- análise das agendas nacionais dos países de cada região a fim de desenvolver e promover ações de âmbito regional destinadas a solucionar problemas compartilhados por um grupo de países, e
- o compromisso do Instituto de continuar a apoiar os processos de integração mediante os mecanismos que atuam em nível regional e sub-regional.

Levando em consideração as características e necessidades específicas de cada região, o primeiro passo na preparação das agendas regionais é coordenar os esforços do Instituto e alinhar suas ações às prioridades regionais a fim de obter impactos significativos.

Os Diretores de Operações Regionais do IICA respondem aos respectivos Conselhos Regionais de Ministros ou entidade equivalente e organizam um seminário anual para apresentar-lhes o Relatório Regional Anual sobre as atividades realizadas pelo IICA durante o ano em âmbito regional. Nesse evento também se aproveita para rever e ajustar as agendas.

Como resultado dessa nova estratégia, obtivemos:

- **Melhores relações com nossos Estados membros**

O desenvolvimento das agendas nacionais, a preparação dos relatórios anuais nacionais, a apresentação desses relatórios em um seminário anual e a inclusão de idéias e sugestões formuladas no seminário em nossos planos de trabalho para o próximo ano

melhoraram significativamente nossas relações com os Estados membros. Esse enfoque gera alianças com parceiros estratégicos, prestação de contas, transparência e confiança.

- **Maior número de ações de cooperação técnica**

Em vários de nossos Escritórios conseguimos mudar com sucesso nossa atuação, deixando de ser Escritórios voltados basicamente para a administração de recursos financeiros para converterem-se em prestadores de serviços de cooperação técnica. Em quase todos os novos convênios que celebramos incluímos elementos de cooperação técnica.

- **Aumento da cooperação técnica no Canadá e nos Estados Unidos**

No Canadá e nos Estados Unidos, países que tradicionalmente eram simples provedores de recursos financeiros para o Instituto, houve um maior número de atividades de cooperação técnica em biotecnologia, informação e sanidade agropecuária. Também promovemos maior integração regional entre os países do NAFTA mediante o fortalecimento de mecanismos regionais, tais como o PROCINORTE e o Conselho Tripartite.

- **Aumento da participação do setor privado**

O melhoramento das relações com o setor privado em nível nacional e regional e o estabelecimento do 36º Escritório do IICA, em Miami, voltado principalmente para o desenvolvimento do agronegócio no Hemisfério, intensificarão as relações com o setor privado no futuro.

- **Aumento da cooperação técnica horizontal**

Graças à eliminação dos centros regionais e à constituição de uma equipe hemisférica com especialistas nacionais e regionais, Representantes nos países e Diretores das Áreas Temáticas, foi possível aumentar a cooperação técnica horizontal entre os países e as regiões.

- **Aumento dos vínculos intersetoriais**

A visão da agricultura ampliada possibilita o fortalecimento dos vínculos desse setor com outras atividades da economia, com a sociedade rural, com os recursos naturais e com o meio ambiente.

O desenvolvimento de relações entre a agricultura, as comunidades rurais e o meio ambiente encerra grande potencial, pois pode ser a base para a prosperidade rural e a criação de emprego no campo. Exemplos disso são o agroturismo, o ecoturismo, os serviços ambientais, os produtos florestais e o processamento de alimentos.

A esse respeito o IICA promoveu o estabelecimento, em Barbados, de um centro regional de vínculos em agroturismo, destinado a explorar as oportunidades de vincular efetivamente o mercado do turismo com produtores locais de alimentos e promover a qualidade e confiabilidade na produção de alimentos no Caribe. A vinculação dos agricultores e dos hotéis tem sido economicamente benéfica para ambos. Esse resultado tem implicações de maior alcance, pois, se for possível atingir os níveis necessários de vontade e decisão nos âmbitos governamental e político, o modelo poderá ser replicado no restante da indústria hoteleira e nas cadeias de supermercados.

É importante pensar no setor agrícola ampliado não apenas como fonte de emprego, água, alimento e energia, mas, também, de paisagens e oportunidades de lazer e aventura.

Outro exemplo diz respeito à agricultura como fonte energética. Dada a nova crise petroléira por que passam os países, eles voltaram a se interessar pelas fontes alternativas de energia. O Brasil já produz combustível com base no álcool derivado da cana-de-açúcar. Outros países estão começando a usar grãos, especialmente sorgo, e já foi iniciada a comercialização do biodiesel. A agricultura encerra grande potencial para prover energia sustentável no futuro.

2. Estrutura gerencial adequada

Implementamos uma nova estrutura institucional baseada num quadro de gestão integral, mais simples e horizontal.

Eliminamos os centros regionais e com essas economias alocamos US\$ 1,2 milhão para atividades de cooperação técnica nos Escritórios nacionais em 2003 e 2004. Conseguimos institucionalizar essas verbas no orçamento de 2004-2005.

Criamos uma nova unidade de preparação e controle do orçamento.

Fortalecemos a função de auditoria interna do Instituto mediante a nomeação de um novo auditor interno e de um auditor assessor.

Todos os que ocupam cargos de direção receberam novas diretrizes para a preparação dos orçamentos e a prestação de contas financeiras.

Criamos a Direção de Gestão do Desempenho e Avaliação, incumbida de assegurar que as ações propostas sejam implementadas com maior eficiência em função dos custos.

Criamos a Direção de Seguimento do Processo Cúpulas das Américas, responsável pelo devido acompanhamento dos mandatos emanados da Cúpula de Québec e da Assembléia Geral da OEA.

Estabelecemos um novo programa sobre comércio, negócios agrícolas e inocuidade dos alimentos e instalamos um Escritório em Miami destinado à sua coordenação.

Instituímos o Centro de Vínculos em Agroturismo no Caribe, localizado em Barbados.

Nomeamos Diretores Regionais na Sede Central, responsáveis pela gestão e coordenação de nossas agendas e ações em nível regional.

Criamos um foro hemisférico anual, denominado “Semana dos Representantes”, para apoiar o planejamento estratégico, promover o diálogo e facilitar a cooperação horizontal hemisférica entre os países.

Preparamos relatórios nacionais em cada um dos Estados membros sobre os avanços na implementação das agendas nacionais.

3. Mecanismos apropriados de gestão do desempenho e avaliação

Um dos fatores internos mais importantes em que se baseia o novo modelo de cooperação técnica é o sistema institucional de monitoramento, supervisão, avaliação e seguimento, que articula as atividades de planejamento, programação, elaboração de orçamento, implementação, monitoramento, avaliação e seguimento realizadas no Instituto. Esse sistema, administrado pela recém-criada Direção de Gestão do Desempenho e Avaliação, assegura que os Escritórios do IICA nos países e as direções e principais unidades da Sede Central atuem de forma integrada e holística.

O sistema foi delineado para prestar apoio e cumprir uma parte essencial da responsabilidade do Instituto de proporcionar liderança, administrar, coordenar, controlar e prestar contas sobre o uso de seus recursos. Também foi concebido para estimular as relações que contribuam para melhorar o desempenho e as aptidões individuais e vincular pessoas e recursos com base nas prioridades e objetivos definidos nos planos de trabalho do IICA e nas agendas nacionais, regionais e hemisférica.

As principais funções do sistema são as seguintes:

- a. Prover os Representantes dos Escritórios do IICA nos Estados membros de orientações e insumos relevantes com vistas ao alcance de resultados e ao melhor desempenho;
- b. Proporcionar insumos oportunamente para o processo de tomada de decisões da Direção-Geral a fim de aprimorar o desempenho e a prestação de contas do Instituto;
- c. Realizar, periodicamente, revisões, análises e avaliações das ações realizadas pelos Escritórios nos Estados membros e pelas diferentes unidades da Sede Central;
- d. Apoiar o aprimoramento do sistema administrativo dos Escritórios nos países e nas unidades da Sede Central a fim de facilitar o cumprimento das metas e objetivos do Instituto; e
- e. Apoiar os esforços destinados a promover uma cultura institucional baseada no desempenho e no alcance de resultados.

Essas funções proporcionam o apoio necessário para implementar o novo modelo de cooperação técnica do IICA e promovem uma organização voltada para a obtenção de resultados.

4. Definição da clientela, dos parceiros estratégicos e dos concorrentes

Neste aspecto concentramos nossos esforços no fortalecimento das alianças com parceiros estratégicos.

Os problemas que dificultam o desenvolvimento agrícola e rural nas Américas são tão grandes e complexos que o alcance de soluções excede os esforços e as capacidades não apenas dos governos dos países, mas, também, de uma única agência de desenvolvimento ou organização internacional. É por isso que as agências e

organizações internacionais devem articular suas capacidades e experiências com as de seus aliados e parceiros, procurando maximizar as contribuições e obter resultados de real impacto na comunidade da agricultura e da vida rural das Américas.

O IICA considera que o enfoque “trabalhando juntos” é indispensável para cumprir seus objetivos. Em vista disso, estabeleceu a Direção de Relações com Parceiros Estratégicos em Washington, D.C. a fim de fortalecer suas atividades com parceiros estratégicos internacionais, como parte da estratégia fundamental de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

4.1 Alianças estratégicas

Fortalecemos nossas relações estratégicas com o Banco Mundial por meio da Rede Global de Aprendizagem para o Desenvolvimento; com o Banco Interamericano de Desenvolvimento mediante o FONTAGRO; com a Organização Pan-Americana da Saúde por meio de ações conjuntas em EEB (doença da vaca louca) e febre aftosa; e com a FAO, mediante ações conjuntas em âmbito nacional e regional em matéria de informação e sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos.

4.2 Relações com a Organização dos Estados Americanos

Voltamos a situar o Escritório do IICA em Washington, D.C. no edifício da OEA, como parte da estratégia de criar uma nova relação com essa Organização, e estamos desenvolvendo iniciativas específicas em nível operacional.

4.3 Relações IICA-CATIE

Estreitamos nossas relações com o CATIE, visando, assim, a assegurar maior complementaridade em nossas atividades nos campos da educação, tecnologia e inovação e desenvolvimento rural. Esperamos alcançar o objetivo definitivo de que o IICA e o CATIE trabalhem juntos, como uma única instituição.

4.4 Comércio e SAI

Apoiamos a maior participação dos Estados membros nas reuniões da Organização Mundial do Comércio realizadas em Genebra a fim de que obtenham maior conhecimento sobre o sistema mundial de comércio. Também lançamos um novo instrumento para modernizar os sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos no Hemisfério.

5. Políticas apropriadas de gestão de recursos humanos

Como instituição de promoção do desenvolvimento, da transformação e da divulgação do conhecimento, o IICA preparou um plano trienal para o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, o qual compreende o seguinte:

- a. Revisão do sistema de classificação e remuneração do Instituto e de suas práticas de recrutamento de pessoal;
- b. Desenvolvimento de um programa de capacitação em idiomas para aperfeiçoar os conhecimentos lingüísticos dos funcionários e de um programa de treinamento para funcionários novos;
- c. Redução, na Sede Central, dos cargos internacionais de direção de 36 para 20, com a conseqüente redução de despesas em cerca de 10%;
- d. Aumento no número de membros do pessoal profissional local promovidos a cargos antes ocupados por pessoal internacional, tendo agora vários profissionais locais na direção de unidades de apoio chave para o Instituto;
- e. Há um novo senso de objetivo, compromisso e dedicação entre os funcionários, e os que não se sintam alinhados com a missão, com a visão e com os objetivos do Instituto são estimulados a sair espontaneamente;
- f. O novo sistema de avaliação do desempenho individual passou a estar vinculado aos planos de trabalho das unidades do Instituto a fim de assegurar que o desempenho individual esteja alinhado aos objetivos institucionais;
- g. Nomeação de novos profissionais nas áreas de desenvolvimento do agronegócio, biotecnologia, agroturismo, políticas e negociações comerciais e inocuidade dos alimentos para que possam apoiar programas executados nos países nessas áreas técnicas;
- h. Redefinição da função dos Representantes do IICA nos países, enfatizando os aspectos de liderança e capacidade gerencial. Com base nesse novo perfil, foram nomeados novos Representantes na Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados

Unidos, Jamaica, México, Organização dos Estados do Leste do Caribe, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela; e

- i. apesar das mudanças nas políticas de gestão de recursos humanos, o IICA continua a enfrentar dificuldades para promover a excelência e contratar e manter profissionais de alto nível em face do pacote de benefícios e da escala salarial, que datam de 1993. O congelamento das cotas dos Estados membros desde 1995 tem dificultado o crescimento do Instituto, pois, em termos reais, representa uma redução significativa dos recursos financeiros.

5.1 *Promoção de uma cultura de excelência*

Uma das pedras fundamentais do novo modelo do IICA é a busca da excelência em todos os níveis. Para tanto foram instituídos os Prêmios do Diretor-Geral à Excelência com vistas a contribuir para a formação de uma cultura institucional de reconhecimento à criatividade, ao desempenho excepcional, à liderança e ao trabalho em equipe.

Durante muitos anos o Instituto proporcionou aos funcionários reconhecimentos por tempo de serviço. Esta Administração julgou que, além de reconhecer o tempo de serviço, era necessário premiar os funcionários por desempenho excepcional. Foi então iniciada em 2002 a concessão dos Prêmios do Diretor-Geral à Excelência.

6. Políticas, processos e controles apropriados de gestão financeira

6.1 *Auditoria externa*

Pela primeira vez, desde 1995, no ano de 2004 os Auditores Externos aprovaram os demonstrativos financeiros do Instituto sem qualquer observação. Consideramos que isso comprova que as medidas que adotamos para promover a cautela financeira, inclusive o estabelecimento da Unidade de Orçamento e Controle e o fortalecimento da Auditoria Interna, foram positivas. Também reflete a atitude responsável dos nossos Representantes e dos Diretores das unidades, aos quais agradeço a cooperação e apoio.

6.2 *Pagamento das cotas atrasadas*

A Administração obteve a aprovação da Junta Interamericana de Agricultura, mediante a Resolução N° 392, para implementar uma série de ações destinadas a arrecadar as cotas em atraso. Como resultado dessas medidas, vários países saldaram seus débitos, entre os quais Argentina, Brasil, Equador, Peru, Suriname e Venezuela. Apesar desses pagamentos, a situação financeira do IICA ainda é crítica, e por isso

determinei que se continuasse observando cautela no uso de nossos recursos financeiros.

7. Estratégia de promoção da comunicação e da imagem institucional

De acordo com o novo modelo, o IICA atribui especial importância à informação, à comunicação e à projeção de sua imagem. Promover a nova dimensão global e a imagem do Instituto é fundamental nos esforços que envidamos para apresentá-lo como um organismo internacional destinado ao desenvolvimento, reconhecido e respeitado como parceiro estratégico confiável, capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento da agricultura e da vida rural nas Américas.

A nova política do IICA na área da informação e da comunicação facilita o diálogo com a comunidade da agricultura e com os Estados membros e os mantém informados das atividades e dos resultados do Instituto.

A publicação das Agendas Nacionais e Regionais de Cooperação Técnica, o Relatório Anual do IICA, o boletim eletrônico “*IICAconexión*”, a revista *on-line* “*Comuniica*” e a “*Infoletter*” do Diretor-Geral, junto com o aprimoramento da nova página do Instituto na Internet (www.iica.int), são resultados dessa política.

8. Princípios e valores éticos

Também desenvolvemos um novo código de ética, baseado nas normas do Instituto estabelecidas no Regulamento da Direção-Geral, no Regulamento do Pessoal e no Regulamento Financeiro.

O objetivo desse código foi dotar o Instituto de um sistema ético que reconheça os valores do indivíduo e da diversidade e estimular um ambiente caracterizado por alta integridade moral, a fim de que os funcionários possam aproveitar plenamente todo seu potencial.

O código de ética também ressalta os valores do IICA que regem o trabalho do pessoal no Instituto, de modo a que todos os seus membros observem os mais altos valores éticos, tais como imparcialidade, integridade, profissionalismo, flexibilidade, discrição, lealdade, cautela financeira e responsabilidade para com a Instituição.

Estabelece normas de comportamento para os funcionários dentro e fora do Instituto, bem como nas relações de trabalho, nos assuntos pessoais, nos aspectos

morais, no uso e revelação de informação, nos conflitos de interesse e na atividade política.

Esse código deve ser interpretado como uma clara demonstração de que esta Administração não tolerará a corrupção, a conduta imprópria e a atividade política dentro do Instituto.

9. Responsabilidade social

O Instituto não pode ignorar problemas sociais tais como o desemprego, a falta de moradia, a educação e o atendimento em saúde, a pobreza e a injustiça social, que prevalecem na maioria dos nossos povos. Esses problemas sociais se refletem na delinqüência rural e urbana, no tráfico de drogas ilícitas, na insegurança pessoal e na ilegalidade, o que constitui ameaças à paz, à prosperidade e ao processo de governabilidade democrática.

O Instituto deverá assumir no futuro, portanto, maior responsabilidade social e uma agenda para o desenvolvimento que lhe possibilite desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico na promoção da prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

Esse papel transcende o tradicional apoio à produção agrícola e nos converte em parceiros do processo de desenvolvimento destinado a aumentar a competitividade de toda a cadeia agroalimentar e a incentivar a formação de vínculos entre essa cadeia e os demais setores da economia, tais como turismo, saúde, nutrição, infra-estrutura, educação e meio ambiente.

As agendas nacionais do IICA devem refletir um enfoque integral e holístico na abordagem do desenvolvimento agrícola e rural que responda à realidade da comunidade agrícola dos países e às diferentes conjunturas nacionais, vinculando as macropolíticas com a realidade territorial.

10. Capacidade para pensar e antever o futuro

A nova Unidade de Planejamento Estratégico e Modernização Institucional obteve grandes progressos em assuntos relacionados com o futuro da agricultura nas Américas.

10.1 Nova visão da agricultura

Promovemos a idéia de que a agricultura é muito mais do que a produção primária e mostramos em nossos estudos que, quando são considerados todos os elos de todo o processo da cadeia agroalimentar, a contribuição da agricultura para o desenvolvimento nacional é maior do que indicam as estatísticas nos países. De acordo com esse modelo analítico, a contribuição da agricultura para o desenvolvimento nacional é de três a sete vezes maior do que os índices apresentados nas estatísticas nacionais, quando são incluídos todos os elos da cadeia agroalimentar.

Por exemplo, na Argentina as estatísticas oficiais indicam que a contribuição da agricultura para o PIB é de 4,6%, mas, quando o processo da cadeia agroalimentar é considerado por inteiro, essa contribuição aumenta para 32,2%. No Brasil, a contribuição aumenta de 4,3% para 26,2%; no Chile, de 5% para 32,1%; no México, de 4,6% para 24,5%; e na Costa Rica, de 11,3% para 32,5%. Atualmente estamos estendendo esse estudo a todos os países do Hemisfério.

Além disso, esse tipo de análise demonstra que aproximadamente 74% dos produtos agrícolas primários constituem insumos para os outros setores da economia, tais como o da agroindústria e o dos manufaturados.

Os resultados dos estudos mencionados estão documentados em nosso relatório “*Más que alimentos en la mesa: la real contribución de la agricultura a la economía*”.

10.2 Uma agenda hemisférica comum para a agricultura e a vida rural nas Américas

Temos cooperado com os ministérios da agricultura no desenvolvimento de uma visão estratégica futurista da agricultura e da vida rural neste Hemisfério mediante o Plano de Ação AGRO 2003-2015 que, quando for implementado, poderá ajudar as Américas a alcançarem as Metas de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza, promover a sustentabilidade ambiental e estimular uma aliança global para o desenvolvimento.

Conclusões

1. Nossa meta é fazer do IICA a instituição líder na prestação de cooperação técnica em agricultura nas Américas e o parceiro de primeira opção para os Estados membros.
2. Nossos esforços só serão bem-sucedidos se os países e a Direção-Geral trabalharem como uma equipe dedicada ao alcance das metas do Instituto e comprometida com esse objetivo.
3. O processo de reforma do IICA vem sendo reconhecido não apenas no nível interno, mas em todo o Hemisfério e no Sistema Interamericano. A título de exemplo, destaco o que o Secretário-Geral da OEA afirmou em seu relatório aos Chefes de Estado e de Governo, apresentado por ocasião da Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Monterrey, no México, em janeiro de 2004:

“Outro exemplo do impacto das Cúpulas no cotidiano das instituições interamericanas é o caso do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que procedeu a uma reengenharia para comprometer-se com o Processo Cúpulas das Américas, convocando os Ministros da Agricultura a desenvolverem uma visão coerente das necessidades, delinearem planos e mobilizarem recursos para alcançá-los, gerando um claro consenso sobre as ações necessárias à construção de oportunidades para os produtores agrícolas, ao melhoramento da segurança alimentar e à abertura aos mercados externos.”

4. Ademais, na Resolução CP/RES.826(1338/02), adotada em 25 de setembro de 2002, o Conselho Permanente da OEA apoiou o processo de reforma do IICA, e diversas delegações cumprimentaram a Administração do Instituto pelos novos rumos adotados.
5. Em resumo, hoje o IICA está mais bem preparado para:
 - apoiar os países na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015;
 - promover a integração hemisférica e a cooperação horizontal;
 - dar seguimento à situação e perspectivas da agricultura e da vida rural no Hemisfério;
 - promover uma agenda interinstitucional que apóie o desenvolvimento rural sustentável.

6. Consideramos que o acompanhamento da agricultura e da vida rural no Hemisfério e a identificação de tendências, ameaças, questões críticas emergentes e oportunidades constituem importante função futura deste Instituto, em nossos esforços por criar sociedades do conhecimento. A posta em prática dessa responsabilidade possibilitará ao Instituto acompanhar os Estados membros na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015. Em 2004, portanto, os Escritórios nos Estados membros iniciaram o processo de determinar a situação da agricultura e da vida rural em cada país a fim de identificar os aspectos críticos acima assinalados, as ameaças, tendências e as oportunidades que se descortinam para o setor.
7. Esses resultados foram consolidados nas dimensões regional, temática e hemisférica para, desse modo, ser possível determinar a situação da agricultura e da vida rural no Hemisfério. Esperamos que no futuro isso resulte na realização de conferências sobre as perspectivas da agricultura e da vida rural em nossa região.
8. Acreditamos que, com a implementação dessas iniciativas, o IICA esteja bem preparado para desempenhar uma função estratégica na modernização do setor rural e na promoção da segurança alimentar e da prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

Para encerrar, tenho a satisfação de informar que neste período conseguimos:

- a. definir uma visão estratégica para o Instituto;
- b. desenvolver uma estrutura institucional apropriada;
- c. aprimorar a eficiência operacional;
- d. ampliar as relações com parceiros estratégicos;
- e. inculcar em nossos funcionários os valores constantes do código de ética;
- f. desenvolver uma nova relação com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas; e
- g. fortalecer a base financeira do Instituto.

Desejo agradecer à Junta Interamericana de Agricultura e a todos os Estados membros pela cooperação e pelo apoio que me emprestaram durante o processo de transformação institucional.

Muito obrigado.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR
CHELSTON W. D. BRATHWAITE, DIRETOR-GERAL DO IICA,
NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Ao nos aproximarmos do final da Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, desejo aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os senhores o apoio e a cooperação prestados para que esta reunião pudesse ser um sucesso.

Sáimos de Guaiaquil com uma visão renovada e com a forte determinação de continuar compondo uma agenda hemisférica compartilhada para promover a agricultura e a vida rural nas Américas, uma agenda que se baseie no incentivo à competitividade, à sustentabilidade, à equidade e à governabilidade.

Nos dois últimos dias, essa visão se fortaleceu, tendo-se chegado, nesta reunião, a um acordo com respeito ao plano de trabalho de 2006-2007 e à proposta que os ministros apresentarão à Cúpula Presidencial da Argentina, no próximo mês de novembro. Também vimos renovado o compromisso de continuarmos a trabalhar juntos em busca do objetivo final, de que o setor rural das Américas seja próspero e evidencie os benefícios da democracia.

Nosso planeta continua hoje caminhando rumo a um mundo globalizado, e, na medida em que avança a globalização, também avançam os desafios para a cooperação e a integração.

Muitos dos nossos problemas atuais, por exemplo, as doenças transfronteiriças, a pobreza, as mudanças climáticas e o terrorismo, não são problemas nacionais, mas problemas multinacionais, que exigem soluções multinacionais.

Nesse sentido, os organismos multinacionais, como o nosso, que buscam preencher as brechas entre os países relativas a diversidade, poder, riqueza e raças, têm um papel crucial a desempenhar para encontrar soluções compartilhadas para os nossos complexos problemas.

Neste ano, o mundo tem outra oportunidade de avançar a agenda mundial para a cooperação internacional a fim de cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio e um acordo mundial sobre comércio. Nossos líderes se encontrarão na sede das Nações Unidas em setembro para rever os progressos no alcance dessas Metas e, em novembro,

estarão reunidos em Hong Kong para continuar as negociações da Rodada de Doha em busca de um acordo mundial sobre comércio.

A proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que tem o potencial, por si só, para criar um mercado hemisférico de 800 milhões de pessoas e um mercado de capitais de cerca de 20 bilhões de dólares, implica tanto desafios como oportunidades para os países das Américas.

O conceito de uma nova economia interamericana, em que nenhum país esteja constringido por seu porte geográfico, mas tenha o potencial para criar empresas que possam operar no novo ambiente regional, hemisférico e mundial, é uma realidade animadora para o desenvolvimento dos nossos países.

No entanto, esse potencial só será realidade se a globalização e a liberalização do comércio forem controladas e regidas por regras transparentes, fundamentadas na ciência, contando com instrumentos e instituições que mantenham a distribuição equitativa dos benefícios da nova economia mundial. Nesse sentido, são procedentes as preocupações expressadas quanto ao tratamento dispensado às economias menores, às questões ambientais e ao destino daqueles que podem ser marginalizados pelo processo.

Em minha opinião, para que a ALCA seja bem-sucedida sob a perspectiva da agricultura é preciso haver uma instituição que se preocupe do seguinte:

- estimule o consenso e o diálogo hemisférico com base em questões agropecuárias;
- promova o comércio agropecuário hemisférico, o agronegócio e a inocuidade dos alimentos;
- combata a fome e a pobreza nas comunidades rurais;
- promova a cooperação horizontal e o intercâmbio de experiências;
- desenvolva a competitividade do setor agropecuário;
- apóie a integração regional;
- promova a gestão efetiva dos recursos naturais;
- disponha de uma estrutura e funcionalidade que envolvam os países grandes e pequenos do Hemisfério por igual;
- ajude os Estados membros a adaptar seus setores agropecuários às realidades do livre comércio;
- esteja centrada na promoção do comércio com base na ciência e na eliminação das barreiras não-alfandegárias ao comércio; e
- facilite a harmonização das regras e regulamentos do comércio.

Cabe ao IICA assumir tais responsabilidades e ser a instituição hemisférica para a cooperação mundial na agricultura das Américas. Temos o mandato da Cúpula de Québec, temos a infra-estrutura (uma rede de 34 Escritórios no Hemisfério) e temos um quadro operacional para fazer disso uma realidade.

Nosso Instituto, por conseguinte, deve continuar a:

- apoiar os países na implementação dos mandatos relacionados com a agricultura e a vida rural do Plano de Ação AGRO 2003-2015, mediante a implementação de agendas nacionais e regionais e de uma agenda hemisférica que resulte de consultas e diálogos verdadeiros com a comunidade agropecuária em cada um dos 34 Estados membros;
- avançar o processo de alinhamento institucional estratégico, assegurando que a estrutura institucional do IICA e os processos sejam adequados e consistentes com as novas demandas de uma instituição moderna e pró-ativa;
- coordenar nossas ações com outras organizações internacionais envolvidas com a agricultura e a vida rural nas Américas como forma de garantir o enfoque integral na solução de problemas e promover a articulação e a complementaridade de nossos esforços “trabalhando juntos”; e
- participar ativamente como instituição associada ao Processo Cúpulas das Américas na construção da nova arquitetura da agricultura e da vida rural nas Américas. Devemos continuar, por conseguinte, como parte do Grupo de Revisão da Implementação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), a preparar o setor agropecuário para a Cúpula Presidencial a realizar-se na Argentina em novembro de 2005.

No ano passado, afirmei que as decisões dos Presidentes e dos Chefes de Estado, amplamente expostas na Declaração e no Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, mudaram o papel do nosso Instituto para sempre. O IICA não apenas deve prestar cooperação técnica em agricultura no Hemisfério, mas, também, assumir um mandato mais amplo com relação à liderança na agricultura e na vida rural. Esse mandato, no meu entender, significa que nosso Instituto deve continuar o processo de reposicionamento estratégico no âmbito mundial e adotar uma agenda voltada para o desenvolvimento.

As ações que vimos empreendendo nos últimos quatro anos, de reorganização interna e projeção externa de uma nova dimensão, são os passos iniciais nesse processo que se caracterizou por uma resposta aos 15 mandatos que aceitei quando me tornei Diretor-Geral, sobre os quais tive oportunidade de me manifestar no relatório que ontem lhes apresentei.

As demandas de nossas sociedades hoje em dia e o cambiante panorama mundial exigem que o nosso Instituto atinja um novo nível de maturidade. Há dois anos comemoramos os 60 anos de vida institucional, mas os aniversários não servem apenas para comemorações; também constituem momentos decisivos para olhar em direção ao futuro.

O novo panorama de um mundo de negociações comerciais internacionais, de tecnologias de comunicação e informação, de biotecnologia e de economias interconectadas sugere que os países devem se comprometer, mais do que nunca, a fortalecer e aprofundar o processo de integração nas Américas.

O panorama emergente aponta que o período 2005-2010 será crítico para o futuro dos países de nossa região. Os países começam a ajustar-se à certeza de que haverá uma mudança nas regras do comércio internacional e que, inevitavelmente, estarão expostos a uma maior concorrência mundial.

A agenda comercial e os regimes mundiais do comércio

Os atuais debates em nível regional e hemisférico sobre o comércio mundial e as políticas agropecuárias recentes da União Européia, nas quais houve certo “desacoplamento” dos subsídios à agricultura e à produção, sugerem que pode haver algum progresso para a criação de um regime de comércio mais voltado para as pessoas e que leve em conta a realidade dos países pobres em desenvolvimento.

Além disso, o recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre como conseguir que o comércio mundial funcione para as pessoas e no qual é sugerido que o tratamento especial e diferencial para os países em desenvolvimento transcende as questões tradicionais do comércio e inclui a educação, a saúde, a igualdade de gênero, a proteção do meio ambiente e o respeito à diversidade cultural, propõe que as regras da OMC sejam mais flexíveis e voltadas para o desenvolvimento.

Independentemente do panorama que venha a surgir no futuro, é nossa responsabilidade continuar a ajudar os Estados membros do nosso Instituto nas negociações e na subsequente gestão das agendas comerciais. É nesse contexto que o nosso Programa Hemisférico sobre Comércio, Negócios Agrícolas e Inocuidade dos Alimentos, que apóia a agenda comercial hemisférica e promove a segurança alimentar em nossa região, é de importância crucial e estratégica.

Devemos reorientar nossas iniciativas e redobrar nossos esforços para adotar uma agenda de desenvolvimento, respeitando, ao mesmo tempo, nossa tarefa básica, de promover um setor agropecuário competitivo, tecnologicamente preparado, ambientalmente administrado e socialmente equitativo para os povos das Américas. Isso assegurará que o nosso Instituto atue com o nível de maturidade que nossos Estados membros exigem e merecem.

Desejo a todos os senhores uma feliz viagem de regresso a seus lares e espero contar com seu permanente apoio a nossos esforços conjuntos pela construção de um mundo melhor.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ENGENHEIRO
AGRÔNOMO PABLO RIZZO PASTOR, MINISTRO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO EQUADOR E PRESIDENTE DA
TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL NO CONTEXTO DO
PROCESSO CÚPULAS DAS AMÉRICAS E DA DÉCIMA TERCEIRA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERMAERICANA DE
AGRICULTURA NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Foi para mim uma honra dirigir as deliberações da Terceira Reunião Ministerial no Contexto do Processo Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, que hoje culminam com grande sucesso, haja vista os importantes resultados alcançados graças à dedicação, ao esforço e ao espírito interamericano que prevaleceram nestes três intensos dias de trabalho.

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento aos excelentíssimos senhores ministros de Estado e outros altos funcionários dos países do Hemisfério, que deixaram suas pesadas agendas de trabalho em seus países para vir ao Equador, a esta bela e pujante Cidade de Guayaquil, para pensar sobre os problemas da nossa América e propor a sua solução, bem como para identificar as oportunidades futuras que sejamos capazes de forjar no quadro da solidariedade americana, solidariedade essa que deve passar a ser a marca diferencial destes novos tempos e o substrato da ação conjunta e solidária dos 34 países aqui representados.

Nestes três dias de trabalho nos foi possível aproximar posições e propostas para obter consenso em questões chave para a modernização da agricultura e para a busca do bem-estar a que têm direito os habitantes do campo. Isso está traduzido no Acordo Ministerial de Guayaquil, que esperamos seja um marco transcendental na história dos povos das Américas que vislumbram um futuro melhor para os que vivemos nesta maravilhosa região.

Também conseguimos importantes acordos de especial significado para a vida e o futuro do IICA, instituição que criamos juntos graças à concepção visionária de Henry Wallace e dos que o acompanhavam há 64 anos, quando foi estabelecido, em Turrialba, na Costa Rica, um centro de pesquisa e ensino para a agricultura das Américas. Hoje sentimos orgulho e satisfação por ter uma instituição cujo fecundo trabalho e cujas capacidades constituem a plataforma institucional de que necessitamos para o diálogo e a ação. Por isso posso afirmar que, se o IICA não existisse, estaríamos agora na imperiosa necessidade de criá-lo.

O Compromisso de Guaiaquil, além dos aspectos formais e protocolares, contém um texto que reflete a visão integrada de uma agenda para o futuro e reúne os pontos de vista dos países das Américas sobre a agricultura e a vida rural. Representa a concretização das aspirações dos que acreditamos na criação das condições econômicas e políticas requeridas para modernizar a agricultura, combater a pobreza rural e levar ao campo novas oportunidades que ajudem a superar o atraso, a marginalidade e a falta de esperanças por um mundo melhor.

Há poucos dias naufragou um barco pesqueiro em que pereceram 94 equatorianos provenientes das áreas rurais e dos cinturões de pobreza das cidades. Os que arriscam a vida diariamente em busca de um futuro melhor devem ter a oportunidade de encontrar em sua pátria as condições para dar a suas famílias um melhor nível de vida. Tragédias como essas não devem se repetir, e é por isso que governos e povos têm a obrigação de construir essas novas oportunidades. Precisamos oferecer ao trabalhador do campo e a sua família um mundo com futuro; temos que alimentar sua esperança com oportunidades e com trabalho decente e bem-remunerado para que seu esforço e sacrifício tenham sentido.

As políticas de Estado, como discutimos, devem ser um andaime sólido no processo de construção de uma agricultura moderna e competitiva, capaz de saber conservar os recursos, e a base para um futuro rural próspero e possível. Devemos unir vontades e somar capacidades para que governos, instituições públicas e privadas, agremiações, produtores, agroindústria, exportadores e todos os agentes econômicos que participam dos processos das cadeias agroalimentares atuem sob um conjunto articulado de políticas de Estado. Não é possível construir uma agricultura próspera com medidas de curto prazo que respondam exclusivamente a situações conjunturais.

Por isso é que considero o Acordo Ministerial de Guaiaquil o porto cujo farol iluminará esses esforços e representará um passo a mais do caminho traçado pela Declaração Ministerial de Bávaro e pelo Plano de Ação AGRO 2003-2015, aprovado no Panamá. Incluo, também, a proposta que, sob pleno consenso, faremos chegar aos Chefes de Estado e de Governo para que na Quarta Cúpula das Américas se consolide a prioridade da agricultura e da vida rural nas agendas de desenvolvimento e nas políticas que os governos venham a impulsionar na região.

No que concerne ao IICA, a Junta Interamericana de Agricultura adotou uma série de importantes decisões. Reelegemos o Dr. Chelston Brathwaite Diretor-Geral do IICA com a missão de consolidar o processo de modernização e transformação do Instituto e potencializar a cooperação técnica nas Américas.

Esperamos que, à luz da nova gestão a iniciar-se em 16 de janeiro de 2006, o Instituto conclua seu processo de transformação com novas capacidades e um mandato renovado. Também esperamos que continue o grande esforço renovado e liderado pelo Dr. Brathwaite de prestação de contas e transparência, pedra fundamental de sua gestão que permitiu ao Instituto cumprir plenamente a complexa missão que lhe incumbimos.

Esperamos um renovado esforço nas áreas prioritárias de trabalho, principalmente nos campos da agrobiotecnologia e da biossegurança, no novo e promissor campo da agroenergia, no fortalecimento da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, que, no futuro, garantirão a nossos países o acesso a novos mercados e a sua conquista. Esperamos que o Comitê Técnico que constituímos, com seus meditados e fundamentados conselhos, ajude o IICA a delinear novas estratégias de cooperação e tratar com sucesso esses novos temas, tanto na teoria como na prática.

Aprovamos o orçamento ordinário do Instituto e um orçamento extraordinário para alavancar a cooperação nesses campos e aprimorar as capacidades da infraestrutura física do IICA. Também autorizamos o Comitê Executivo a aprovar o Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária.

Desejo fazer uma menção especial ao processo de concessão dos Galardões Interamericanos no Setor Rural, que permite à Junta Interamericana de Agricultura premiar as pessoas que dedicaram sua vida à modernização da agricultura e ao melhoramento das condições de vida da mulher rural. Também foram reconhecidas as instituições que transcenderam seus mandatos e seus fins comerciais e demonstraram seu compromisso com os homens e as mulheres do campo, abrindo novas oportunidades e apoiando os mais necessitados.

Finalmente, desejo agradecer ao Diretor-Geral e ao pessoal do Instituto pela homenagem que organizaram para os ex-funcionários equatorianos do IICA. Esses funcionários deixaram família e pátria, comprometeram-se com o destino solidário das Américas e deram o melhor de si e de seus conhecimentos à nobre tarefa de prestar cooperação, levando seus conhecimentos e experiências a outras terras onde sua atuação deixou marcas; eles são um exemplo para as novas gerações. A todos eles também estendo os agradecimentos do Governo Constitucional do Equador, presidido pelo Doutor Alfredo Palácio González, por haverem deixado bem alto o nome da pátria nos quatro confins das Américas.

Senhoras e senhores, tenho a satisfação de afirmar-lhes que cumprimos a agenda e os objetivos desta Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural. Portanto, na

qualidade de seu Presidente, declaro, neste momento, encerradas as sessões da Terceira Reunião Ministerial no Contexto do Processo Cúpulas das Américas e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

Que tudo isso seja por um novo amanhecer para a agricultura das Américas.

Muito obrigado.

DISCURSO ESPECIAL

**DISCURSO DE ACEITAÇÃO DO CARGO DE
DIRETOR-GERAL DO IICA PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DOUTOR CHELSTON W. D. BRATHWAITE**

Aceito, com humildade, a honra que hoje me concedem, de ter a oportunidade de concluir a missão que iniciamos em novembro de 2001, quando os senhores me elegeram o nono Diretor-Geral desta nobre Instituição.

Meus agradecimentos pela confiança em mim depositada

Desejo agradecer a todos os senhores, Ministros da Agricultura dos países das Américas, sua confiança, que, novamente lhes prometo, saberei sempre merecer.

A decisão que os senhores hoje adotaram constitui uma honra para mim, para minha família, para meu país, Barbados, e para o Caribe. No entanto, Senhor Presidente, acima de tudo é uma honra para o pessoal do Instituto, integrado por homens e mulheres que trabalham incessantemente e com dedicação, lealdade e seriedade para tornar realidade os ideais do Instituto. Aproveito esta oportunidade para agradecer os funcionários do IICA por sua participação no sucesso que obtivemos nestes quatro últimos anos.

Senhor Presidente, também há outros a quem devo expressar os meus agradecimentos.

- a. Agradeço ao Governo e ao povo do Equador pela hospitalidade e cálida acolhida a nós dispensadas nesta bela Cidade de Guayaquil.
- b. Agradeço aos países das Américas por sua confiança e apoio contínuos.
- c. Desejo expressar os meus agradecimentos ao Primeiro-Ministro de Barbados, Excelentíssimo Senhor Owen S. Arthur; ao Gabinete do Governo de Barbados; a nossa Ministra das Relações Exteriores, Excelentíssima Senhora Billie Millar, e a seu Ministério; ao nosso Ministro da Agricultura, Excelentíssimo Senhor Senador Erskine Griffith, e a seu Ministério, por haverem afeiçoado minha reeleição e emprestado seu constante apoio.

- d. Quero também agradecer aos Chefes de Governo dos países da Comunidade do Caribe e aos Chanceleres da CARICOM pelo aval dado à minha candidatura e pela confiança depositada em minhas capacidades.
- e. Agradeço a nossos parceiros estratégicos por sua cooperação e suas contribuições à visão do “trabalhando juntos” que vimos promovendo durante os últimos quatro anos.
- f. Agradeço o apoio e a cooperação dos amigos e daqueles que me desejaram o melhor, tanto os da CARICOM como os de todo o Caribe.
- g. Senhor Presidente, gostaria de prestar uma homenagem aos ex- Diretores-Gerais do IICA e agradecer-lhes pelos conselhos e apoio a mim prestados durante os quatro últimos anos. Refiro-me aos Doutores Armando Samper, José Emilio Araujo, Francisco Morillo, Martín Piñeiro e Carlos Aquino. Todos eles me transmitiram sua sabedoria nesse período do meu mandato.
- h. Agradeço a minha família, sobretudo a minha mulher, Rosanna, e a nossos filhos, André e Rhea, por seu apoio e compreensão.
- i. Agradeço a meus pais pela disciplina, pela honradez e pela integridade que me inculcaram.
- j. E, finalmente, agradeço a Deus, pela saúde e pela força com que me dotou.

Ouvi as manifestações dos líderes da agricultura das Américas e aceito com humildade a confiança que em mim depositaram. Essa confiança nos possibilitará continuar trabalhando para converter o Instituto num instrumento importante para a promoção da prosperidade rural nas Américas.

Um setor agropecuário moderno

Dispor de um setor agropecuário moderno e de uma vida rural próspera é fundamental para o desenvolvimento, pois já não podemos aceitar o êxodo dos pobres rurais para as cidades como solução para o problema da pobreza no campo. As dificuldades sociais e econômicas associadas a essa migração continuam a constituir ameaças à estabilidade social e às conquistas obtidas para se chegar à governabilidade democrática.

É importante reconhecer que, apesar do progresso alcançado nos setores dos serviços de manufatura, alta tecnologia, economia e turismo, a produção agropecuária e de alimentos ainda é responsável por 25% do PIB da região e por mais de 40% de suas exportações.

Cumprir assinalar, ademais, que a região da América Latina e do Caribe conta com 23% das terras cultiváveis do planeta, com 46% das florestas tropicais e com 31% da água doce, mas com apenas 10% da população mundial.

Além disso, a região detém mais de 40% das espécies da flora e da fauna das florestas tropicais, mais do que as existentes na Ásia ou na África. Das 250.000 espécies de plantas superiores identificadas, pelo menos 90.000 se encontram na América Latina e no Caribe.

Apesar de dispor de todos esses recursos, persiste nesta região o flagelo da pobreza. Segundo estatísticas da CEPAL, em 2003, 44% de sua população, ou seja, 225 milhões de pessoas, viviam em pobreza, e 20%, isto é, 100 milhões de pessoas, viviam em pobreza extrema.

Segundo relatórios recentes da FAO, entre 2000 e 2002 a desnutrição caiu um pouco. No entanto, cerca de 10% da população da América Latina e do Caribe (aproximadamente 53 milhões de pessoas) são subnutridos.

Estatísticas do Banco Mundial confirmam que é nesta região, onde os 10% mais ricos da população ganham quase a metade da renda e os 10% mais pobres, apenas 1,6%, que existe a maior desigualdade na distribuição da renda de todo o mundo.

É por isso que uma das Metas do Milênio adotadas pelos líderes mundiais nas Nações Unidas, de reduzir em 50% até o ano 2015 os níveis de pobreza e fome de 1990, é de suma importância para o nosso Hemisfério.

Reforma institucional

Como expus em minha apresentação anterior, nos últimos quatro anos vimos desenvolvendo no IICA um processo de reformas institucionais mediante o qual obtivemos os seguintes resultados:

- a. maior eficiência operacional;

- b. redução da burocracia;
- c. novas políticas de recursos humanos;
- d. cautela financeira e prestação de contas; e
- d. nova forma de relação com os Estados membros baseada no diálogo, consultas e parcerias.

Essas reformas constituem uma plataforma apropriada para que continuemos a apoiar nossos Estados membros em seus esforços por promover o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade nas comunidades rurais das Américas.

Necessidade de uma aliança global para o desenvolvimento

No entanto, Senhor Presidente, como tive oportunidade de expor, os problemas que afetam o desenvolvimento rural e a agricultura no Hemisfério são de tal magnitude e complexidade que exigem alianças estratégicas e operacionais entre governos, organismos internacionais, ONG e o setor privado a fim de maximizar as oportunidades para alcançar soluções duradouras. Só assim será possível obter um impacto real e sustentável nas áreas rurais. Por isso, hoje os convido a estabelecermos uma Aliança Hemisférica para o Desenvolvimento Rural com o propósito de reduzir a pobreza e promover a prosperidade entre os pobres rurais das Américas.

Essa Aliança deverá ter por base o seguinte:

- a. a identificação das principais competências das instituições nacionais, regionais e internacionais para intervir no setor;
- b. o fortalecimento dos vínculos intersetoriais;
- c. o estreitamento da cooperação interinstitucional e a programação conjunta;
- d. a identificação de sinergias e de situações em que seja possível aplicar capacidades complementares;
- e. a realização de encontros nacionais para analisar ações conjuntas e expor seus resultados; e

- f. a cooperação com o setor privado, com a sociedade civil, com o setor acadêmico e com instituições financeiras.

A agenda nacional de desenvolvimento rural

O resultado deveria ser uma agenda nacional de desenvolvimento rural em cada país do Hemisfério, definida por um grupo representativo de atores chave do setor rural e de outros setores com base nas metas, políticas e prioridades nacionais.

Não podemos – nem devemos – continuar trabalhando desarticuladamente, pois dessa forma não atingiremos a meta. Portanto, Senhor Presidente, conclamo todos os organismos do Sistema Interamericano e do Sistema das Nações Unidas e as instituições nacionais e regionais a unir-nos mediante uma agenda articulada. Somente assim conseguiremos fazer com que os benefícios da democracia cheguem aos pobres rurais e urbanos.

Dados os mandatos que recebemos em Québec, em Bávaro, na Cidade do Panamá e em Monterrey, durante os próximos quatro anos temos estes compromissos a cumprir:

- a. fortalecer as agendas nacionais de cooperação como instrumentos de diálogo, consulta, cooperação, aliança e transparência de ação;
- b. continuar a aprimorar a estrutura organizacional e a promover a eficiência administrativa, a prestação de contas e a cautelosa gestão financeira;
- c. promover nossos Escritórios nos países como centros de informação, capacitação e tecnologia;
- d. monitorar a situação e as perspectivas da agricultura e da vida rural no Hemisfério;
- e. apoiar os esforços dos Estados membros na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015;
- f. continuar a fortalecer e estreitar as relações com nossos parceiros estratégicos nos âmbitos nacional, regional e hemisférico;

- g. apoiar nossos Estados membros no processo de modernização institucional do setor agropecuário e rural, de modo que possam promover o crescimento e a geração de oportunidades e emprego;
- h. continuar a servir de instrumento e foro para a integração e o diálogo hemisféricos, para a cooperação horizontal e para a ação conjunta, bem como de plataforma para o intercâmbio de experiências entre os países do Hemisfério; e
- i. insistir em promover o setor agropecuário como um setor estratégico para o desenvolvimento, capaz de contribuir para a economia mais do que demonstram as estatísticas oficiais.

A dimensão do meio ambiente

As ações para o desenvolvimento agrícola realizadas no passado muitas vezes resultaram na degradação do meio ambiente, ou seja, na poluição de rios, na deterioração do solo, na perda de biodiversidade, no desaparecimento do habitat de espécies nativas e no deslocamento de povoados rurais.

Nos próximos 30 a 50 anos, a demanda de alimentos duplicará. O desafio da agricultura será satisfazer as necessidades de uma população maior com uma menor área agrícola e com menos água e ter condições de responder à mudança para um consumo de alimentos baseado em mais produtos da pecuária, frutas, hortaliças e alimentos processados. Além disso, as recentes evidências das conseqüências potencialmente desastrosas do aquecimento global e da grave situação com relação à disponibilidade de água para a agricultura sugerem que, no futuro, os temas relacionados ao meio ambiente representarão um desafio cada vez maior para a agricultura.

Em resumo, Senhor Presidente, senhoras e senhores, no futuro o IICA deverá assumir maior responsabilidade social e uma agenda de desenvolvimento rural em colaboração com outras organizações de desenvolvimento que lhe possibilite desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Essa agenda de desenvolvimento deverá ser delineada de modo a apoiar os Estados membros em seis áreas estratégicas chave, a saber:

- a. **Comércio e Integração:** em apoio aos países do Hemisfério em seus esforços voltados para a integração, a cooperação e a participação na economia global;
- b. **Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos:** em apoio aos Estados membros em suas iniciativas por garantir a inocuidade dos alimentos e eliminar as barreiras sanitárias e fitossanitárias ao comércio;
- c. **Desenvolvimento Agroempresarial:** em apoio ao desenvolvimento agroindustrial e agroempresarial do setor, promovendo a introdução de novas tecnologias (biotecnologia, agroenergia e telecomunicações) e princípios empresariais nas empresas do setor, visando a estimular a competitividade e o desenvolvimento de um ambiente agroempresarial global;
- d. **Gestão Ambiental:** destinada à promoção do uso sustentável dos recursos naturais e ao apoio aos Estados membros em sua capacidade de resposta aos impactos dos desastres naturais e das mudanças climáticas no setor agropecuário;
- e. **Modernização Institucional:** em apoio aos ministérios da agricultura no processo de transformação de seu papel, sua estrutura e suas funções a fim de poderem enfrentar os novos desafios da globalização e da modernização do Estado; e
- f. **Desenvolvimento do Capital Humano:** em apoio ao processo de transformação da educação agrícola a fim de formar cientistas, técnicos e empresários capazes de desenvolver e reposicionar a agricultura e o setor rural eficazmente.

Apoiaremos essas áreas com recursos apropriados da tecnologia e da informática.

Esse papel nos fará ultrapassar o tradicional apoio à produção agropecuária e nos converterá em parceiros do processo de desenvolvimento da competitividade de toda a cadeia agroalimentar e de promoção de vínculos entre essa cadeia e outros setores da economia, tais como turismo, nutrição, infra-estrutura, educação e meio ambiente.

Começamos um processo destinado à consecução desses objetivos. Este é o momento de consolidarmos as mudanças realizadas e conduzir nosso Instituto neste século 21 como uma instituição moderna e flexível a serviço dos Estados membros.

É preciso estar preparados para que, quando se abram as portas da globalização, possamos, tanto os países grandes como os pequenos, entrar e participar no processo de formulação de políticas no âmbito global e desfrutar os benefícios da prosperidade.

Senhor Presidente, não posso, contudo, concluir minha exposição sem instar a que se façam maiores investimentos na agricultura e na economia rural. Precisamos de investimentos em infra-estrutura, educação, tecnologia e serviços básicos no setor rural. Devemos mudar o paradigma atual, que faz com que se aplique a maior parte dos nossos recursos financeiros nas cidades, deixando menos a cada ano para as áreas rurais. Esse modelo de desenvolvimento não gera prosperidade no campo, mas, sim, desequilíbrio social e migração rural-urbana. Considero que investir solidamente na economia rural significa assentar os alicerces para o desenvolvimento econômico bem-sucedido de uma nação.

Um novo modelo de desenvolvimento

Só conseguiremos maiores investimentos na economia rural se mudarmos os atuais modelos de desenvolvimento, que têm um viés anti-rural e subestimam a verdadeira contribuição da agricultura para o desenvolvimento.

Vimos defendendo o princípio de que a agricultura é mais do que a produção primária e temos demonstrado em nossos estudos que, quando se consideram todos os elos do processo da cadeia agroalimentar, em todos os sentidos, vemos que a contribuição da agricultura para o desenvolvimento nacional é maior do que refletem as estatísticas nacionais, como já tive oportunidade de mencionar. De fato, a agricultura é um dos motores propulsores das economias dos nossos Estados membros.

Ainda se aloca uma quantidade desproporcional de recursos públicos para investimento nos centros urbanos. Dados recentes apontam que, embora 40% da população do Hemisfério vivam no campo, em média só se destinam a essa população 6,6% dos recursos públicos orçados.

Apesar das reformas econômicas implementadas em meados da década de 1980 e durante os anos 1990, a desigualdade entre áreas urbanas e rurais persiste.

Esse círculo vicioso do investimento público deve ser reavaliado, principalmente à luz do aumento da migração do campo, que resulta na redução da produção agropecuária. Esse fato obriga os governos a importar mais alimentos (em geral, alimentos baratos) para poder atender à demanda urbana, o que, por sua vez, enfraquece

ainda mais a capacidade de produção do setor rural. Isso leva a outro círculo vicioso: o da insegurança alimentar.

É fundamental, portanto, adotar um novo modelo de desenvolvimento que propicie:

- Maior equilíbrio rural-urbano por meio do desenvolvimento integral das áreas urbanas e rurais;
- Maior investimento nas áreas rurais, essencial para o seguinte:
 - a. Assegurar a estabilidade social e política;
 - b. Promover a competitividade da agricultura e as atividades econômicas rurais; e
 - c. Gerar emprego agrícola e não-agrícola nas áreas rurais, capaz de permitir um nível de vida aceitável;
- Aumento da produtividade e da disponibilidade de alimentos a fim de satisfazer a demanda cada vez maior de alimentos e os requisitos dos mercados.

Além disso, é necessário adotar políticas e estratégias apropriadas que objetivem o seguinte:

- aumentar os investimentos no setor rural a fim de permitir o uso rentável e sustentável dos recursos naturais;
- impulsionar investimentos em infra-estrutura e serviços que tornem as atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais competitivas, rentáveis e sustentáveis;
- estimular investimentos para desenvolvimento do capital humano no setor rural (educação rural) a fim de aumentar as aptidões da população e melhorar seu nível de vida; e

- incentivar o investimento no desenvolvimento de empresas e instituições rurais com vistas a fortalecer os vínculos rural-urbanos e a realização de atividades que agreguem valor e gerem maior renda.

Segundo recente relatório do Banco Mundial, durante os anos 1990 pesquisadores e formuladores de políticas em grande parte se esqueceram do setor agropecuário, privilegiando a modernização mediante o desenvolvimento dos setores de manufaturados e serviços. Um reflexo dessa tendência foi a redução do investimento oficial para o desenvolvimento agropecuário. É interessante notar que, paralelamente a esse abandono da agricultura, houve uma menor redução no índice de pobreza. As principais razões pelas quais durante uma década foi ignorado o potencial do setor aparentemente são a constante redução nos preços das “*commodities*” e a grande concorrência que enfrentam as economias em desenvolvimento pelos altos subsídios à agricultura por parte dos países industrializados e pelos conseqüentes problemas de acesso aos mercados.

Conclusão

Durante esses quatro anos, viajei pelos quatro cantos das Américas para visitar nossos 34 Estados membros. Ouvi os líderes dos países, conversei com o pessoal do setor agropecuário, ouvi as vozes dos pobres, vi seus rostos. Estou convencido de que é imperioso que trabalhemos juntos para superar as ameaças ao desenvolvimento dos nossos países, quais sejam, a fome, a pobreza, as doenças e a degradação do meio ambiente.

Não pode haver meta mais nobre do que conseguir que, quando deixemos este mundo, seja ele melhor do que o que encontramos ao nascer.

Estou convencido de que um mundo melhor é possível, se nos esquecermos de nossos temores e permitirmos que as pessoas tornem seus sonhos realidade. O sonho de ter educação, comida saudável, boa saúde, água potável, casa e um meio digno de ganhar a vida.

Esses sonhos podem se tornar realidade se destinarmos para o desenvolvimento parte dos 900 bilhões de dólares que consumimos em armas, se os 56 bilhões de dólares que gastamos em desenvolvimento forem canalizados para solucionar os verdadeiros problemas e se conseguirmos despertar a autêntica criatividade e o talento dos nossos povos. Assim será possível um mundo melhor.

Temos a obrigação de legar a nossos filhos um patrimônio de esperança e não de desespero. Temos a obrigação de visar ao alcance dos propósitos mais elevados de equidade social, transparência, participação e governabilidade. Não há nenhuma justificativa lógica nem moral para que em nosso Hemisfério perdurem a fome, a pobreza e a miséria.

Encareço-lhes que continuem a fortalecer o IICA para que no século 21 ele seja uma instituição de excelência, capaz de nos ajudar a educar nossos agricultores para que possam romper o círculo de pobreza e dependência, aprender a proteger o meio ambiente e efetivamente participar na economia global.

Finalmente, tomo a liberdade de compartilhar com os senhores estas três idéias:

- a. para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza em nosso Hemisfério, é essencial contar com maiores níveis de renda no setor rural;
- b. a prosperidade no campo é vital para a estabilidade social e a governabilidade democrática em nossos países; e
- c. os pobres rurais já não podem esperar; urge solucionar seus problemas.

Com o apoio dos senhores, continuaremos a fortalecer o IICA para que se converta numa instituição capaz de efetivamente ajudar a reduzir a pobreza e promover a prosperidade rural nas Américas. Ajudemos todos, pois, os pobres rurais para que convertam seus sonhos em realidade.

Muito obrigado.

ANEXOS

**RESUMO DOS RESULTADOS DA
TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL**

**RESULTADOS DA TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL
“AGRICULTURA E VIDA RURAL NAS AMÉRICAS”
NO CONTEXTO DO PROCESSO DE CÚPULAS
DAS AMÉRICAS
GUAIAQUIL, EQUADOR, 30 E 31 DE AGOSTO DE 2005**

INTRODUÇÃO

Como parte dos preparativos para a Quarta Cúpula das Américas, os Ministros da Agricultura do Hemisfério reuniram-se em Guayaquil, Equador, em 30 e 31 de agosto de 2005, em sua Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, sob o lema “*Pela redução da pobreza, pela geração de emprego e pela prosperidade rural*”.

Na preparação dos acordos a serem adotadas pela Reunião Ministerial, o Grupo de Revisão e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural, GRICA (Foro de Delegados Ministeriais de Agricultura e Vida Rural), realizou várias sessões de trabalho na Costa Rica e no Equador.

Este capítulo especial resume os principais aspectos do Processo Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” em 2005 e os resultados da Terceira Reunião Ministerial³. Nesse foro ministerial hemisférico os líderes da agricultura ratificaram o compromisso de dar prosseguimento à implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015. Com efeito, atualizaram o Plano, complementando-o com novas estratégias e medidas para sua implementação e seguimento no biênio 2006-2007. Além disso, acordaram ações em preparação à Quarta Reunião Ministerial, o desenvolvimento de um sistema de informação para seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e a apresentação ao GRIC da proposta sobre agricultura e vida rural à Declaração e ao Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005).

³ O relatório da Terceira Reunião Ministerial e a íntegra do texto de seus acordos consta do documento “*Acordos Ministeriais Hemisféricos. Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas: Bávaro, 2001 – Panamá, 2003 – Guayaquil, 2005*”.

1. O Processo Ministerial em 2005: Progressos na implementação e atualização do Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

Com vistas à implementação e ao seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015, os Ministros definiram, na Segunda Reunião Ministerial, em 2003, que o Plano fosse executado com base em seis agendas bienais e que a avaliação do avanço dos países na consecução das ações estratégicas de 2003-2005 do Plano constituísse um insumo para sua atualização com vistas ao biênio 2006-2007. Por isso o processo ministerial 2005, levado a cabo pelos países, centrou-se na elaboração dos relatórios de andamento da implementação e atualização do Plano. A informação preparada pelos países, o diálogo hemisférico e a formação de consenso, no GRICA 2005 e na Reunião Ministerial, caracterizaram o processo ministerial em 2005 e embasam seus resultados.

Quanto ao progresso na implementação do Plano, os países demonstraram que estão envidando uma gama de esforços com vistas ao melhoramento da agricultura e das comunidades rurais no contexto das ações estratégicas do Plano de Ação AGRO 2003-2015. Esses esforços compreendem, no âmbito nacional, estudos, propostas, planos, programas, políticas setoriais e políticas de Estado, bem como programas, acordos e políticas regionais. Ao mesmo tempo, os países enfrentam novos desafios no melhoramento da agricultura e da vida rural, bem como na implementação do Plano. Em vista desse quadro, a Secretaria da Reunião Ministerial, a cargo do IICA, apoiou os Delegados Ministeriais no processo de elaboração dos relatórios nacionais de andamento, na execução do Plano e na identificação dos desafios que deparam os países.

O processo de informação e consultas teve início ao final de 2004 e ensejou amplas respostas. Contando com o apoio de um sistema eletrônico proporcionado pela Secretaria, 29 países puderam compartilhar 66 relatórios, a saber: 28 relatórios nacionais de andamento, 14 resumos executivos sobre a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015, em cumprimento ao mandato 43 da Declaração de Nuevo León (Cúpula Extraordinária das Américas, Monterrey, 2004) e 24 relatórios sobre desafios. Desse modo, os Delegados Ministeriais aprofundaram seus conhecimentos sobre como cada país vem impulsionando o melhoramento de sua agricultura e vida rural.

Para iniciar o diálogo hemisférico que embasa a formação do consenso necessário entre os Delegados Ministeriais para atualizar o Plano, a Secretaria os apoiou, preparando como insumo o *“Documento Base para el Diálogo Hemisférico 2005”*. Esse documento constituiu uma referência para o diálogo virtual dos Delegados e serviu

de orientação às sessões do GRICA 2005 na formação de consenso quanto à atualização do Plano de Ação AGRO 2003-2015⁴.

Com base num diálogo fecundo, transparente e construtivo, os Delegados Ministeriais chegaram a consenso com respeito **às ações estratégicas complementares** para a atualização do Plano de Ação AGRO no biênio 2006-2007 e às medidas para sua implementação e seguimento. As ações nacionais em execução, a persistência dos desafios identificados no processo ministerial em 2003 e a definição de novos reptos, conforme indicam os relatórios nacionais, evidenciaram, de um lado, a vigência das ações estratégicas do Plano de Ação AGRO adotadas em 2003 e, de outro lado, a necessidade de atualizar o Plano mediante ações estratégicas complementares.

De fato, nas sessões realizadas em 7 e 8 de julho em São José e em 29 de agosto em Guaiaquil, no ano de 2005, o GRICA aprovou, por consenso dos Delegados Ministeriais, quatro propostas de acordo ministerial, entre as quais a atualização do Plano de Ação AGRO 2003-2015 para o biênio 2006-2007 e a proposta ministerial à Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005). O Equador, na qualidade de país anfitrião da Reunião Ministerial, exerceu a presidência do GRICA 2005 na pessoa do Engenheiro Agrônomo Jorge Hernán Chiriboga, Vice-Ministro da Agricultura e Pecuária.

O consenso alcançado no GRICA 2005 serviu de base para que os Ministros e Secretários de Agricultura renovassem, na Terceira Reunião Ministerial, o compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015 ao assinarem o Acordo Ministerial de Guaiaquil e adotassem disposições relativas à sua implementação e seguimento.

2. A Terceira Reunião Ministerial

Atuou como Presidente da reunião o Senhor Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, e, como Vice-Presidente, o Senhor Mariano Ernesto Salaverría, Ministro da Agricultura e Pecuária de El Salvador.

⁴ A Secretaria da Reunião Ministerial disponibilizou um foro para o diálogo virtual na página com base em dois documentos que serviram de referência para o GRICA: “*Antecedentes para el Diálogo Hemisférico 2005*” e “*Documento Base para el Diálogo Hemisférico 2005*”.

2.1 O Contexto Histórico da Reunião Ministerial

Esse item da agenda foi desenvolvido mediante a seguinte exposição:

- “*O papel das reuniões ministeriais no Processo de Cúpulas das Américas*”, apresentado por Luis Alberto Rodríguez, Diretor da Secretaria de Cúpulas das Américas da Organização dos Estados Americanos.

Nessa exposição foram destacadas a contribuição das reuniões ministeriais criadas no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, as decisões adotadas pelos Chefes de Estado e de Governo nas Declarações e Planos de Ação das Cúpulas e a implementação das mesmas. Nesse sentido, fez menção à oportunidade que a Terceira Reunião Ministerial de Agricultura e Vida Rural enseja de fazer chegar sua Proposta Ministerial à presidência do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas (GRIC), instância responsável pela preparação dos documentos da Quarta Cúpula das Américas.

2.2 Relatórios da Secretaria

A Secretaria da Reunião Ministerial, exercida pelo IICA, apresentou dois relatórios, a saber:

- *Construyendo hoy la Agricultura y Vida Rural del 2015. Oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación*, a cargo de Lizardo de las Casas, Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas, do IICA⁵.

Com base nos relatórios nacionais, esse relatório expõe o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015, reitera a necessidade de continuar com maior vigor e dinamismo o processo de melhoramento da agricultura e das comunidades rurais; revela a nova dinâmica hemisférica decorrente dos recentes mandatos em matéria de agricultura e vida rural das Cúpulas das Américas e ressalta a oportunidade para a renovação institucional, a ação conjunta e a cooperação que a

⁵ O relatório da Secretaria da Reunião Ministerial está disponível em <http://www.iica.int/cumbres>

construção da agricultura e da vida rural de 2015 propicia hoje e no futuro próximo para a comunidade da agricultura e vida rural das Américas.

- *Construyendo hoy el futuro hacia el 2015. Contribución de un sistema de información para el seguimiento y la evaluación del Plan AGRO 2015*, apresentado por Lizardo de las Casas, do IICA, e Martine Dirven, Chefe da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁶.

A primeira parte da exposição mostra, de modo geral, a proposta do sistema de informação para o seguimento e avaliação do Plano de Ação AGRO 2003-2015, que compreende os três componentes seguintes: experiências nacionais e cooperação horizontal; impacto no desempenho da agricultura e da vida rural; e percepção oportuna dos líderes. Para cada um desses três componentes são apresentadas experiências isoladas em andamento. A segunda parte da exposição resume o progresso obtido no desenvolvimento do segundo componente do sistema, a partir de uma iniciativa conjunta de organismos internacionais coordenada pelo IICA e pela CEPAL e que conta com o apoio da FAO, da OPAS, da UNESCO e da OIT, destinada à identificação de indicadores para a agricultura e a vida rural.

2.3 Diálogo ministerial sobre temas estratégicos

Tendo como referência o lema da reunião e os temas estratégicos referentes à atualização do Plano de Ação AGRO 2003-2015 mediante novas ações estratégicas complementares, o diálogo na reunião centrou-se nos seguintes tópicos:

O potencial da agrobiotecnologia (ABT) na agricultura das Américas, exposto por Albert Sasson, consultor internacional.

Perspectivas da indústria agroenergética nas Américas

- *Perspectivas da indústria agroenergética*, por Luiz Carlos Correa Carvalho, Presidente da Câmara do Açúcar e do Alcool do Brasil.

Intervenções: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁶ Ao relatório vem anexado o CD “*Hacia un sistema de información para el en apoyo a los Delegados Ministeriales de Agricultura y Vida Rural*”.

Redução da pobreza, geração de emprego e promoção da prosperidade rural

- *Políticas para a prosperidade rural*, por Sergio Sepúlveda, Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA.

Políticas de Estado para a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015

- *Desenvolvimento e implementação de políticas de Estado sobre agricultura e vida rural. A experiência chilena.*, por Arturo Barrera, Subsecretário de Agricultura do Chile.
- *Uma aliança compartilhada para o desenvolvimento do campo*, por Roberto Villeda, Delegado Ministerial de Agricultura e Vida Rural de Honduras.

Intervenções: Bahamas, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Jamaica, México, Paraguai, República Dominicana, St. Kitts e Nevis e Venezuela.

2.4 Apresentação do Relatório do GRICA em 2005

O Presidente do GRICA em 2005, apresentou à Reunião Ministerial um relatório sobre os resultados alcançados nas sessões do GRICA em 2005 realizadas em São José e Guaiquil, o qual contém as propostas aprovadas pelos Delegados Ministeriais de Agricultura e Vida Rural referentes aos Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005 sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas.

Esses acordos, que complementam o acordo sobre a atualização do Plano de Ação AGRO 2003-2015 expressado no Acordo Ministerial de Guaiquil, compreendem ações a respeito do seguinte: (i) implementação e seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial; (ii) desenvolvimento de um sistema de informação para o seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015; e (iii) apresentação ao GRIC da Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural a fim de ser considerada no Projeto de Declaração de Mar del Plata e no Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Argentina, 2005).

2.5 Cerimônia de assinatura do Acordo Ministerial de Guaiquil

O Presidente da Reunião Ministerial, deu início ao ato de assinatura do *Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*, aprovado

previamente pelo GRICA em 2005, e solicitou aos Ministros e Chefes de Delegação que assinassem o documento. Como testemunhas de honra participaram da cerimônia o Doutor Alfredo Palacio Gonzáles, Presidente Constitucional da República do Equador, e o Dr. Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA.⁷ Ao assinar o Acordo Ministerial de Guaiaquil, os Ministros renovaram seu compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015.

3. Os Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005

A Reunião Ministerial, prévio consenso alcançado pelo GRICA em 2005, adotou os quatro seguintes Acordos Ministeriais Hemisféricos, que complementam os assinados em 2001 e 2003, particularmente com relação ao Plano de Ação AGRO 2003-2015:

3.1 Plano de Ação AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas.

No Acordo Ministerial de Guaiaquil os Ministros reiteraram seu compromisso com o Plano de Ação AGRO 2003-2015 e seus componentes, quais sejam: a Visão Compartilhada de 2015, os Objetivos Estratégicos, a Agenda Hemisférica e as medidas de Implementação e Seguimento.

Assim, a Agenda Hemisférica 2006-2007, cujo lema é “*Promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural*”, estabelece as ações estratégicas complementares para os seguintes 11 temas principais:

- áreas de desenvolvimento econômico local
- gestão e certificação de qualidade
- desenvolvimento de produtos baseados na biotecnologia
- geração de energia de fontes alternativas
- políticas para a agroindústria
- serviços ambientais e práticas compatíveis com o ambiente
- oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de forma ambientalmente sustentável
- responsabilidade social nas empresas rurais
- desenvolvimento integral do território rural
- políticas de Estado
- trabalho interinstitucional e multissetorial

⁷ O Acordo Ministerial de Guaiaquil está disponível em www.iica.int/cumbres

Quanto à implementação e ao seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 foram estabelecidas medidas para sua atualização, para o fortalecimento dos mecanismos e estratégias regionais com vistas ao melhoramento da agricultura e da vida rural, para o apoio dos organismos internacionais ao processo ministerial para a implementação do Plano e a ação conjunta e coordenada e para o desenvolvimento de um sistema de informação da agricultura e da vida rural destinado ao seguimento e avaliação do Plano.

3.2 Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial.

Nesse acordo, os Ministros (i) incumbem os Delegados Ministeriais e a Secretaria da Reunião Ministerial de difundir o Plano de Ação AGRO 2003-2015 com as atualizações decorrentes do Acordo Ministerial de Guaiacuil; (ii) determinam aos Delegados Ministeriais que, com o apoio da Secretaria, elaborem os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados na implementação do Plano e os desafios que deparam e, ao GRICA, que atualize o Plano para o biênio 2008-2009; e (iii) incumbem a Secretaria de preparar um relatório sobre o progresso obtido na execução do Plano, bem como sobre as ações empreendidas para coordenar o processo ministerial com o Processo de Cúpulas das Américas.

3.3 Acordo Ministerial sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

Os Ministros solicitam aos organismos internacionais que apoiaram o esforço inicial para o desenvolvimento de um sistema de informação com vistas ao seguimento e à avaliação do Plano de Ação AGRO 2003-2015 que continuem a envidar esse esforço a fim de poder levar adiante o sistema de informação para a Quarta Reunião Ministerial, a realizar-se em 2007. Da mesma forma, instam outros organismos internacionais a somarem-se a essa iniciativa e solicitam à Secretaria que exponha essa experiência no Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas.

3.4 Acordo Ministerial sobre a Proposta Ministerial em matéria de Agricultura e a Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas.

Os Ministros aprovaram dois parágrafos para apresentação ao Grupo de Implementação e Revisão de Cúpulas (GRIC), constituído pelos Coordenadores Nacionais de Cúpulas dos Ministérios das Relações Exteriores, para sua consideração no Projeto de Declaração e Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005).

TEMÁRIO

	IICA/JIA/Doc.286(05)
1. Programa da Reunião	
1.1 Programa Provisório	IICA/JIA/Doc.287(05)
2. Política Institucional	
2.1 Relatório sobre a Implementação do Plano de Médio Prazo do IICA 2002-2006	(Sem número)
2.2 Plano de Ações Integradas em Biotecnologia e Biossegurança	IICA/JIA/Doc.288(05)
2.3 Proposta de Programa Hemisférico de Agroenergia	IICA/JIA/Doc.289(05)
2.4 Plano de Medio Prazo 2006-2010	IICA/JIA/Doc.290(05)
3. Assuntos Orçamentários e Financeiros	
3.1 Demonstrativos Financeiros do IICA 2003 e 2004 e Relatórios dos Auditores Externos	IICA/JIA/Doc.291(05)
3.2 Décimo e Décimo Primeiro Relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)	IICA/JIA/Doc.292(05)
3.3 Orçamento do IICA e seu financiamento:	IICA/JIA/Doc.293(05)
• Demonstrativo atualizado do pagamento das cotas e avanços na arrecadação das cotas devidas ao Instituto	
• Orçamento-Programa 2006-2007	IICA/JIA/Doc.294(05)

- Orçamento Extraordinário 2006-2007 financiado com recursos do Subfundo-Geral de Trabalho IICA/JIA/Doc.295(05)

4. Relações Interinstitucionais

- 4.1 Relatório do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI) 2003-2004 IICA/JIA/Doc.296(05)
- 4.2 Relatório do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) 2001-2002 IICA/JIA/Doc.297(05)
- 4.3 Relatório sobre o fortalecimento das relações IICA-CATIE e a execução de ações conjuntas IICA/JIA/Doc.298(05)

5. Assuntos dos Órgãos Superiores do IICA

- 5.1 Eleição do Diretor-Geral do IICA para o período 2006-2010 (Sem documento)
- 5.2 Cumprimento das Resoluções da Décima Segunda Reunião Ordinária da JIA IICA/JIA/Doc.299(05)
- 5.3 Cumprimento das Resoluções da Vigésima Quarta e da Vigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo IICA/JIA/Doc.300(05)
- 5.4 Data e Sede da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA IICA/JIA/Doc.301(05)

6. Temas Institucionais Diversos

- | | |
|---|----------------------|
| 6.1 Galardões Interamericanos no Setor Rural 2003-2005 | IICA/JIA/Doc.302(05) |
| 6.2 Proposta de prorrogação do mandato da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) | IICA/JIA/Doc.303(05) |
| 6.3 Procuração de amplos poderes para o Diretor-Geral Eleito referente ao período 2006-2010 | IICA/JIA/Doc.304(05) |
| 6.4 Medidas revistas para a arrecadação das cotas devidas ao Instituto | IICA/JIA/Doc.305(05) |

LISTA DE PARTICIPANTES

LISTA DE PARTICIPANTES***ESTADOS MEMBROS*****ANTÍGUA E BARBUDA**

Charlesworth T. Samuel (*Titular*)
 Minister of Agriculture, Lands, Marine
 Resources and Agro-Industry
 Ministry of Agriculture, Lands, Marine
 Resources and Agro-Industry
 St. John's
 kenrob@worldnetconcepts.com

Jennifer Maynard (*Suplente*)
 Liaison Officer, International and
 Regional Organisations
 Ministry of Agriculture, Lands, Marine
 Resources and Agro-Industry
 St. John's
 maynard4@candw.ag

ARGENTINA

Miguel Santiago Campos (*Titular*)
 Secretario de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
 mscampos@mecon.gov.ar

Alejandra Sarquis (*Suplente*)
 Directora Nacional de Mercados
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
 asarqu@mecon.gov.ar

Daniela Raposo
 Asesora
 Dirección Nacional de Mercados
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
 drapos@mecon.gov.ar

Oscar Ghersi
 Auditor Interno
 Instituto Nacional de Tecnología
 Agropecuaria - INTA
 Buenos Aires
 oghersi@correo.inta.gov.ar

Lilliana Mónica Sola
 Encargada de la Dirección Nacional de
 Servicios Agropecuarios
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
lsola@mecon.gov.ar

Gonzalo Torres Carioni
 Consejero
 Embajada de la República de
 Argentina en Ecuador
 Av. Amazonas 477 8° Piso
 Quito, Ecuador
 secinar@uio.satnet.net

BAHAMAS

V. Alfred Gray (*Titular*)
 Minister of Agriculture, Fisheries and
 Local Government
 Ministry of Agriculture, Fisheries and
 Local Government
 Nassau
alfredgray@bahamas.gov.bs

Camille Johnson (*Suplente*)
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture, Fisheries and
 Local Government
 Nassau
camillejohnson@bahamas.gov.bs

Simeon Pinder
 Acting Director of Agriculture,
 Fisheries and
 Local Government
 Department of Agriculture
 Nassau
simeonpinder@bahamas.gov.bs

BARBADOS

Erskine Griffith (*Titular*)
 Minister of Agriculture and Rural
 Development
 Ministry of Agriculture and Rural
 Development
 Christ Church
egriffith@hotmail.com

Carston Simmons (*Suplente*)
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture and Rural
 Development
 Christ Church
cubanks@hotmail.com

Michael King (*Suplente*)
 Permanent Representative of Barbados
 to the OAS
 Washington DC 20008
 Estados Unidos
michaeliking@aol.com

BOLÍVIA

Guillermo Ribera Cuellar (*Titular*)
 Ministro de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 Ministerio de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 La Paz
despacho@maca.gov.bo

Juan José Castro Guzmán (*Suplente*)
 Asesor General del Ministerio y
 Presidente de la Red de Políticas
 Agropecuarias
 Ministerio de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 La Paz
jjcastro2005@yahoo.com

BRASIL

Roberto Rodrigues (*Titular*)
 Ministro de Estado da Agricultura,
 Pecuária e Abastecimento
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília, DF
gm@agricultura.gov.br

Edilson Guimarães (*Suplente*)
 Diretor do Departamento de
 Economia Agrícola
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília, DF
edguima@agricultura.gov.br

Ricardo Cotta Ferreira
 Diretor
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília, DF
ricardocotta@agricultura.gov.br

Maurício E. Cortes Costa
 Assessor Especial do Ministro
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília, DF
aes@agricultura.gov.br

CANADÁ

Wayne Easter, P.C., M.P. (*Titular*)
 Parliamentary Secretary to the Minister
 of Agriculture and Agri-Food with
 Special emphasis on Rural Develop.
 House of Commons
 Ottawa
easterw@agr.gc.ca

Brian Oak (*Suplente*)
 Canadian Ambassador to Ecuador
 Canadian Embassy in Ecuador
 Quito
quito@international.gc.ca

Paul Murphy (*Suplente*)
 Executive Director
 Programs and Multilateral Affairs
 Agriculture and Agri-Food Canada
 Ottawa
murphyp@agr.gc.ca

Mark Richardson
 Trade Commissioner & Vice Consul
 Canadian Embassy in Ecuador
 Quito
quito-td@international.gc.ca

Burgoyne Daniel
 International Relations Advisor
 Canadian Food Inspection Agency
 Ontario
dburgoyne@inspection.gc.ca

Marc Allarie
 Senior Events Planner
 Agriculture and Agri-Food Canada
 Winnipeg, Manitoba
allariem@agr.gc.ca

Felipe Costa Echeverría
 Consul
 Canadian Consulate Guayaquil
 Guayaquil
consulc1@espoltel.net

COLÔMBIA

Fernando Arbeláez Soto (*Titular*)
 Secretario General
 Ministerio de Agricultura y Desarrollo
 Rural
 Bogotá
farbelaez@minagricultura.gov.co

María Salazar Nicholls (*Suplente*)
 Cónsul de la República de Colombia
 Embajada de la República de Colombia
 en Ecuador
 Quito, Ecuador

COSTA RICA

Rodolfo Coto Pacheco (*Titular*)
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San José
asoto@mag.go.cr

Román Solera (*Suplente*)
 Director Ejecutivo
 Secretaría Ejecutiva de Planificación
 Sectorial Agropecuaria
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San José
rsolera@mag.go.cr

David Yifong Lifang
 Cónsul
 Consulado de la República de Costa
 Rica en Guayaquil
 Guayaquil
dli@rree.go.cr

Carla Artiñano
 Cónsul
 Consulado de la República de Costa
 Rica en Guayaquil
 Guayaquil

CHILE

Arturo Barrera Miranda (*Titular*)
 Subsecretario
 Ministerio de Agricultura
 Santiago
abarrera@minagri.gob.cl

Héctor Echeverría Vásquez (*Suplente*)
 Jefe de Gabinete del Ministro
 de Agricultura
 Ministerio de Agricultura
 Santiago
marce@minagri.gob.cl

Hugo Lara Torres (*Suplente*)
 Jefe de Gabinete Subsecretario
 Ministerio de Agricultura
 Santiago
hlara@minagri.gob.cl

DOMINICA

Randolph Cato (*Titular*)
 Director, Economic Affairs Division
 OECS Secretariat
 Castries
rcato@oecs.org

EQUADOR

Pablo Rizzo Pastor (*Titular*)
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Quito
ministro@mag.gov.ec

Jorge Hernán Chiriboga P. (*Suplente*)
 Viceministro de Agricultura y
 Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Quito
viceministro@mag.gov.ec

Guillermo Eulogio Ortega (*Suplente*)
 Subsecretario de Direccionamiento
 Estratégico Agroproductivo
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Quito
estrategias@mag.gov.ec

EL SALVADOR

Mario Ernesto Salaverría (*Titular*)
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Santa Tecla
semilla@mag.gob.sv ó
mserrano@mag.gob.sv

ESTADOS UNIDOS

James Butler (*Titular*)
 Deputy Under Secretary for Farm
 and Foreign Agricultural Services
 United States Department of
 Agriculture
 Washington D.C.

Ellen Terpstra (*Suplente*)
 Administrator
 United States Department of
 Agriculture
 Foreign Agricultural Service
 Washington, D.C.
Ellen.Terpstra@usda.gov

William Brant (*Suplente*)
 Deputy Administrator
 International Cooperation and
 Development
 United States Department of
 Agriculture-FAS
 Washington, D.C.
william.brant@usda.gov

Stacy D. Williams (*Suplente*)
 Specialized Organizations Advisor
 United States Department of State
 Washington, D.C.
williamssd3@state.gov

Kevin Herbert
 Consul General
 United States Consulate
 Guayaquil, Ecuador

Melinda Sallyards
 Regional Agricultural Attaché –
 Peru, Ecuador and Bolivia
 United States Embassy
 Office of Agricultural Affairs
 Lima, Peru
melinda.sallyards@usda.gov

Bobby Richey, Jr.
Deputy Director
Biotechnology Group
Foreign Agricultural Service
United States Department of
Agriculture
Washington, D.C.
bobby.richey@usda.gov

Marianne McElroy
International Relations Advisor
International Cooperation and
Development
Foreign Agricultural Service
United States Department of
Agriculture
Washington D.C.
marianne.mcelroy@fas.usda.gov

Susan Sadocha
International Relations Advisor
International Organization Affairs
Division
Foreign Agricultural Service
United States Department of
Agriculture
Washington D.C.
Susan.Sadocha@usda.gov.

Rene Alarcon
Agricultural Specialist
United States Embassy in Ecuador
Quito, Ecuador
AgQuito@usda.gov

GRENADA

Roland Bhola (*Titular*)
Minister in the Ministry of Agriculture,
Lands, Forestry, Fisheries, Public
Utilities, Energy and Marketing and
National Importing Board
Government of Grenada
St. George's
agriculture@gov.gd

GUATEMALA

Bernardo López Figueroa (*Titular*)
Viceministro de Agricultura,
Ganadería y Alimentación
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Alimentación
Guatemala
lopezbernardo@usa.net

Anabella Osorio (*Suplente*)
Asesora del Despacho Ministerial
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Alimentación
Guatemala
aosorio@maga.gob.gt

GUIANA

Satyadeow Sawh (*Titular*)
Minister of Agriculture, Fisheries
Crops and Livestock
Ministry of Agriculture, Fisheries
Crops and Livestock
Georgetown
minfcl_1@yahoo.com

HAITI

Mathieu Philippe (*Titular*)
 Ministre de l'Agriculture des
 Ressources Naturelles et du
 Développement Rural
 Ministère de l'Agriculture des
 Ressources Naturelles et du
 Développement Rural
 Damien
 mango.plus@excite.com

François Joseph Delinois (*Suplente*)
 Délégué Ministériel
 Ministère de de l'Agriculture, des
 Ressources Naturelles e du
 Développement Rural
 Damien
 mango.plus@excite.com
 francoisjdelinois@yahoo.com

HONDURAS

Roberto Villeda Toledo (*Titular*)
 Asesor del Secretario de Estado
 Secretaría de Agricultura y Ganadería
 Tegucigalpa
 rvt@honduras.quik.com

Ana Cristina Padgett (*Suplente*)
 Asistente Ejecutiva del Secretario
 de Estado
 Secretaría de Agricultura y Ganadería
 Tegucigalpa
 anapadgett@yahoo.com

JAMAICA

Roger Clarke (*Titular*)
 Minister of Agriculture
 Ministry of Agriculture

Don McGlashan (*Suplente*)
 Chief Technical Director
 Ministry of Agriculture

MÉXICO

Víctor Manuel Villalobos A. (*Titular*)
 Coordinador de Asuntos Inter-
 nacionales
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación
 México, D.F.
vvilla@sagarpa.gob.mx

Fernando Zuloaga Albarrán (*Suplente*)
 Ministro Agropecuario de México
 en Centroamérica
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación
consejaria@intelnet.net.gt

Evangelina Beltrán Pimienta
 Directora de Intercambio Académico
 Internacional
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación
 México, D.F.
 ebeltran.ssag@sagarpa.gob.mx

NICARÁGUA

José Augusto Navarro F. (*Titular*)
Ministro Agropecuario y Forestal
Ministerio Agropecuario y Forestal
Managua
jnavarro@magfor.gob.ni

PANAMÁ

Erick Fidel Santamaría (*Titular*)
Secretario General
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Ciudad de Panamá
esantamaria@mida.gob.pa

PARAGUAI

Gustavo Nelson Ruíz Díaz R. (*Titular*)
Ministro de Agricultura y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Asunción
ministromag@telesurf.com.py

Mario León Frutos (*Suplente*)
Director General
Dirección General de Planificación
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Asunción
dgpomag@pla.net.py

Gloria Rolón (*Suplente*)
Primera Secretaria
Embajada de la República del
Paraguay en Ecuador
Quito
embapar@uio.telconet.net

PERÚ

Manuel R. J. Manrique U. (*Titular*)
Ministro de Agricultura
Ministerio de Agricultura
Lima
manuel.manrique@minag.gob.pe

Raúl Daniel Loarte Ruiz (*Suplente*)
Funcionario del Consulado General del
Perú en Guayaquil
Consulado General del Perú en
Guayaquil
conperu@gye.satnet.net

REPÚBLICA DOMINICANA

Amílcar Romero Portuondo (*Titular*)
Secretario de Estado de Agricultura
Secretaría de Estado de Agricultura
Santo Domingo
sub_planificacion@agricultura.gov.do

Leandro M. Mercedes (*Suplente*)
Subsecretario de Estado de Extensión
y Capacitación Agropecuarias
Secretaría de Estado de Agricultura
Santo Domingo
sub_extension@agricultura.gov.do

SÃO VICENTE E GRANADINAS

Girlyn Miguel (*Titular*)
Minister of Agriculture, Forestry
and Fisheries
Ministry of Agriculture, Forestry
and Fisheries
Kingstown
agrimin@caribsurf.com

Philmore Isaacs (*Suplente*)
 Chief Agricultural Officer
 Ministry of Agriculture, Forestry
 and Fisheries
 Kingstown
agrimin@caribsurf.com

SANTA LÚCIA

Ignatius Jean (*Titular*)
 Minister for Agriculture, Forestry
 and Fisheries
 Ministry of Agriculture, Forestry
 and Fisheries
 Castries
minister@slumaffe.org

ST. KITTS E NEVIS

Cedric Roy Liburd (*Titular*)
 Minister of Housing Agriculture,
 Fisheries and Consumer Affairs
 Basseterre
minafclh@caribsurf.com

SURINAME

Gerrit Arno Breinburg (*Titular*)
 Director of Agriculture, Planning
 and Development
 Ministry of Agriculture, Animal
 Husbandry and Fisheries
 Paramaribo
dirlvv@sr.net; gerritno@yahoo.com

TRINIDAD E TOBAGO

Jarrette Narine (*Titular*)
 Minister of Agriculture, Land and
 Marine Resources
 Ministry of Agriculture, Land and
 Marine Resources
 Port of Spain
psmalmr@tstt.net.tt

Winston Gibson (*Suplente*)
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture, Land and
 Marine Resources
 Port-of-Spain
psmalmr@tstt.net.tt

URUGUAI

Ernesto Agazzi (*Titular*)
 Subsecretario de Ganadería,
 Agricultura y Pesca
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Montevideo
eagazzi@mgap.gub.uy

Luis Almagro (*Suplente*)
 Director, Unidad de Asuntos
 Internacionales
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Montevideo
lalmagro@mgap.gub.uy

Marcelo Esteban Gerona Morales
 Encargado de Negocios a.i.
 Embajada de la República Oriental del
 Uruguay en Ecuador
 Quito, Ecuador
embajadauruguay@andinanet.net

VENEZUELA

Freddy Escalona (*Titular*)
Viceministro de Desarrollo Rural
Integral
Ministerio de Agricultura y Tierras
Caracas
act@iica.int.ve

Eleazar Salazar (*Suplente*)
Director General de Apoyo
Tecnológico e Innovación
Ministerio de Agricultura y Tierras
Caracas

Lennys Beatriz Rosales Palacios
Directora General de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Alimentación
Caracas
oriminalven@yahoo.com

Rafael José Coronado Patiño
Viceministro de Gestión Económica
Ministerio de Alimentación
Caracas
rcoronadop@vahoo.br

PAÍS ASSOCIADO**ESPANHA**

Antonio Crespo García
Consejero de Agricultura, Pesca y Alimentación
de las Embajadas de España en Centroamérica y
República Dominicana
Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España
San José, Costa Rica
mapaesp@racsaco.cr

OBSERVADORES PERMANENTES

ALEMANHA

Michael Deckwitz
Head of Division
German Federal Ministry of Consumer
Berlin, Alemania
deckwitz@bmvel.bund.de

FRANÇA

Olivier Huot
Primer Consejero
Embajada de Francia en Ecuador
Quito, Ecuador
francie@andinanet.net.ec

ISRAEL

Daniel Saban
Embajador de Israel
Embajada de Israel
Quito, Ecuador

Galit Efraim
Cónsul
Embajada de Israel
Quito, Ecuador
info@quito.mfa.gov.il

DIRETORES EMÉRITOS

José Emilio G. Araujo
Rua Antonio Basílio, 450 apt 801
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 2571 1451

Martín Piñeiro
Capital Federal, Argentina
mpineiro@mol.com.ar

Francisco Morillo
Caracas, Venezuela
francisco.morillo@iica.net

PARCEIROS INSTITUCIONAIS NO PROCESSO CÚPULAS DAS AMÉRICAS

BANCO MUNDIAL

Eduardo Somensatto
Gerente para Ecuador del
Banco Mundial
World Trade Center
Quito, Ecuador
esomensatto@worldbank.org

**COMISSÃO ECONÔMICA PARA
A AMÉRICA LATINA E O
CARIBE (CEPAL)**

Martine Dirven
Jefa, Unidad Desarrollo Agrícola
Santiago, Chile
martine.dirven@cepal.org

**CORPORAÇÃO ANDINA DE
FOMENTO (CAF)**

Juan Bernardo Requena
Director de Desarrollo Social
Corporación Andina de Fomento
Caracas, Venezuela
brequena@caf.com

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
AMERICANOS (OEA)**

Ambassador Albert R. Ramdin
Assistant Secretary General
Washington D.C., Estados Unidos
aramdian@oas.org

Luis Alberto Rodríguez
Director
Secretaria de Cumbres de las
Américas/OEA
Washington, D.C., Estados Unidos
lrodriguez@oas.org

Carolina Santa Maria
Especialista
Secretaria de Cumbres de las
Américas/OEA
Washington, D.C., Estados Unidos
csantamaria@oas.org

Sherry Tross
Advisor
Office of Asst. Secretary General
Organization of American States
Washington D.C., Estados Unidos
stross@oas.org

Carlos María Ocampos A.
Director, Oficina OEA en Ecuador
Quito, Ecuador
oeal@oea.org.ec

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERI-
CANA DA SAÚDE (OPAS)**

Albino Belotto
Chief, Veterinary Public Health Unit
Washington DC, Estados Unidos
belottoa@paho.org

ORGANISMOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

**INSTITUTO DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA DO CARIBE (CARDI)**

Francis H. Asiedu
Representative, Jamaica Unit
Kingston, Jamaica
cardi2@cwjamaica.com

**COMUNIDADE DO CARIBE
(CARICOM)**

Sam Lawrence
Advisor, Regional Transformation
Programme for Agriculture
CARICOM Secretariat
Georgetown, Guyana
saml@caricom.org

**CENTRO AGRONÔMICO
TROPICAL DE PESQUISA E
ENSINO (CATIE)**

Pedro Emilio Ferreira Rossi
Director General
Turrialba, Costa Rica
ferreira@catie.ac.cr
www.catie.ac.cr

**CONSELHO REGIONAL DE
COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
(CORECA)**

Róger Guillén Bustos
Secretario Ejecutivo
San José, Costa Rica
roger.guillen@iica.int

Oscar Quesada
Especialista en Relaciones
Internacionales
San José, Costa Rica
oscar.quesada@iica.int

**FEDERAÇÃO CENTRO-AMERI-
CANA DE CÂMARAS AGROPE-
CUÁRIAS E AGROINDUSTRIAIS
(FECAGRO)**

Ricardo Esmahan
Presidente
Maquilishuat, El Salvador
r.esmahan@camagro.com

**FUNDO INTERNACIONAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AGRÍ-
COLA (FIDA)**

Robert Haudry de Soucy
Country Portfolio Manager
Lima, Perú
r.haudry@ifad.org

Raúl Hopkins
Economista Regional
División de América Latina y el Caribe
Roma, Italia
r.hopkins@ifad.org

**ORGANISMO INTERNACIONAL
REGIONAL DE SANIDADE
AGROPECUÁRIA (OIRSA)**

Oscar Gutiérrez R.
Director Ejecutivo
OIRSA
San Salvador, El Salvador
dejecutiva@oirsa.org

Oscar José Umaña
Asesor Dirección Ejecutiva
San Salvador, El Salvador
adejecutiva@oirsa.org

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A AGRICULTURA
E ALIMENTAÇÃO (FAO)**

Gustavo Gordillo de Anda
Assistant Director-General
Regional Representative
FAO of the United Nations
Santiago, Chile
Gustavo.GordilloDeAnda@fao.org

Lucas Silva
Consultor
Santiago, Chile
lucas.silva@fao.org

Fernando Soto Baquero
Jefe Subdirección de Asistencia
para las Políticas
Oficina Regional para América
Latina y el Caribe
Santiago, Chile
Fernando.Soto.Baquero@fao.org

Luis Lobo
Oficial Técnico
FAO Naciones Unidas
Santiago, Chile
luis.lobos@fao.org

Iván Antonio Angulo Chacón
Representante de FAO en Ecuador
Quito, Ecuador
ivan.angulo@fao.org

**PROGRAMA DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA O DESENVOL-
VIMENTO (PNUD)**

Verónica Quintero
Manager Poverty Unit
United Nations Development
Programme - UNDP
Ecuador
veronica.quintero@undp.org

**SECRETARIA-GERAL DA
COMUNIDADE ANDINA (CAN)**

Jorge Tello Coello
Coordinador
Lima, Perú
jtello@comunidadandina.org

**PROGRAMA MUNDIAL DE
ALIMENTOS**

Lautaro Andrade
Program Officer
Quito, Ecuador
lautaro.andrade@wfp.org
Manager Poverty Unit
United Nations Development
Programme - UNDP

ORGANISMOS DIVERSOS

**ASSOCIAÇÃO DE GRADUADOS
DA ESCOLA AGRÍCOLA PAN-
AMERICANA (AGEAP)**

Rafael Verduga Verduga
Presidente
AGEAP Ecuador
Quito, Ecuador
rverduga@texcumar.com

Juan Sebastián Borja
Presidente
Asociación de Zamoranos, AGEAPPLE
Guayaquil, Ecuador
jsborja@interactive.net.ec

**COLÉGIO DE ENGENHEIROS
AGRÔNOMOS DE PICHINCHA**

Marcelo Alvear
Presidente
malvearv@yahoo.com

**CONSÓRCIO DE CONSELHOS
PROVINCIAIS DO EQUADOR
(CONCOPE)**

Gustavo Nicolás Abdo López
Director Ejecutivo
San Isidro del Inca, Ecuador
gabdo@concope.gov.ec /
gustavoabdo@yahoo.com

ECOELECTRIC - NOBIS

Jorge Chang
Presidente
Executive Center
Guayaquil, Ecuador
jchangg@nobis.com.ec

**FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E
A TECNOLOGIA (FUNDACYT)**

Patricio Yépez
Director Ejecutivo
Quito, Ecuador
pyopez@fundacyt.org.ec

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (FUNDAGRO)

Jorge Nelson Muñoz Torres
Presidente
Quito, Ecuador
jmunoz@grupowong.com

FUNDAÇÃO PRIVADA WILSON POPENOE

Rodolfo Arambulo Arambulo
Director
Quito, Ecuador
fram620@impsat.net.ec

Roberto Mollison Mollison
Presidente
Quito, Ecuador
roberto.mollison@agrotropical.com

Luis K. Valverde
Director Ejecutivo
Quito, Ecuador
lvalverde@fundacionpopenoe.org

INSTITUTO NACIONAL AUTÓNOMO DE INVESTIGACIONES AGROPECUARIAS (INIAP)

Julio Delgado
Director General
Quito, Ecuador
jdelgado@iniap-ecuador.gov.ec

Víctor Hugo Cardoso
Director de Transferencia
Quito, Ecuador
vcardoso@iniap-ecuador.gov.ec

SERVIÇO EQUATORIANO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA (SESA)

Abel Viteri
Director Ejecutivo
Quito, Ecuador
direcsesa@mag.gov.ec

José Sotomayor
Asesor Jurídico
Quito, Ecuador
direcsesa@mag.gov.ec

PRONACA
Luis Bakker
Presidente
PRONACA
Ecuador
magallardo@pronaca.com

SECRETARIA DE IMPLEMENTAÇÃO PL-480

Luis Antonio Sánchez C.
Director Ejecutivo
Quito, Ecuador
pl480@punto.net.ec

Sergio Eduardo Seminario
Soniconti s.a.
Ecuador
soniconti@gruposeminario.org

INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

ESCOLA AGRÍCOLA PAN-AMERICANA – ZAMORANO

Kenneth Hoadley
President
Tegucigalpa, Honduras
khoadley@zamorano.edu

Rick Falck
Chairman of the Board of Trustees
Zamorano University
Ithaca, NY, Estados Unidos
rfalck@twcny.rr.com

Cesar Terán
Vicepresidente Sudamerica
Zamorano Alumni
Quito, Ecuador
ceteran@ecutel.net

UNIVERSIDAD DE GUAYAQUIL

Emilio Calle Eguiguren
Director Centro de Transferencia de
Tecnología
Guayaquil, Ecuador
ecalle@ug.ed.ec

Wilson Orlando Pozo Guerrero
Director
Maestría Agricultura Tropical
Sostenible
Guayaquil, Ecuador
wpozo@jupiter.espoltel.net

UNIVERSITY OF THE WEST INDIES

Dyer Narinesingh
Dean
Faculty of Science and Agriculture
St. Augustine, Trinidad y Tobago
dnarinesingh@fsa.uwi.tt

UNIVERSIDAD TÉCNICA DE COTOPAXI

Vladimir Marconi Ortiz Bustamante
Docente
Latacunga, Ecuador
webmaster@ceypsa.utc.edu.ec

CONVIDADOS ESPECIAIS

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Expositor
Câmara Setorial de Açúcar e Álcool
Cadeia Produtora de Etanol
CANAPLAN, Consultoria Técnica
São Paulo, Brasil
luiz.carvalho@altoalegre.com.br

Albert Sasson
Conferencista
Paris, Francia

Salomón Larrea Rodríguez
Empresario Privado
World Trade Center
Guayaquil, Ecuador

PREMIADOS

Miguel Holle Osterdart
Medalha Agrícola Interamericana

Fresia E. Zúñiga Pérez
Prêmio à Participação da Mulher no
Desenvolvimento Rural

Ximena R. Cadima Fuentes
Prêmio Agrícola Interamericano
para Profissionais Jovens
Centro de Inseminación Artificial,
Universidad Austral de Chile
Prêmio Interamericano à Contribuição
Institucional para o Desenvolvimento
Agrícola e Rural

Víctor Cubillos
Decano
Universidad Austral de Chile

Nelson Estrada Ramos
Mención Honorífica en el Premio
Medalha Agrícola Interamericana
2003-2005

Grace Cereceda Sangster de Cabanilla
Menção Honrosa no Prêmio à
Participação da Mulher no
Desenvolvimento Rural 2003-2005

Sandals Resort Internacional de Santa
Lucía
Menção Honrosa no Prêmio à
Contribuição Institucional para o
Desenvolvimento Agrícola e Rural
2003-2005

***EX-FUNCIONÁRIOS EQUATORIANOS DO IICA
“RECONHECIMENTO PROFISSIONAL”***

Victor Hugo Buitrón Torres	Pablo Rocero Galarza
Hernán Carrera Andrade	Oswaldo Paladines Mosquera
Manuel O. Chiriboga V.	Marco Polo Torres
Julio C. Delgado A.	Jorge A. Soria V.
Gustavo A. Enríquez C.	Saulo Soria V.
Tarcisio Granizo R.	Jaime E. Tola C.
Gonzalo E. Jaramillo del Pozo	Carlos Vallejo Charles
Carlos Julio Jara Martínez	Karel Vohnout
Heliodoro Miranda Miranda	
Jaime Ortiz Egas	
Fausto Enrique Jordán Bucheli	

FUNCIONÁRIOS DO IICA

Chelston W.D. Brathwaite
Diretor-Geral

Robert Landmann
Subdiretor-Geral Int., Diretor de
Relações com Parceiros Estratégicos,
Diretor de Op. Região Norte e
Representante IICA em Washington

Mario Seixas
Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor da
Secretaria de Cooperação Técnica

Jorge Ardila
Diretor de Tecnologia e Inovação

Francisco Barea
Diretor de Administração e Finanças
e Diretor de Programação

Lizardo de las Casas
Diretor de Seguimento do Processo
Cúpulas das Américas

H. Arlington Chesney
Diretor Operações – Região Caribe

Arnaldo Chibbaro
Especialista Regional em Políticas e
Comércio e Secretário Técnico-Adm.
do CAS

Fernando Del Risco
Secretário Executivo da JIA, do
Comitê Executivo e do Gabinete

Yanko Goic
Chefe da Divisão de Orçamento
e Controle

Karen Kleinheinz
Diretora de Finanças

Lynda Landry
Diretora de Recursos Humanos

Jaime Muñoz Reyes
Representante do IICA no Equador

Mariano Olazábal
Diretor Operações – Região Central

Martín Ramírez Blanco
Diretor Operações – Região Andina

Sergio Sepúlveda
Diretor de Desenvolvimento Rural
Sustentável

Guillermo Toro
Diretor Operações – Região Sul

Pamela Stroude
Coordenadora do Gabinete da
Direção-Geral

Rafael Trejos
Especialista da Direção de
Planejamento Estratégico e
Modernização Institucional

FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

Secretário <i>ex officio</i> e Diretor-Geral do IICA	Chelston W. D. Brathwaite
Secretaria Técnica Ministerial de Cúpulas das Américas	
Coordenador	P. Lizardo de las Casas
	Javier Gatica Fabio Jiménez Silvana Vallejo
Secretaria Técnica da JIA	
Secretário Técnico	Fernando Del Risco
Assessor Jurídico	William Berenson
Assuntos Administrativo-Financeiros	
Coordenação pelo IICA	Jaime Muñoz-Reyes
	Alejandro Calle
Coordenação pelo MAG	Gonzalo Narváez
Logística e Apoio às Secretarias Técnicas	Leda Celina Ávila
Difusão e Imagem	
Coordenação pelo IICA	Patricia León Coto Sofía Castresana Ayesha London
Coordenação local	María del Carmen de Aguayo Gloria Andrade Beatriz Viteri
Coordenação pelo MAG (Quito)	Silvia M. Velasco Mogollon Cinthya Valeria Navas Muñoz Einstein Echeagaray Diego F. Bellido Andrade

	Luis Eduardo Almeida Egeuz Rocío Espinosa
Cerimonial	
Coordenação Cerimonial pelo IICA	Miguel Herrera
Coordenação Cerimonial MRE Equador	Omar Cajas Luis Andrade Verónica Mora Carlos Guevara
Classificação e Distribuição de Documentos	
Coordenação	María Elena González Daniel Chang
Controle de Documentos e Reprodução	
Coordenação	Laura Gutiérrez
Reprodução – Coordenação STOES	Orestes Martínez Bravo
Atendimento a Participantes	
<i>Inscrição e Secretaria de Participantes</i>	
Coordenação	Mariantonieta Cordido
 <i>Atendimento a Participantes no Plenário</i>	
Coordenação	Eduardo Lovell Rocío Almache Janneth Cortez Andrea Fuertes Sharon Herrera Alba Palacios

*Atendimento a Participantes Aeroporto-
Hotel*

Coordenação pelo MRE	Marco Llerena
	Alex Saltos Juan Carlos Estrella Carolina Cajas María Fernanda Vásquez Paola Onofa
Coordenação pelo MAG	Ivonne Pasmíño Malena Andrade Marcos Zapata
Apoio do IICA	
Redação de Atas	
Coordenação	Silvia Delgado Manuel Jiménez
	Henry Benavides Ronald Aragón
Serviço de Idiomas	
Coordenação	Marguerite Groves
<i>Tradução de documentos</i>	
Espanhol	Orlando García – <i>on-line</i>
Francês	Ivonne Bellion Michelle Le Metre - <i>on-line</i>
Inglês	Paul Murphy Peter Leaver - <i>on-line</i>
Português	Marilia Oberlaender Alvarez Carlos Ramírez – <i>on-line</i>
<i>Digitação</i>	
Inglês-Francês	Marta Arias
Espanhol-Português	Laura Cartín

Interpretação Simultânea

Espanhol	Consuelo Núñez Angelica Marquez
Francês	France Fontaine Giovana Ruggiero
Inglês	Carmen Huneus de Espinoza Mercedes Reyes
Português	Lauro de Barros Reginaldo Alcantara

Áudio e Equipamento no Plenário

Coordenação pelo IICA	David Álvarez
Coordenação pelo STOES	Juan Carlos Franco

Suporte em Informática e Internet

Coordenação pelo IICA	Luis Diego Wattson Paul Benavides
Coordenação pelo MAG	Sara Guerrero John Carrión Mario Alencastro Carlos Gámez
Coordenação equipamento-suporte técnico STOES	Tannia Intriago

Serviços de Segurança

<i>Segurança Nacional</i>	Coronel Jorge Arias Cristina Salas
<i>Segurança da Província do Guaias</i>	Coronel Edwin Echeverría

Patrulhas de Trânsito do Guaias

Coronel Alfonso Icasa

Corpo de Bombeiros do Guaias

Capitão Santiago Peña

Serviços de Transporte

Transporte pelo MAG

Cecilia Moreno

Transporte pelo IICA

Marcelo Vivas
Tobías Buñay

Serviços de Saúde – EKOMOVIL

Coordenador

Dr. Carlos Orellana
Guillermo Navarro
Rudolfo Lofredo